

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Um cotidiano ritualizado: a temporalidade militar em perspectiva etnográfica

Alexandre Colli de Souza

SÃO CARLOS
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Alexandre Colli de Souza

Um cotidiano ritualizado: a temporalidade militar em perspectiva etnográfica

Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner
Orientador

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Antropologia.
Orientador: Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner

SÃO CARLOS
2008

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S729cr

Souza, Alexandre Colli de.

Um cotidiano ritualizado : a temporalidade militar em perspectiva etnográfica / Alexandre Colli de Souza. -- São Carlos : UFSCar, 2015.
188 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2008.

1. Antropologia. 2. Estado. 3. Ritual. 4. Forças Armadas.
5. Hierarquia. I. Título.

CDD: 301 (20^a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
Via Washington Luís, Km 235 - Caixa Postal 676
CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil
Fone: (16) 3351-8371 - ppgas@power.ufscar.br



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

Alexandre Colli de Souza

21/11/2008

Prof. Dr. Piero de Camargo Leimer
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos /UFSCar

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela
Universidade Federal de São Carlos /UFSCar

Prof. Dr. Ronaldo Romulo Machado de Almeida
Universidade Estadual de Campinas /UNICAMP

AGRADECIMENTOS

De início, à FAPESP, pelo financiamento da pesquisa.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFSCAR, especialmente os professores Luiz Henrique Toledo e Marina Cardoso, presentes em minha formação desde a graduação e ao Prof. Dr. Jorge Mattar Villela pelas orientações no exame de qualificação.

Ao orientador e amigo, Prof. Piero Leirner, pela generosidade em todos os momentos desse processo.

Aos amigos da turma do mestrado: Antonio Guerreiro Junior, Marina Novo, Vitor Kebbe, Patrícia Begnami, Juliana Batista Reis, Claudia Winterstein, Rafael Montan Torres, Lerisson Nascimento, Robson Raimundo Pereira e Marcelo Fetz.

Aos inestimáveis irmãos da República Barravento: Paulo Ramos, Leandro Targa, Kléber Felício, Caê Costa, Danilo “Braga” Sousa Pinto, Jonathan Trevisan, João Veridiano Franco Neto, Victor “Codorna” Amaral Costa.

Aos amigos: Murilo Sloth, Rafael “Pekeno”, Raquel Auxiliadora, Daniel Pícaro, Danilo Morais, João Ricardo “Dom Quixote” e Livia Midori.

Às amigas de tema, pelo intercâmbio de dicas e informações: Aline Atássio, Cristina Rodrigues da Silva, Lauriani Albertini e Danilo “Braga”.

De maneira especial, à fundamental ajuda nessa pesquisa proporcionada por João Veridiano Franco Neto, Leandro Garcez Targa e Lauriani Albertini.

Finalmente, aos meus pais, irmãos, cunhadas, sobrinhas, tios, primos e afilhados, pelo suporte permanente e incondicional.

De alguma forma todos estiveram presentes nesse processo. Muito Obrigado.

*“De Formião, filósofo elegante,
Vereis como Aníbal escarnecia,
Quando das artes bélicas, diante
Dele, com larga voz tratava e lia,
A disciplina militar prestante
Não se aprende, Senhor, na fantasia,
Sonhando, imaginando ou estudando,
Senão vendo, tratando e pelejando”*

(Luís de Camões, Os Lusíadas, Canto Décimo, Soneto 153)

“Se quisermos entender as normas éticas de uma sociedade, é a estética que devemos estudar.”

(Edmund Leach, Sistemas Políticos da Alta Birmânia)

Resumo

Esta dissertação pensa a temporalidade entre os militares por meio de uma perspectiva etnográfica. Os trabalhos pioneiros de antropólogos com militares no Brasil buscaram na perspectiva etnográfica o entendimento dos militares e escaparam da perspectiva dominante desse tema até então, que era a relação das instituições militares com a política. Esse olhar “de dentro” mostrou outras perspectivas da sociabilidade militar, como uma visão própria dos militares enquanto grupo distinto do resto dos cidadãos, portadores de um conjunto características inerentes e exclusivas, bem como uma cosmologia em que a hierarquia opera como classificador lógico de todas as relações. Esses trabalhos levantaram sugestões que procuro explorar aqui, sobretudo com relação à temporalidade militar e sua interseção com debate antropológico dos rituais. Dentro da produção teórica da antropologia, a temática do ritual constitui-se como um campo polifônico, produzindo uma série de debates e concepções distintas entre si mas sempre associadas com as oposições também clássicas e fundantes do pensamento antropológico (indivíduo/sociedade, empirismo/racionalismo). No cotejamento desses dois campos, inicialmente se observou uma série de dados que levavam a pensar que a temporalidade militar era vivida e pensada num esquema de entendimento em que o tempo e as ações não poderiam simplesmente ser classificados pela dicotomia que opõe os momentos rituais e uma rotina que seria menos prescrita. A observação de noticiários militares, dos manuais, regulamentos e boletins indicavam que todos os momentos da vida militar eram marcados por uma série de prescrições, como códigos de conduta a respeito da aparência física, posturas corporais, uniformes, comportamento interno e externo ao quartel, assim como para as mais variadas situações pelas quais um militar possa passar. Os militares também têm uma série complexa de comemorações e eventos regulamentares em que as indicações da etiqueta, do protocolo e do cerimonial dão a forma de como as coisas devem ocorrer. A ideia de que esses dois campos, o do regulamento da vida comum e o da padronização dos eventos, não podiam ser tratados como campos opostos guiou a busca de dados da sociabilidade entre militares que tornasse palpável a observação dessa temporalidade específica, pouco dicotômica, que até então era um apontamento. Os resultados desse trabalho estão aqui apresentados. No capítulo inicial apresento os antecedentes que levaram ao problema dessa pesquisa, apresentando as etnografias com militares e o debate antropológico dos rituais, e ainda no final desse capítulo, inicio a descrição de minha (difícil) inserção no campo. No segundo capítulo apresento uma análise das comemorações e eventos militares e no terceiro o conjunto de prescrições que ordenam a formação e a conduta diária da vida do militar nos diversos aspectos. Finalmente, retomo a discussão a respeito dos rituais à luz da temporalidade militar e de sua solução de continuidade ou suavização para a clássica oposição entre ritual e cotidiano

Palavras-chave: Antropologia, Estado, Forças Armadas, hierarquia, ritual

Abstract

This dissertation thinks the temporality between the military through an ethnographic perspective. The pioneering works of anthropologists with armed forces in Brazil sought the understanding of the military through ethnographic perspective and escaped the dominant perspective of this issue so far: the relationship between military and politics. That look "inside" showed other perspectives of military sociability as its own vision of the military as a distinct group from the rest of citizens, a group with a set of inherent and exclusive features as well as a cosmology in which the hierarchy operates as logical classifier of all relations. These works raised suggestions I try to explore here, especially regarding the military temporality and its intersection with anthropological discussion of rituals. Within the theoretical anthropology production, ritual studies are constituted as a polyphonic field, producing a series of debates and different conceptions among themselves but always associated with the classic oppositions that founded the anthropological thought (individual / society, empiricism / rationalism). By relating these two fields, I initially observed a series of data that led to think that the military temporality is lived and thought in understanding scheme in which time and actions could not simply be classified by the dichotomy that opposes the ritual moments and a routine (as a time less prescribed). The observation of military news, manuals, regulations, and reports indicated that all times of military life were marked by a series of regulations, codes of conduct regarding the physical appearance, body postures, uniform, internal behavior and external to the barracks, as well as for a variety of situations in which a military can pass. The military also have a complex series of celebrations and regulatory events in which directions on etiquette, protocol and ceremonial give way to how things should occur. The idea that these two fields, the regulation of the common life and the standardization of events, could not be treated as opposing ideas that guided the search for sociability data between military that become palpable the observation of that specific temporality, not dichotomous, which until then was a suggestive note. These results are presented here. In the opening chapter we present the background that led to the problem of this research, presenting ethnographies with military and anthropological discussion of rituals, and even at the end of this chapter, beginning the description of my insertion in the field. In the second chapter we present an analysis of military celebrations and events and in the third, the set of prescriptions ordering the training and the daily conduct of life of the military in many ways. Finally, I retake to discussion of the rites in the light of military temporality and its continuity solution, that smooth the classic opposition between ritual and daily life.

Key words: Anthropology, State, Armed Forces, hierarchy, ritual

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	3
Resumo	5
Abstract	6
Introdução	8
Capítulo 1 - Perspectivas teóricas antecedentes, origem do problema e abordagem etnográfica com militares	10
a) Hierarquia, Disciplina e a Temporalidade militar em perspectivas etnográficas	10
b) Uma dicotomia clássica: leituras sobre o ritual e o cotidiano	27
c) Os militares como objeto de estudo e as possibilidades de pesquisa de campo.	43
Capítulo 2 - Cerimoniais, solenidades e comemorações. Observando o extraordinário na vida militar	58
a) O Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional (CADN), evento de interação civil-militar.	59
b) Comemorar , homenagear, trocar e viver: razão e forma das solenidades do Exército Brasileiro	81
Capítulo 3 - Formação da Pessoa, moral e ritualização do comportamento	115
Capítulo 4 – Sugestões conclusivas: a hierarquia vivida	152
Referências Bibliográficas	161
ANEXO A – Ordem geral de precedência	166

Introdução

Esta dissertação trata de pensar a temporalidade entre os militares por meio de uma perspectiva etnográfica. Ela é fruto de um projeto de pesquisa que teve por objetivo a busca de dados do universo militar na contextualização deste com um tema clássico na antropologia que é o estudo dos rituais.

Os trabalhos pioneiros de antropólogos com militares no Brasil, realizados na última década do século passado, buscaram na perspectiva etnográfica o entendimento dos militares e escaparam da perspectiva dominante desse tema até então, que era a relação das instituições militares em sua ligação com as intervenções políticas. Esse olhar “de dentro” mostrou outras perspectivas da sociabilidade militar, como uma visão própria dos militares enquanto grupo distinto do resto dos cidadãos, portadores de um conjunto características inerentes e exclusivas, bem como uma cosmologia em que a hierarquia opera como classificador lógico de todas as relações. Esses trabalhos levantaram sugestões que procuro explorar aqui, sobretudo com relação à temporalidade militar e sua interseção com debate antropológico dos rituais.

Dentro da produção teórica da antropologia, a temática do ritual constitui-se como um campo polifônico, produzindo uma série de debates e concepções distintas entre si mas sempre associadas com as oposições também clássicas e fundantes do pensamento antropológico. Temos como exemplos mais fundamentais dessas dicotomias a que coloca em campos opostos o indivíduo e a sociedade, ou aquela que opõe a primazia do plano da experiência ou do pensamento no processo de cognição humano e de entendimento antropológico.

No cotejamento desses dois campos, o da etnografia entre militares e o dos rituais, inicialmente se observou uma série de dados que levavam a pensar que a temporalidade militar era vivida e pensada num esquema de entendimento em que o tempo e as ações não poderiam simplesmente ser classificados pela dicotomia que opõe os momentos rituais e uma rotina que seria “comum” ou menos prescrita. Mesmo antes da pesquisa etnográfica, a observação de noticiários militares, dos manuais, regulamentos e boletins indicavam que todos os momentos da vida militar eram marcados por uma série muito grande de prescrições, como códigos de conduta a respeito da aparência física, posturas corporais, uniformes, comportamento interno e

externo ao quartel, assim como para as mais variadas situações pelas quais um militar possa passar. Junto a isso, os militares também têm uma série complexa de comemorações e eventos regulamentares em que as indicações da etiqueta, do protocolo e do cerimonial dão a forma de como as coisas devem ocorrer. Foi a idéia de que esses dois campos, o do regulamento da vida comum e o da padronização dos eventos, não podiam ser tratados como campos opostos que levou à busca de dados da sociabilidade entre militares que tornasse palpável a observação dessa temporalidade específica, pouco dicotômica, que até então era um apontamento sugestivo.

Os resultados desse trabalho estão aqui apresentados. No capítulo inicial apresento os antecedentes que levaram ao problema dessa pesquisa, apresentando as etnografias com militares e o debate antropológico dos rituais, e ainda no final desse capítulo, inicio a descrição de minha (difícil) inserção no campo. No segundo capítulo apresento uma análise das comemorações e eventos militares e no terceiro o conjunto de prescrições que ordenam a formação e a conduta diária da vida do militar nos diversos aspectos. Finalmente, retomo a discussão a respeito dos rituais à luz da temporalidade militar e de sua solução de continuidade ou suavização para a clássica oposição entre ritual e cotidiano.

Capítulo 1 - Perspectivas teóricas antecedentes, origem do problema e abordagem etnográfica com militares

a) *Hierarquia, Disciplina e a Temporalidade militar em perspectivas etnográficas*

O primeiro trabalho antropológico que analisou a instituição militar a partir de suas características internas, suas características simbólicas - e que não necessariamente estava ligado à sua ação política - foi a etnografia de Castro (2004[1990]) na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), que forma os futuros oficiais do Exército Brasileiro (Eb), aqueles que seguirão carreira no exército e terão a possibilidade de chegar ao generalato. Castro descreve os processos pelos quais os jovens neófitos da carreira militar passam na aquisição de uma nova identidade, de novos valores e comportamentos, que o autor explora por meio da noção nativa de *espírito militar*, categoria que sintetiza justamente o conjunto de qualidades, comportamentos e atitudes que definem o que é ser militar e que o diferenciam do resto da “sociedade”, principalmente enquanto marca com relação aos *paisanos*, ou, os civis. Esse ponto se apresenta como de significação ímpar em seu trabalho, pois o fato de a identidade militar ser construída, sobretudo em oposição ao civil (ou, na linguagem nativa, *paisano*) dá margem a pensar na inoperância de categorias “civis” (como burocratização) para pensar o universo militar, e que eram o centro da produção acadêmica até então. É interessante observar mais detalhadamente os processos pelos quais passam os futuros oficiais e os comportamentos, valores e classificações por eles apreendidos.¹

Logo de início, após serem aprovados em concurso público, os ingressantes na AMAN passam por um período inicial de adaptação, que é brusco e intenso, e reconhecido por oficiais e cadetes como tendo a intenção de fazer desistir aqueles que não tenham a “vocação” ou a “força de vontade” necessária, pois ainda há a

¹ Creio ser essencial, para a condução do meu trabalho, uma exposição mais extensa e intensa do trabalho de Castro (2004[1990]) e Leirner (1997, 2001), no sentido de que esses, por serem os primeiros empreendimentos etnográficos em instituições militares, trazem à discussão não apenas questões referentes ao estatuto do pesquisador nesse contexto, mas também porque deixam questões interessantes a serem exploradas, que foram a base desse projeto de pesquisa.

possibilidade de substituição dos desistentes, por meio da lista de espera, coisa que não ocorre após a matrícula, ocasião em que eles serão oficialmente “cadetes”. Na fase de adaptação, os ingressantes são apenas “candidatos a cadete”, e o que faz da adaptação uma separação brusca com o mundo civil é a hiper exposição repentina dos alunos às práticas e condutas militares, como treinos de ordem unida, como marchas, continência e posturas militares. Essas práticas preenchem o dia dos futuros cadetes, do início da manhã ao fim de noite sem espaços livres, junto com o preenchimento de questionários, conhecimento do espaço da AMAN, recebimento de uniformes e atividades administrativas.

A “pressão” exercida pelos instrutores tem como um de seus principais veículos os “exercícios de vivacidade”, um conjunto de ordens dadas em seqüência rápida e sem finalidade aparente, como sentar e levantar repetidas vezes ou subir e descer escadas, no entanto, da perspectiva dos cadetes, a “pressão” mais forte acaba sendo a verbal ou psicológica, com a exortação para que os novatos abandonem a carreira, com a humilhação verbal constante frente as menores faltas e ao fato de os instrutores estarem sempre gritando. Como dito acima, a intenção disso é fazer desistir os que apresentam pouca vocação, pouco “espírito militar” em um momento em que a vaga ainda pode ser preenchida. O encerramento desse brusco processo de adaptação se dá com a matrícula, a partir da qual eles passam a ser oficialmente “cadetes” e da solenidade de entrada pelo Portão Monumental, que separa física e simbolicamente a academia do mundo exterior.

Depois de matriculados, os cadetes, assim como no período de adaptação, seguem uma rotina de atividades determinada durante o ano todo que inclui educação física diária, matérias de ensino fundamental e ensino profissional, que segue um rígido cronograma. Além desse controle do tempo, as atividades também são minuciosamente reguladas pelas Normas Gerais de Ação (NGA)², que estabelece rígidos procedimentos para o horário de aulas, para a entrada e saída dos refeitórios e para todas as atividades que os cadetes fazem, sempre em grupo:

² Durante minha pesquisa de campo, vim a saber que as Normas Gerais de Ação (NGA) são um mecanismo para que as possíveis aberturas que dão os regulamentos sejam determinadas pelos comandantes de cada Organização Militar, é uma espécie de atualização local dos princípios gerais. Por exemplo, se em um regulamento não fica especificado um único tipo de uniforme para determinada ocasião, o comandante define, por meio das NGA qual o uniforme específico. Levando em conta, por exemplo, o clima de determinada região, ele pode ordenar o uso de um uniforme que proteja do frio ou outro que ajude a suportar. Há casos também em que a ordem sobre qual tipo de uniforme usar tem por base a vontade do Comandante.

“Os cadetes estão sempre deslocando-se em conjunto para as atividades, daí a grande quantidade de formaturas, paradas e revistas que ocorrem durante o dia.” (CASTRO, 2004:23)

Além disso, a prescrição de condutas pretende também atingir o comportamento do cadete fora da AMAN e sugere, por exemplo, que ele evite dançar de maneira exagerada e fugir “das atividades incompatíveis com a seriedade do uniforme e dignidade do próprio militar” (NGA apud CASTRO, 2004:23), bem como proíbe aos cadetes pedir carona e prescreve vários hábitos e atitudes, como a obrigação de cortar o cabelo semanalmente e não usar barba ou bigode. A assimilação dessa quantidade enorme de hábitos e condutas de rotina é uma das maiores dificuldades reconhecidas pelos novos cadetes e, apesar das diferentes origens escolares (ex-alunos de escolas militares ou não), a intenção da formação do Curso Básico (o primeiro ano) é a de homogeneizar todos eles de maneira rápida em relação ao nível de formação militar, o que ocorre dentro de poucos meses, de acordo com oficiais e cadetes.

A sociabilidade hierárquica, característica básica do Exército, passa a ser vivida pelos cadetes não somente com relação aos seus instrutores, mas também na relação entre cadetes de todos os anos. O Tenente, comandante de cada pelotão e superior imediato, é o oficial com o qual o cadete interage de maneira mais direta e é o responsável pela maior parte da instrução militar, geralmente preside as formaturas e reuniões e de maneira geral, é dele a incumbência fazer a “pressão” para enquadrar o cadete na vida militar. Também por essa proximidade, pode vir a ser o oficial mais próximo, com quem o cadete pode conversar e que os conhece profundamente por estudar os vários questionários e fichas preenchidas com informações detalhadas de cada cadete. É esse Tenente o responsável pela avaliação do desempenho dos cadetes em provas, as punições e elogios, que são registrados junto com as dispensas médicas e o local a ser ocupado no refeitório em um quadro.

Como bem mostra Castro (2004), a hierarquia do corpo de oficiais é uma hierarquia quantitativa, que pressupõe a possibilidade de ascensão para seus membros a partir de uma situação de igualdade inicial de condições, assim, a posição do cadete está num mesmo contínuo de espaço/tempo que a do Tenente, o que faz com que, ao mesmo tempo em que o Tenente seja a figura que detém o poder, que pune e que exerce pressão, ele também o modelo daquilo que o cadete pretende vir a ser. No entanto, a

obediência à hierarquia não é cega, e os cadetes separam os “bons” e “maus” oficiais, os que dão o exemplo e conhecem os limites de sua autoridade:

“O ‘bom oficial’ deve (...) perceber o que pode e o que não pode ordenar, bem como a maneira correta de fazê-lo. Esta ‘humanidade’ para com os subordinados, no entanto, não tem nada a ver com a valorização de uma espécie de ‘intimidade’ entre superior e subordinado. (...) A amizade entre militares hierarquicamente distintos pressupõe, ao contrário, maneiras discretas e controladas de expressão de afetos” (CASTRO, 2004:29)

A relação hierárquica entre os cadetes, embora oficialmente reconhecida, não se transforma em uma cadeia de comando e é considerada como algo natural entre eles. De maneira formal, os cadetes do 4º ano são adjuntos dos Tenentes dos pelotões e por isso tem essa relação formal próxima com os cadetes do primeiro ano. O “trote”, como aponta Castro, é o principal instrumento dessa relação de hierarquia informal e, embora não permitido oficialmente, não é ignorado pelos superiores (que já foram cadetes), que apenas alertam para que não haja exageros, por meio de um acordo de cavalheiros com os cadetes do quarto ano³. Mais ainda, é visto pelos oficiais de forma positiva e necessária, e pelos cadetes como algo inofensivo e positivo, pois gera união. De acordo com Castro, o trote não é visto apenas como um momento de humilhação e imposição da hierarquia, mas também leva a uma situação de descontração, de *communitas* (TURNER, 1974a), em que uma relação de proximidade e troca de experiências é conseguida mediante o entendimento e aceitação, por parte do “bixo”, de sua posição inferior e da aceitação do trote como coisa passageira, que o condiciona a poder aplicar o trote quando chegar ao papel social do cadete do 4º ano. Dessa maneira Castro entende o “trote” como um meio eficaz e econômico de concentrar vários ensinamentos, um rito de passagem (VAN GENNEP, 1978), que marca a passagem da condição de “bicho” à de cadete:

“Reduzidos simbolicamente a um estado pré-humano (de “bichos”), os novatos só reencontrarão sua dignidade se estiverem de acordo com as exigências da nova situação de vida a que aspiram” (CASTRO, 2004: 34)

Os trotes diminuem de intensidade no primeiro ano após a “Noite de São Bartolomeu”, o trote coletivo de mais longa duração na Academia que ocorre na noite

³ Informalmente chamados de “aspirantes” e que detêm idealmente a superioridade necessária para aplicar o trote nos cadetes do 1º ano, os “bixos”.

anterior à cerimônia de “entrega dos espadins”. A entrega dos espadins conta com a presença de familiares e convidados, os cadetes recebem a miniatura do sabre do Duque de Caxias, patrono do Exército, objeto que é considerado o próprio símbolo da honra militar e que marca oficialmente a “confirmação” da posição de cadete e que simbolicamente marca uma conquista pessoal de cada cadete, em que cada um se sente menos bicho.

Assim como o trote e a condição de “renascimento” enquanto bicho parece mostrar, o novo foco de identificação dos cadetes se constrói com base na oposição fundante com um conjunto de características civis, nesse sentido entende-se a constante comparação entre o “aqui dentro” e o “lá fora”, mostrados por Castro, geralmente utilizando a universidade civil como ponto privilegiado de comparação, justamente por representar a formação da elite civil, com alto nível socioeconômico e cultural. A noção geral emitida pelos militares é a de que na academia haveria um tipo de formação que traria valores melhores e que não se encontrariam, por exemplo, nas escolas civis, como um ambiente de seriedade, rigor, companheirismo verdadeiro oriundo da vida em um mesmo ambiente e das dificuldades enfrentadas por todos, um tipo de competição “sadia” (pois traria como consequência uma melhora para todos), atividade contínua, maturidade, seriedade dos professores que “dão exemplo”, boa apresentação pessoal e uso correto da linguagem. Por outro lado, a universidade civil é vista como a imagem invertida disso, ambiente em que se encontra falta de seriedade, ociosidade, infantilidade, falta de respeito, professores desleixados, uso incorreto da linguagem (gírias e palavrões) e má apresentação pessoal.

A este tipo de comparação entre a academia militar e universidade civil estaria ligado, segundo a visão nativa, um tipo de formação moral e físico que seria reconhecível por todos, de acordo com critérios como constituição e postura corporal, comportamento, aparência física que distinguiriam os militares mesmo sem farda. Trata-se, portanto, de uma formação em que as características militares estariam inscritas nos corpos, tais como maneira de olhar, tom de voz, tipo de postura (ereta, olhar para o horizonte), cuidados de higiene pessoal impecáveis que são vigiados com rigor na Academia. A fronteira militar/civil também é reforçada por atributos morais como um senso especial de honestidade e retidão, compromisso com a pátria, um espírito abnegado, etc.

Tal como mostra Castro, militares têm uma visão de mundo e um conjunto de processos de formação de seus membros que tem como marco fundador a

separação primordial com os civis. Essa perspectiva etnográfica, que procurou observar militares dentro de uma perspectiva propriamente militar (e não como subfenômeno do político ou de outro nível de análise) trouxe uma alternativa a estudos anteriores sobre militares, especialmente relacionados ao papel dos militares na política brasileira⁴, e colocou na pauta de discussões o papel das instituições militares enquanto um fenômeno com lógica inerente e passível de ser analisada em seus próprios termos, privilegiando para isso principalmente a “linguagem” inerente aos militares e sua maneira de classificar o mundo.

Seguindo esta linha, Leirner (1997) vai trabalhar mais detalhadamente a hierarquia militar em seu âmbito mais geral, mostrando que esse princípio forma a organicidade da instituição, mas também é um princípio cosmológico, formando também a visão de mundo dos militares e sua identidade individual (ser militar é fazer parte da hierarquia), ou seja, é uma espécie de “fato social total” militar. O autor também vai mostrar que a hierarquia militar tem uma estrutura mais complexa do que pode parecer quando observamos a sua dimensão mais aparente, a das patentes, que é apenas um dos níveis em que ela se subdivide, em englobamentos sucessivos chegando até a classificação dos indivíduos um a um.

A estrutura hierárquica, base do código militar moderno⁵, além de ser um princípio identificador entre os militares, um operador da divisão interna das tarefas, também orienta a visão da realidade e as classificações, tanto dos limites da instituição com o exterior como os recortes internos que vão até o indivíduo e, portanto, tem o sentido do fato social total por meio do qual se montam as ações e representações militares (LEIRNER, 1997). Essa noção hierárquica do mundo traz conseqüências que incidem de forma quase total na vida dos militares. Leirner observa que além dos vários âmbitos “propriamente militares” da vida militar que são encampados por esse princípio hierárquico, como as carreiras individuais, os arranjos de homens para o combate, a organização de armas e meios materiais, ele também pretende dar conta da realidade de

⁴ Como expoentes dessa linha no Brasil podemos citar os clássicos Edmundo Campos Coelho(1976), Alfred Stepan(1975), José Murilo de Carvalho(1977), Alexandre Barros(1978), Eliezer Rizo de Oliveira(1994), Oliveiros Ferreira (2000). Uma revisão bibliográfica da temática está em Zaverucha & Teixeira (2004).

⁵ Convém lembrar que a hierarquia militar “moderna”, seu padrão geral contemporâneo, é a conseqüência atual de uma série de processos sócio-históricos de incorporação de formas sociais à relação guerreira, como a vinculação entre a nobreza e o oficialato nos primórdios do exército moderno. O que faz com que hoje esse tipo de hierarquia se torne geral é o tipo de relação explicitada por Leirner, relação essa que, nesse sentido, constrói os Exércitos. A fusão da hierarquia às formas de fazer guerra passa a se consolidar como um sentido universal para se organizar os exércitos.

maneira total, formando um microcosmo que é a vida militar: os locais (e pessoas) de moradia, assistência religiosa, alimentação, assistência médica carregam o adjetivo “militar”, que se estende à engenharia (que “traduz” a engenharia civil) e também à família, que também é “militar” e deve seguir suas normas, como uma etiqueta própria.

No âmbito interno à totalidade militar, o corte hierárquico mais geral é entre oficiais e praças. Esta divisão institui um fechamento entre os segmentos que não permite que praças cheguem a oficiais e vice-versa, enquanto que em outras segmentações as posições são condições transitórias na carreira. A essa divisão básica na hierarquia corresponde uma organização do corpo de combate, que liga aos oficiais os atributos de “comando, chefia e direção” e aos praças atribuições auxiliares e complementares aos oficiais. O sentido do “comandar” é, antes de dar ordens e ter alguma autonomia, carregar o valor do todo, de poder ser entendido como uma “totalidade mínima” equivalente a uma parcela orgânica do exército, que permite que ordens sejam dadas e que haja autonomia. Disso resulta a força mínima de um exército, o escalonamento mínimo para combate, o pelotão, comandado por um tenente, o oficial hierarquicamente mais baixo.

No tratamento da hierarquia militar como linguagem, Leirner observa a estrutura de patentes como as unidades básicas, equivalentes aos fonemas na língua ou aos “mitemas” (LÉVI-STRAUSS, 2004) no mito. São as diferentes montagens entre essas unidades que permitem a determinado Exército se ordenar. Esse tipo de ordenamento por meio das patentes acontece tanto na condução de unidades básicas de combate como nas seções administrativas, atribuindo à cada patente (tenente, coronel, ou General-de-Brigada) uma correspondência com uma determinada unidade combatente, de acordo com uma certa noção de acúmulo de disciplina, de unidades e de “pessoas”/patentes: assim como uma unidade militar maior engloba as unidades menores, um general engloba várias “pessoas”, posto que tendo passado por todas as patentes, engloba todos os pontos de vistas de comando podendo ter uma visão de todo equivalente a unidade que pode comandar. A posição dada pela patente é um equivalente das somatórias das propriedades das patentes por ela englobadas, incluindo as propriedades do atributo de comandar.⁶

⁶ Em trabalho posterior, Leirner (2001) faz uma ampliação do campo de observação da hierarquia militar. Ao observar outros grupos guerreiros, ele nota que apesar de contextos diferentes em que essas forças estão inseridas, seja com relação ao modelo de estado ou governo, seja com relação às características econômicas e sociais variadas, elas mantêm uma organicidade e visão de mundo semelhantes, centrado na hierarquia como princípio organizador e no seu fechamento sociológico em

Esse tipo de estrutura aloca todos os níveis da organização assim como todas as pessoas de modo que as organizações menores seguem a mesma estrutura de organizações menores, pois a relação entre os níveis é equivalente. Este é um organograma móvel, que suporta determinações conjunturais mantendo as relações de precedência e englobamento entre as instâncias e assim cada exército formata sua estrutura de acordo com suas possibilidades:

“É deste modo, em última análise que os exércitos podem se olhar a partir desta gramática comum das patentes, e, por isso, o protocolo militar é tomado em função da montagem organizacional, de acordo com a conjuntura, cada organização militar aloca os recursos disponíveis em função dessa estrutura. A idéia é justamente que esta estrutura é modelar: ela fornece a forma fixa para que as variáveis conjunturais se adaptem às diversas configurações que o corpo de combate deve ter, visando seus teatros de operações, condições logísticas e possibilidades administrativas. Os exércitos, diante de tantas variáveis – que, álias, se condensadas em dois grandes blocos, os recursos disponíveis e os inimigos disponíveis - somente vão se organizar pelo fato de que todos dispõem, no fim das contas, desta estrutura comum. Nesse sentido, estamos falando de um campo semântico especificamente militar, e cujos caracteres imprimem um tom de universalidade aos exércitos.” (LEIRNER, 2001: 135-6)

Leirner aponta também como o mecanismo hierárquico funciona totalmente até o nível da organização dos indivíduos e da fabricação de pessoas. O mecanismo principal que estabelece a hierarquia de pessoa a pessoa é a avaliação, que é um princípio de ordenamento da mobilidade individual em função da segmentação hierárquica, é ela que dá as possibilidades de circulação das pessoas nos papéis prescritos pela instituição. Todo militar, desde seu primeiro dia na instituição até o último é objeto dessa complexa avaliação que classifica cada sujeito por critérios como notas, conceitos, cursos, medalhas, elogios e condecorações, punições e repreensões, totalizando uma soma de méritos, que combinado ao princípio coletivo da “antiguidade” vai dar a classificação final do indivíduo em termos de sua localização naquilo que o

função da guerra, bem como um conjunto de regras e prescrições decorrentes. O autor propõe então entender essa homogeneidade organizacional entre forças inimigas em termos de um sistema que tem os exércitos como suas unidades, que se relacionariam com base num princípio de identidade de inimigos. Tomando a sugestão da leitura da guerra indígena proposta por Fausto (1997), Leirner propõe que a guerra moderna existe baseada em um sistema intermilitar cujo princípio é a relação de “inimizade generalizada” que tem por base a noção de que a construção de determinado exército depende da relação com um outro (ou, outros) exército, ou seja, com relação ao inimigo, e em potencial todos os outros exércitos são inimigos, estão todos em estado de guerra latente.

autor denomina de arranjo de “castas de um homem só”, bem como suas possibilidades na carreira⁷.

A regra elementar interna ao exército é a da intocabilidade entre patentes, que cerceia o relacionamento entre militares de patentes diferentes em diversos âmbitos, desde àqueles pertencentes às atividades de combate às administrativas ou mesmo em atividades cotidianas, como em ambientes de recreação ou o uso de refeitórios, por exemplo. Essa regra fundamental - que Leirner compara com a regra da proibição do incesto para o parentesco – que limita a “exogamia” entre escalas hierárquicas diversas também orienta o sentido das trocas na cadeia de comando. A disciplina é incorporada e entendida como uma substância que permite a fluidez da comunicação entre as patentes e as unidades de combate, e dessa forma é entendida como a síntese nativa da troca, um *hau* militar:

“Neste sentido, como já propusemos anteriormente, a disciplina funciona como uma espécie de *hau* militar: pode-se acumula-la ou perde-la, e isto se dá em função do lugar que se ocupa na hierarquia. Neste sentido, ‘dar, receber e retribuir’ ordens é uma questão de “ter” ou não disciplina, na medida em que ela é a síntese desta operação, pois é o que capacita a troca. E, também, a disciplina é sentida como uma espécie de ‘força mágica’ que dá sentido a uma infundável série de ações militares.” (LEIRNER, 2001: 157)

Um outro conjunto de regras prescritivas decorrem da regra inicial e são o fundamento da sociabilidade hierárquica, vivida por meio dos códigos disciplinares entre os militares. Um conjunto de leis, códigos, regulamentos e manuais prescrevem as condutas militares para todas as situações, inclusive para o cotidiano e exigem um formalismo que deve ser mantido em situações corriqueiras ou cerimoniais. O treinamento, a socialização (ou re-socialização) vivida pelos militares tem por objetivo a naturalização de todo esse conjunto de regras, cuja eficiência, em última instância, vai formar o mérito de cada militar, vai classificá-los em termos de quem é mais disciplinado, ou em outros termos, aquele substancializa esse ciclo de trocas. Os sinais da hierarquia, sintetizados sob a forma da disciplina, deve ser sempre muito explícita: posições, situações de comando, posições de honra devem sempre ser claras.

A questão da disciplina e das regras prescritivas da vida militar apontadas por Leirner são o ponto de partida para esta pesquisa e torna necessário retomar o olhar

⁷ Segundo pudemos notar, as tais “qualidades individuais” que compõem a avaliação (na terminologia nativa, o *conceito*) são a resultante da eficiência ou não da apreensão das características inerentes ao “ser militar”, que, como mostraremos em capítulo posterior, compõem grande parte da sociabilidade ritualizada entre os militares.

já clássico e rico em detalhes de Foucault na análise dos mecanismos disciplinares (FOUCAULT, 1987)

As minúcias da análise de Foucault do funcionamento das técnicas disciplinares como mecanismos – e aqui não nos ateremos à questão dos mesmos como mecanismos privilegiados de poder/dominação fora da caserna, mas sim como mecanismos puros, à maneira como Foucault os observa em sua origem, os militares – nos abrem importantes apontamentos a respeito da disciplina enquanto prática na vida militar, seus mecanismos básicos, que, segundo meu entendimento, são importantes ao apresentar aspectos “rituais” dos comportamentos cotidianos. Vejamos.

De acordo com Foucault, esse tipo de mecanismo de poder usa o corpo como objeto de inscrição, configurando uma anatomia política do sujeito. Mas o que há de novo nesse uso do corpo pelos mecanismos disciplinares é o trabalho do detalhe; o trabalho detalhado do corpo tem por objeto a eficácia dos movimentos, das forças, de sua organização interna.

Existe um controle dos processos e não especificamente sobre os resultados, o controle não está mais apenas no que se quer que seja feito, mas também na maneira como se faz, na intensidade, na coordenação das forças mais eficiente. Uma coação permanente, que penetra constantemente a vida, mas também uma coação permanentemente sutil, minuciosa: são esses processos mínimos que Foucault aborda como essenciais, é por meio desse controle do ínfimo que esse mecanismo de poder se exerce, e nesse processo modela-se um corpo que é mais eficiente quanto à utilidade e mais fraco com relação à resistência à dominação. A disciplina organiza um espaço de análise. Pela divisão dos seres no espaço e sua localização específica e individual o poder disciplinar tenta eliminar as possíveis aglomerações, os tumultos. A massa é quadriculada, os indivíduos são colocados, no limite, em espaços exclusivos, onde sua localização é imediata, sua ausência pode ser sentida e será passível de justificativa. Esse espaço de análise permite ao tempo todo vigiar, apreciar, medir, qualificar, conhecer e utilizar. Dividir as multidões, separar os indivíduos para evitar os tumultos e mais, colocá-los em locais funcionais, em um espaço de análise, de controle e de utilidade. Fazer do tumulto um conjunto de multiplicidades organizadas onde os indivíduos podem se intercambiar na rede de relações úteis, rede de inteligibilidade e controle.

Se o controle do *estar* é fundamental para a disciplina, não o é menos que o controle do *fazer*, incluindo aí o tempo, o ritmo, as atividades. Para Foucault, não há

fato novo em controlar o tempo, mas as disciplinas introduzem um esmiuçamento nesse controle, as atividades adquirem um grau minimalista de controle dos gestos e da relação com os objetos. Não importa mais apenas o fim que se quer ter, mas a relação de todos os movimentos e todos os momentos pelos quais é necessário passar para que se chegue ao fim da maneira mais eficiente. Está em jogo agora um controle do tempo que evite a ociosidade, uma visão positiva do tempo, que o extraia cada vez mais da composição de cada, que o combine em seqüências cada vez mais eficientes, procurando a exatidão, a aplicação e a regularidade. As disciplinas operam um controle que pretende maximizar a relação entre rapidez e eficiência.

Foucault evoca alguns processos da instituição militar que adicionam e qualificam o tempo. O primeiro deles é a decomposição do tempo em seqüências ajustadas, que são ordenadas de acordo com uma escala de elementos que vai progressivamente se tornando mais complexo. Ele ressalta uma mudança importante nesse aspecto: se antes do século XVIII os manuais seguem o princípio do exemplar, agora o princípio base é o do “elementar”: partir das coisas mais simples e a partir de que elas forem incorporadas passar para o próximo seguimento. O fim da cada segmento temporal é finalizado por uma prova que permite avaliar se o indivíduo atingiu o nível normal, observar o nível de cada indivíduo com relação aos outros e diferenciar suas capacidades. Estabelecer séries de séries, fragmentando cada vez mais o tempo, para que a observação seja detalhada, a intervenção pontual e a utilidade sempre maior de acordo com o nível de cada indivíduo. É a prática do exercício que engloba esse conjunto de procedimentos, impondo ao corpo atividades que são, em um mesmo momento, repetitivas e diferentes, pois graduadas.

Os mecanismos disciplinares também compõem as forças que extraem do corpo e para esse sistema ideal de composição de forças é necessário um sistema em que cada elemento pudesse ser intercambiável com os outros, de maneira que cada ínfimo elemento (e nesse caso não cada homem, mas cada mínimo gesto de cada homem) pudesse ser alocado em relações tais com todos os outros que pudesse sempre, através desse jogo de alocações, produzir a utilidade máxima. A demonstração militar de Foucault nesse caso é o da passagem da técnica de infantaria como massa humana para uma técnica que passava agora a trabalhar com seguimentos móveis, flexíveis e intercambiáveis de homens. Isso vai aparecer, por exemplo, no valor que tem o homem de combate nesse novo sistema: ele é um fragmento de espaço móvel, antes de ser uma

honra ou uma coragem, importa aqui o espaço que ele pode ocupar, o terreno por onde se move⁸.

A composição se dá também na dimensão do tempo, através da combinação de diversas séries cronológicas, os indivíduos estão ocupados a todo o tempo, seja ensinando ou aprendendo. Esse sistema que compõe forças e atividades entra em funcionamento por um conjunto preciso de comando, em que ordens não são explicadas, mas sim são codificadas e interpretadas da maneira mais rápida possível por meio de sinais, gestos, palavras de ordem: trata-se de uma relação de sinalização, basta compreender o sinal e agir. Essa arte de dividir, compor, distribuir, e por consequência, aumentar as forças e eficiência é a tática, a forma mais elevada da prática disciplinar. É esse conjunto de técnicas e saberes do corpo de guerreiros que vai ser espalhado por toda a sociedade a partir do século XVIII. As minúcias disciplinares tratadas por Foucault também remetem a uma noção hierarquizante de espaços, tempos e ações que, encampando a totalidade dos momentos, os colocam em consonância pelo mecanismo de subdividir os atos e colocá-los em relação total de englobamentos.

Para por em ação seus mecanismos o poder disciplinar se utiliza de uma nova maneira de olhar, que agora é contínuo, que vê sem ser visto, que está presente em todos os momentos e por isso é coercivo. Ele impõe por uma rede de olhares, que interliga todos em todas as direções e sentidos, todos os elementos são vigiados e também vigiam produzindo efeitos de poder. O ideal dessa rede de olhares seria o ápice de intensidade com o ápice de discrição e o exemplo maior disso seria o acampamento militar.

Uma nova arquitetura que permita a vigilância e o controle internos é desenvolvida. Nessa nova lógica de controle de passagens, aberturas e divisões espaciais, as vigilâncias múltiplas têm por objetivo fazer do hospital uma máquina de cura, da escola uma máquina de ensinar, da academia militar um aparelho para adestrar corpos vigorosos, oficiais competentes e moralmente moldados. Todos observam todos, nenhum detalhe escapa, em momento algum o aluno deixa de ser observado e corrigido. Assim, a disciplina constrói um equipamento de observar comportamentos e a partir daí dividi-los, classificá-los e, em suma, construir saber a partir desse equipamento de vigilância. As disciplinas utilizam-se de um outro dispositivo que é um pequeno

⁸ Como pudemos notar na análise de Leirner(1997), valores como “honra” e “coragem” são fundamentais no exército e são moldados justamente tomando como base uma vida disciplinada. Repito, procuro expor Foucault na sua análise de uma forma específica de trabalhar socialmente o tempo, o espaço e, em decorrência disso, a ação.

mecanismo penal, que quadricula o espaço deixado vazio pelas leis. Trata-se de um mecanismo de controle de “infra-penalidades” que pretende menos punir do que adestrar para fazer entrar no conjunto do “normal”, administrando e classificando desvios. A pena aqui é corretiva, é da ordem do exercício, da repetição intensa e multiplicada para a redução dos desvios. A punição é o exercício da confirmação da norma, de sua repetição, dessa forma, o sistema de punição vem acompanhado das gratificações, de acordo com a adequação do que se faz em termos de uma classificação de bom/normal ou mal/desvio. Como a vigilância é perpétua e a possibilidade de penalidade também - pois cada ínfimo detalhe está vigiado - o exercício é por consequência uma prática constante de normalização.

O sistema de vigilância e o de normalização evocados acima estão anexados num procedimento também característico das disciplinas que é o exame, um ritual de poder, na visão de Foucault. Ele é ao mesmo tempo um controle normalizante e permite vigiar para classificar, qualificar e punir. Estão aí reunidos um campo de saber e uma forma de poder: observar, classificar e utilizar.

O exame inverte a economia da visibilidade no exercício do poder, se a forma tradicional do poder (no foco comparativo do autor, a soberania) se mostra para aqueles sobre os quais se exerce, com o exame ocorre a inversão. O poder disciplinar se exerce ficando invisível e obrigando aos que lhes são submetidos à visibilidade. O exame também faz com que a individualidade produzida entre no campo do documento, da escrita, do registro. É uma fonte de saber acumulado, de consulta, de constante avaliação de comportamento, de habilidades, de falhas. Esse procedimento de escrita abre duas possibilidades: constitui o indivíduo como objeto de descrição e análise, e constitui um sistema comparativo que permite a verificação de fenômenos globais, descrição de grupos, sua distribuição, etc. Ainda, o exame permite constituir o indivíduo enquanto um caso, um objeto de conhecimento e de poder. Novamente ele mostra uma inversão da política de individualização pelo poder: se na época dos soberanos os relatos de vida, a construção das crônicas de um indivíduo era um ritual de poder, na época em que surgem as disciplinas, essa individualização por meio da descrição é agora um método de controle, um documento para ser utilizado. Todo sujeito ao poder é agora um indivíduo com sua ficha, sua caracterização: se antes acontecia uma individualização ascendente, agora ocorre a individualização descendente e com a instauração de novas formas de poder, novas formas de saber aparecem, como as

disciplinas de radical -psi. Nota-se claramente em toda a análise de Foucault a característica de continuidade, de permanência dos mecanismos disciplinares.

Ainda, a vida e a formação militar guardam certos conjuntos de procedimentos que, segundo a análise de Foucault, seriam mais mecanismos de uma técnica antiga de poder do que parte das técnicas disciplinares. As prescrições totais entre os militares e os procedimentos prescritos nesse tipo de instituição podem remeter também a Elias (1993a, 1993b, 2001) e sua análise da sociabilidade de corte, incluindo as prescrições de comportamento e à etiqueta. Sem entrar na questão particular da ligação que Elias estabelece entre a sociabilidade de corte, o processo de “civilização” dos costumes e a formação do Estado moderno, mas me atendo à morfologia de uma espécie de sociabilidade que pode ser notada no meio militar, cabe ver o funcionamento desse tipo de sociabilidade segundo sua análise.

O processo de surgimento das estruturas dos comportamentos civilizados é, para Elias, inter-relacionado com a organização das sociedades ocidentais sobre a forma de Estado. O crescente controle dos impulsos e condutas ocorre concomitantemente à progressiva interdependência entre as pessoas e à dependência destas a um poder cada vez mais centralizado. Na sua investigação desse processo, Elias percorre o tempo que vai desde a antiga sociedade cavaleiresca, passa pelas transformações da sociedade feudal e tem o ponto crítico nas sociedades de corte dos Estados Absolutistas.

Elias nota que o motor da sociedade cavaleiresca, que não contava com a moeda e o comércio, é a constante conquista de novas terras por meio dos conflitos e que os cavaleiros, classe dominante na época, podem ser caracterizados por um nível muito baixo de controle de comportamentos e impulsos. Dependentes exclusivamente da espada, os cavaleiros seriam inclinados a expressar suas alegrias e temores de maneira ilimitada e incontrolada. Nesse processo histórico, com a conquista de muitas terras por um mesmo senhor, surge a dificuldade em administrá-las e a necessidade de colocá-las sobre a administração de parentes ou servidores. O movimento subsequente, e inevitável, segundo Elias, é que esses parentes ou servidores, muito em breve buscarão tornar-se independentes do senhor que lhes confiou parte de suas terras em troca da administração das mesmas, rebelando-se contra eles, e, portanto, produzindo novos combates, que conduzirão a sociedade guerreira a uma nova configuração, a sociedade feudal.

A descentralização do poder atinge seu limite com o aumento da população e a escassez de terras a serem conquistadas. Diversos fatores (como o aumento da diferenciação de funções, a falta de terras, o aumento demográfico e a conseqüente formação das cidades) fazem com que a economia de escambo passe a ser substituída pela moeda e pelo comércio. Os moradores dos feudos passam a pagar impostos para a contratação de guerreiros ao invés de terem papel preponderante nas lutas por novas terras, dando início à monopolização do aparato guerreiro. A tributação, inicialmente esporádica e para tarefas específicas, torna-se habitual, dando origem ao que Elias chama de monopólio da tributação.

Nessa fase de transição entre a sociedade cavaleiresca e a feudal, aos guerreiros que não se adaptassem a essa nova estrutura, restavam como meios de renda a pilhagem e a rapina. Aumenta em grande proporção a renda da autoridade central e das classes burguesas em relação à nobreza, e o restante da nobreza (agora não mais guerreira), que não era vinculada ao comércio, tem por opção entrar para o serviço dos reis e príncipes, ou seja, aumenta muito a dependência dessa classe em relação a um poder cada vez mais centralizado. Com a lenta e progressiva expansão da economia monetária, destacam-se duas novas formas de integração social, as cortes dos senhores feudais e as cidades, que assinalam um aumento na divisão do trabalho e na interdependência entre as pessoas, gerando também um novo nível no controle dos comportamentos: à medida que as pessoas passam a viver pacificamente em sociedade, aumenta o que Elias chama de “controle social”, que consiste na mútua observação de comportamentos, e na transformação do código de conduta voltado cada vez mais para um policiamento das atitudes⁹. Na sociedade de corte feudal, mesmo com o nível de pacificação interno ainda baixo, e com os relacionamentos ainda pouco estritos e constantes, o movimento em direção a centralização do Estado e a moderação do comportamento tornou-se inevitável.

A sociedade de corte absolutista, que paulatinamente sucedeu a sociedade de corte feudal, é um ponto crítico na análise de Elias a respeito do processo civilizador. Segundo ele, foi desse tipo de formação que herdamos grande parte dos comportamentos que hoje chamamos de civilizados ou cortesões, bem como foi aí que

⁹ Na concepção de Elias, o desenvolvimento do processo civilizador depende essencialmente de uma sociedade pacificada. Mesmo na sociedade cavaleiresca (descentralizada e muito belicosa), Elias nota que os breves momentos de maior centralização de terras, e por conseqüência, de poder social e político de um mesmo senhor, contribuem, mesmo que minimamente, para o desenvolvimento do controle do comportamento dos sujeitos.

surgiram ou foram modeladas boa parte das proibições que hoje conhecemos. Não podemos compreender a “civilização” da conduta sem compreender o processo de transformação do Estado e “no seu interior, do processo crescente de centralização da sociedade, que encontrou sua primeira expressão visível na forma absolutista de governo” (Elias, 1993b: 19)

As formas de conduta características da sociedade de corte são o resultante das novas condições em que o nobre foi colocado. Ele não é mais um homem relativamente livre, senhor de seu castelo; ele agora vive na corte e serve ao príncipe, deve comportar-se e ter a linguagem de acordo com sua posição na sociedade e de acordo com aqueles com quem conversa. Para a nobreza, esse tipo de comportamento é uma marca de distinção com relação às outras classes, especialmente com relação à burguesia ascendente, mas é também uma forma de arma contra os inferiores sociais, é uma maneira de separar, uma espécie de código para a classe dirigente ligada ao soberano.

Essa sociedade de corte é, ao mesmo tempo, para Elias, fruto e produtora de um mecanismo que ele denomina “mecanismo régio”, que consistia na equivalência de forças entre a nobreza, que perdia poder social com a expansão do setor monetário, e a burguesia, que ascendia socialmente em razão desses mesmos fatores. O poder de decisão do monarca - e também de todo dirigente central de sociedades grandes e complexas – está no fato de ele se localizar no meio das tensões e interesses divergentes, podendo manipular o conflito de ambições no seu domínio. Esse mecanismo só ocorre quando os monopólios da tributação e da violência estão concentrados nas mãos do governante absoluto, e como consequência, nobreza e burguesia precisam encontrar outros meio de conflito: a disputa é pelo prestígio e pelo poder social no domínio do monarca absoluto, na corte. O lugar ocupado por cada um, o ato de retirar ou não um chapéu, de oferecer um banco ou uma cadeira para o interlocutor sentar, cada ato era um sinal de prestígio e posição nessa hierarquia. Da parte do rei, todos os seus gestos eram públicos, fundindo suas atividades cotidianas com sua função política, e nessas cerimônias (deitar, comer, vestir) era obedecida uma estrita hierarquia em que cada gesto era também sinal de uma posição nessa hierarquia. Os gestos, que em si simbolizam prestígio e divisão de poder, também serviam para confirmar posições, atizar ciúmes, conceder favores ou manifestar a desaprovação do rei. Nessa rede que definia a precedência entre as posições sociais, tudo contava como moeda de prestígio: a hereditariedade, a antiguidade da linhagem, os bens possuídos, a

desenvoltura na etiqueta, etc. Os nobres, se por um lado possuem algum tipo de resistência à dependência em que vivem, por outro lado, adquirem orgulho pelo seu autocontrole, pela aquisição das “boas maneiras”.

As etnografias do Exército aqui apresentadas mostram claramente que a vida militar como um todo é permeada de codificações para atos, posturas e posições que se assemelham muito ao que acabamos de ver ressaltado por Elias¹⁰. Como observaremos nos capítulos seguintes, o processo de formação e sociabilidade militar está marcado por um conjunto de regras sutis de cortesia que se repetem constantemente, numa reprodução quase que ininterrupta de princípios que observamos (ou, que nos são exibidos) com mais clareza nas ocasiões “solenes”, como paradas e desfiles. Essa incorporação de um *espírito* militar inclui, para além dos conteúdos técnicos da profissão das armas, um conjunto de princípios básicos de bom comportamento, educação moral, que são exigidos e contam na avaliação de cada militar. Além disso, o acompanhamento do cotidiano dos militares esclarece o conjunto de atividades estritamente cerimoniais que esse grupo desempenha, tanto nas suas atividades internas ou externas (como paradas rotineiras ou desfiles em datas comemorativas) tanto na estrutura cerimonial do Estado (o Exército, por exemplo, mantém três batalhões exclusivamente para atividades cerimoniais, como o 1º Regimento de Cavalaria de Guarda, conhecido pela alcunha de “Dragões da Independência”). Há ainda outro aspecto importante a ressaltar: em várias ocasiões, quando perguntados a respeito do porque de uma formação moral (que inclui a apreensão de boas maneiras) tão rígida que consta até em regulamentos, os militares responderam que na caserna as coisas aconteciam da maneira como deveria acontecer em toda a sociedade. É uma idéia de que formam uma elite moral e de que devem ser o exemplo, que o resto da “sociedade” deve copiar.

Essa padronização de gestos, palavras e tratamentos “apropriados”, também presente entre os militares, está relacionada com uma visão de mundo hierárquica em que a precedência de posições sociais dá a orientação de como devem ser tratados um superior, um subalterno, uma autoridade municipal, um deputado, um juiz ou um pesquisador da UFSCar. Assim, a visão de mundo hierárquica modula

¹⁰ Embora este seja um tema muito extenso e um pouco desviante da temática principal desse texto, cabe ressaltar que para além de uma semelhança, vários autores sugerem uma conexão intrínseca entre a sociedade de corte e as forças armadas modernas, vide as análises de Georges Duby sobre a sociedade cavaleiresca (1989; 1992), de John Keegan sobre o surgimento dos Exércitos modernos (1995) e de Charles Tilly (1996) sobre a formação do Estado.

espaços, gestos, posições, como também formas de tratamento, configurando uma etiqueta muito semelhante ao *ethos* de corte mostrado por Elias.

Temos, portanto, um conjunto de caracterizações da vida militar que traz questões que motivaram esta pesquisa, observadas as características “rituais” da vida militar como um todo, especialmente a hipercodificação e padronização inclusive dos momentos considerados, na visão de civis, como corriqueiros ou particulares: as etnografias de Castro e Leirner apontam na ação militar um sentido total que é correspondente aos seus princípios como a hierarquia e a disciplina; a visão de Foucault dos mecanismos disciplinares mostra, segundo entendo, todas as características de um ritual permanente; ainda, a observação da sociabilidade militar como uma sociabilidade de corte, também totalmente formalizada, me levou a pensar qual seria o significado de ritual nesse contexto. Observemos a seguir a complexidade da discussão acerca do ritual.

b) *Uma dicotomia clássica: leituras sobre o ritual e o cotidiano*

As noções que derivam de uma categoria antropológica de “ritual”, a observar a extensa bibliografia que procura entendê-la, talvez sejam das mais utilizadas, ou pelo menos de maior durabilidade, pelo menos na produção específica da antropologia. Tendo um caráter muitas vezes polissêmico em seu uso na academia e muitas vezes designando ora um objeto empiricamente observável, ora uma proposta metodológica, segundo entendo, muitas vezes também ela aparece como um termo *catch all*, usado como categoria de explicação das mais diversas realidades etnográficas, quase como uma fórmula à priori, a espera que do antropólogo de plantão.

Observando o grande leque de possibilidades do uso da idéia de ritual, cabe a pergunta a respeito de qual dessas idéias pretendo contestar ou relativizar. Note-se, previamente, que estou a falar de um leque tão amplo quanto a evocação da efervescência durkheimiana, a construção neoestrutural de Victor Turner, a hermenêutica dos galos balineses em Geertz, a adaptação pós-Manchester de Tambiah. Embora isso não seja por si só problemático, gostaria apenas de chamar a atenção para um pano de fundo comum de várias abordagens: a oposição, ritual e cotidiano, que traz consigo uma idéia de que no ritual haveria uma espécie de canal especial de construção

simbólica, em que a ordem simbólico-social estaria presente de forma privilegiada. Em contraposição a isso, na vida cotidiana encontraríamos sempre uma atenuação das normas sociais, um espaço maior para a escolha e ação individual. A grande oposição que está por trás disso é aquela que coloca de um lado o “social” e de outro o “indivíduo” e que instaura as outras oposições como consequência, como público/privado, ritual/cotidiano, norma/inversão, etc.

Há de se considerar que durante seu desenvolvimento na teoria antropológica, o ritual ganha uma amplitude cada vez maior na análise: deixa de referir-se apenas ao sagrado (como em Durkheim) e passa a estar ligado também à técnica, ao profano (Leach); deixa de ser um tipo localizado de evento ou comportamento e passa a ser tomado como um processo (Turner); deixa também de ser um evento e passa a ser uma metodologia, um “jeito de olhar” (Tambiah e Peirano). É partindo dessa constatação que oriento a exposição a seguir, procurando também concentrar minhas atenções em alguns aspectos das concepções do ritual como a de temporalidade, do sentido da ação e da importância no plano do significado que ele tem para cada autor, procurando contextualizar as dicotomias que a noção de ritual instaura de pronto e buscando um consenso mínimo a respeito do valor da observação do extraordinário e do sentido do extraordinário nos grupos estudados.

Para percorrer esse caminho teórico do uso da noção de ritual, procurarei destacar os pontos de inflexão principais que denotam sensíveis diferenças nos tipos de entendimento que a noção de ritual exprime no uso de cada autor, grupo de autores, escola, etc. Certamente algumas nuances ficarão de fora, mas acredito que as linhas fundamentais de entendimento desse termo ficarão explicitadas aqui, pelo menos tentando chegar ao suficiente para embasar a discussão sobre o questionamento ou diluição dessa categoria tomando por base a vida militar.

*

* *

Durkheim (1996) talvez seja o primeiro dentre os autores clássicos para quem o ritual tem um papel destacado em sua teoria social. Para ele o ritual é definido como a parte comportamental referente à prática da religião ou magia, numa clara oposição entre relações sociais e representação. Na sua perspectiva, ritos são atos de

sociedade nos quais são reveladas visões de mundo dominantes de determinados grupos, momentos em que a solidariedade social é produzida, expressando coesão e inculcando sentimentos sociais nas pessoas. Na sua concepção de sociedade enquanto ordem moral, os rituais são o veículo da manutenção dessa ordem, já que atualizam e mantêm os sentimentos de solidariedade por meio da sua representação¹¹.

Van Gennep (1978), o primeiro a utilizar a expressão ritos de passagem, elabora essa noção para qualificar dois tipos de rituais. O primeiro caso (que se tornou mais usado contemporaneamente) é o dos ritos que acompanham a passagem de um indivíduo de um status social para outro (incluindo nascimento, inserção na categoria dos adultos, casamento, morte), e o segundo os que marcam pontos determinados na passagem do tempo (variação das luas, das estações, etc). Ele elabora a análise desses ritos em três estágios: os ritos de separação, os ritos marginais e os ritos de agregação, marcando respectivamente, a entrada, a espera e a saída do plano marginal. Eles não seriam igualmente marcados nos ritos de passagem, sendo um termo mais privilegiado que outro dependendo do rito em questão (o estágio da espera, nos rituais de iniciação, por exemplo). Ele ainda chama a atenção ainda para o simbolismo característico dos ritos de passagem, que, enquanto períodos cruciais da vida, são de profundo interesse sociológico.

Podemos dizer que esses dois autores, junto com Radcliffe-Brown, podem ser pensados como um conjunto ou numa espécie de linha de continuidade, que pensa a sociedade (e seus rituais) a partir do paradigma do imperativo da norma, do equilíbrio funcional dos grupos humanos e a para os quais a ação individual é colocada em segundo plano.

O conflito, a manipulação de regras, e a mudança social são o tema principal da geração posterior na Grã-Bretanha, especialmente na chamada “Escola de Manchester” com Gluckman e Turner de um lado, e, de outro lado, com Leach, no desenvolvimento de alguns pressupostos de Malinowski combinados com uma análise estruturalista.

¹¹ Essa perspectiva dos rituais como atos que apresentam a ordem e os sentimentos sociais também é compartilhada por autores mais recentes, como o sociólogo Jean Cazeneuve (s/d), que neles vê também um foco privilegiado para o observador. Cabe ainda lembrar do clássico texto de Geertz (1978), em que ele encontra na a briga de galo enquanto momento crítico da sociedade Balinesa. No ritual da briga de galos, de acordo com a proposta de Geertz, não seriam os galos que brigariam, mas sim os homens entre si por meio dos galos, que seriam a representação das relações entre os balineses. Note-se a interpretação do ritual enquanto auto-representação, ou drama, que possibilita a experiência de “ser balinês”.

Gluckman (s/d) pensou a oposição segmentaria originária da teoria oxfordiana (especialmente após “Os Nuer” de Evans-Pritchard), mas também se preocupou com outros tipos de oposição e conflito, tendo por fundo a idéia de que certos contextos que ele observou não tendiam ao equilíbrio ou à coerência, não se tratando de uma oposição equilibrada, como pensavam os clássicos de Oxford. Na visão de Gluckman, para entender o contexto colonial era necessário abranger as tensas relações entre autoridade governamental, autoridade nativa, e os diversos grupos que ali se encontravam, e tratar isso como um todo coerente e equilibrado não era a melhor resposta. O equilíbrio imaginado não é uma questão de simples integração de normas ou grupos, mas resulta do equilíbrio de oposições num processo contínuo em que normas também são, com frequência, ambíguas ou conflitantes, tornando o conflito parte do processo social. Da mesma forma, o ritual também não é um simples inculcador de sentimentos sociais, mas expressa e exagera os conflitos entre diferentes regras e afirma uma unidade que existe apesar desses conflitos. Ele é, dessa forma, uma maneira *sui generis* de resolução de conflitos; e a noção de “rituais de rebelião” (1954) distingue certos tipos de eventos que têm por objeto dar vazão às ambigüidades na estrutura social.

Essas noções encontram certa dose de continuidade na obra de Turner (1967; 1974a;1974b, 1996) também oriundo do Rhodes-Livinstone Institute e de Manchester (ambos sob comando de Gluckman). Turner nota, entre os Ndembu, uma quantidade significativamente alta de simbologia ritual, em oposição a pouca existência de mitos. Nesse sentido, para o autor, os rituais supririam à ausência dos mitos, nessa sociedade. De maneira geral, para Turner, o rito, além de desempenhar uma função cognitiva, tem também uma função volitiva: no ritual, sentimentos, emoções, os dados sensíveis da experiência humana, são canalizados e produzidos. Seu papel, além de canalizar os sentimentos produzidos pela contradição na estrutura social, é restabelecer a ordem, desse modo, a eficácia do ritual para ele aparece também no plano da ação, na resolução de contradições concretas.

A contradição trabalhada por Turner, vivenciada e resolvida no ritual, é uma contradição existente na estrutura social, ou seja, nas relações sociais empíricas. Assim, o que gera o rito é a experiência, ele decorre dessa contradição na estrutura social. A contradição vivida pelos Ndembu, no caso do ritual do Isoma, é entre dois princípios divergentes, o da matrilinearidade e o da virilocalidade. A mulher, morando na casa do marido e tendo deveres para com sua mãe e sua casa, é atingida por

“espectros” das ancestrais matrilineares, cujo efeito é sua infertilidade. O Isoma tem o papel de restabelecer as obrigações devidas pela mulher temporariamente infértil e através disso, restituir sua fertilidade. Justamente por pensar a contradição no plano da estrutura social, é que Turner vai deslocar o eixo de sua análise para o ritual, e dando primazia a este ao invés da abordagem intelectualista dos mitos, sua intenção é inserir a experiência do vivido, das afetividades sentidas e da ação na análise antropológica.

Cabe aqui então colocar alguns pontos que são fundamentais na abordagem teórico-metodológica de Victor Turner acerca do processo de significação e de conhecimento. A primeira noção de importância fundamental para Turner é a de *arquétipo conceitual* (1974b) como ferramenta de apreensão do mundo. Os homens apreenderiam o mundo por meio de metáforas, uma maneira de aproximar, para o entendimento, algo completamente desconhecido com algo que se conhece melhor. Assim, para Turner, as metáforas são formas de conhecimento dos processos sociais e das mudanças. O arquétipo conceitual, ou metáfora base, condensa um conjunto de imagens e idéias que aproximam o objeto à análise. As metáforas e os símbolos teriam o caráter de serem multivocais, assim, há uma multiplicidade de possibilidades de significação, que dependem da interação, do contexto em que o objeto é apreendido. A partir da ação, da interação, e da contextualização do objeto, é que seu sentido é apreendido. Dessa forma, o conhecimento se dá por processo e sua forma é aberta às possibilidades oriundas da experiência. Isto valeria tanto para o conhecimento do senso-comum como também para o conhecimento das ciências sociais, que ele exemplifica através da utilização de metáforas da física ou biologia usadas por outros autores. Nesse sentido, o conhecimento, para Turner, é um processo de significação apreendido através do processo social, das interações. Por consequência, os momentos de melhor observação, para o antropólogo, são os momentos de conflito, os “dramas sociais”, em que são ressaltados as regras e valores em suas contradições, dando margem para observar a estrutura social, sua “contra-estrutura” e as alternativas dessa ordem. O “drama social” é operacional, para Turner, inclusive para a manutenção da ordem.

O processo do “drama social”, segundo Turner, teria quatro etapas ou fases. O primeiro deles seria o do rompimento de relações amigáveis. Posterior a isso, experimenta-se a iminência do conflito. Numa terceira fase, as disputas são colocadas para serem resolvidas, estabelece-se um tipo de relação diferente da anterior entre as unidades sociais em questão. A última etapa é a da reintegração, do restabelecimento

das relações, de uma maneira que não é nem a inicialmente colocada na cisão, nem aquela que existia anteriormente: é uma outra forma social.

Percebe-se, nessa última fase do drama social, que o entendimento de Turner da sociedade é de um constante devir, um processo contínuo, que é apreendido pelos indivíduos pela experiência concreta, pela interação, de onde, através das propriedades multivocais dos símbolos, estabelecem por correlação as significações do seu mundo social. Da mesma forma, a significação também só é apreendida por meio de processos, de interações, e as sociedades diversas apreendem seus processos por meio de metáforas diversas, e esta constituiria sua singularidade.

Simbolizar, para Turner, é estabelecer metáforas, num processo de significação que principia na interação, estabelecendo as correlações metafóricas e daí extraíndo o sentido. É no concreto vivido, na experiência, que está a apreensão dos significados, na relação do sujeito com o plano externo. O simbólico se realiza via experiência, pois as propriedades do objeto não são oriundas de operações mentais, mas sim da sua percepção externa. Se, por exemplo, a obra de Lévi-Strauss é construída com base numa suposta “ausência de sujeito”, em Turner observamos um sujeito do conhecimento, da experiência e da observação, e que a partir de seu conhecimento se apropria das qualidades da natureza e as traduzir no plano simbólico. Como sintetiza Langdon (1996), o conceito de cultura na antropologia simbólica de Turner é centrado no ator, ela emerge através da ação e, portanto, a observação dos dramas sociais, dos processos rituais seriam os focos privilegiados da apreensão da experiência cognitiva nos momentos de efervescência, pois a cultura é um fenômeno dinâmico, que se estabelece entre o modelo de realidade apresentado pelo rito e o homem que passa a agir no mundo a partir desse modelo.

Em contraponto à abordagem centrada na *experiência* de Turner, podemos tomar a abordagem de Lévi-Strauss, centrada na primazia do plano simbólico e que desenvolve uma outra perspectiva sobre as questões principais da análise dos rituais de Turner. Para Lévi-Strauss (1976), o rito contém em si o mito implícito. De maneira que não há ritual sem mito; porém, a diferença com o mito explícito (o discurso mítico) é que nos rituais há apenas fragmentos desse discurso. O discurso, no ritual, é substituído por gestos e pela manipulação de objetos. O que se deve perguntar a respeito do ritual é como as palavras são proferidas, como são feitos os gestos e quais os objetos escolhidos. Gestos e objetos condensam de forma concreta práticas que seriam da dimensão discursiva, e se referem a um sistema global de idéias e representações. Eles

não são usados no seu sentido prático, mas sim são meios que o ritual se utiliza para evitar falar.

Quanto à palavra, o que tem de ser analisado, para Lévi-Strauss, não é o que é dito, mas também como é dito. Ele então demonstra dois procedimentos constantes no ritual: a fragmentação e a repetição. No ritual é executada uma grande classificação entre variedades, subvariedades, tipos e nuances de objetos, movimentos, valores, entidades animais, vegetais e minerais, etc. Na emissão de palavras, a fragmentação se dá na minúcia descritiva de todos os processos: formas de andar, comer, etc. Junto a esse processo há a repetição em várias séries de gestos ou fórmulas verbais iguais ou parecidas, mas todas em si vazias de sentido ou com sentido pobre.

As razões profundas do uso desses recursos se encontram na necessidade do ritual de remendar e tapar lacunas, na intenção de refazer o contínuo de sentido mítico frente à descontinuidade das possibilidades concretas. A necessidade de fragmentar e repetir vem da vontade de garantir a continuidade perante qualquer coisa que a interrompa. A oposição entre o mito e o rito é, então, equivalente à oposição entre o viver e o pensar. O rito é uma degeneração do pensamento frente às possibilidades da vida concreta, na tentativa de restabelecer a continuidade que a idealização mítica pensa. É uma reação ao que o pensamento faz da vida, à como o homem pensa o mundo. Entende-se assim seu caráter fanático e desesperado, na tentativa de superar a separação criada pelo pensamento, pelo simples fato de pensar o mundo.

Com relação à problemática das emoções, da experiência e sua relação com o rito, tão levantada pela antropologia de Turner, Lévi-Strauss repete o mesmo raciocínio utilizado para a música e o mito: trata-se de satisfação ou não dos desígnios da função simbólica. Desse modo, Lévi-Strauss trata de colocar os afetos num lugar posterior e subordinado à apreensão do mundo pelo pensamento, e a única maneira de compreendê-los, para ele, é buscar no processo de significação pelo intelecto suas raízes.

Em uma outra vertente, Leach (1996) tem uma posição com um sentido simétrico e inverso ao da escola de Manchester no que se refere a pensar alternativas ao modelo de equilíbrio das teorias clássicas do estrutural funcionalismo. Ele mostra que qualquer regra supõe contradições que levam ao conflito e à mudança e a idéia de indivíduo enquanto portador de interesses próprios é forte o suficiente para a compreensão de que a diferença desses interesses é a base para a desestabilização da supostamente estável estrutura dos herdeiros de Radcliffe-Brown. Se na obra de

Gluckman nota-se uma clara filiação à tradição estrutural de Radcliffe-Brown, Leach, discípulo de Malinowski, deixa muito claro que sua preocupação é com o indivíduo concreto, vivendo e tentando solucionar seus problemas concretos.

Assim, a obra de Leach se insere no contexto teórico da antropologia em duas direções de crítica. Inicialmente, ele critica o estrutural-funcionalismo inglês, na sua busca pelo entendimento das funções nas sociedades que as manteriam em equilíbrio, baseados em idéias de que as estruturas sociais têm uma tendência ao equilíbrio. Critica também, ainda que compartilhe, a escola estruturalista francesa, principalmente parte da obra de Lévi-Strauss, na sua paixão por modelos formais que deixaria escapar as realidades etnográficas nos estudos da cultura. Para ele, Lévi-Strauss acertou na teoria, porém errou ao não privilegiar os fatos.¹²

Leach vai procurar um amálgama da filiação de Malinowski (preocupação etnográfica) com o estruturalismo de Lévi-Strauss. Seguindo o postulado malinowskiano de que a observação deve levar ao modelo, e a primazia é da realidade de “carne e osso”, ele vai juntar a isso a potência explicativa do modelo estruturalista. O antropólogo deve ultrapassar a visão do modelo e procurar aquilo que vai gerar empiricamente as ações dos sujeitos operando a modelação entre o ideal e o “real” (que seria o ideal mais empírico), procurando ver as coincidências entre o modelo ideal e a conduta empiricamente acionada. Para ele, a questão não é ver a adaptação às regras, mas como o ser empiricamente opta entre as ações possíveis (e desvia de certa norma) dentro do plano do pensável (das possibilidades dadas pela estrutura).

A partir de sua etnografia das sociedades kachin, “Sistemas Políticos da Alta Birmânia” (S.P.A.B.), e segundo as críticas supracitadas, Leach vai propor que toda sociedade tem uma brecha para mudar, reforçar ou aniquilar o modelo em que ela se embasa. O equilíbrio nos sistemas sociais que é visto pelos estrutural-funcionalistas, para Leach, está presente é nos observadores e não dá conta das realidades observadas; já com relação ao estruturalismo, ele perderia grande parte dos dados empíricos em prol do modelo.

S.P.A.B vai ser utilizado por Leach como um meio de sair desse dilema do equilíbrio. Segundo os dados kachin, uma sociedade que não estaria em equilíbrio e em que a norma é o conflito, sujeitos de diferentes línguas e estruturas sociais possam

¹² Nesse sentido, Leach vai apresentar a explicação (baseada na observação empírica) de como funciona e existe o modelo de troca generalizada (na sociedade Kachin), que Lévi-Strauss havia concebido como inseguro para as partes que trocam e fadado ao fracasso.

reconhecer-se enquanto parte de um mesmo grupo. Numa época em que os trabalhos antropológicos tentavam identificar sociedades a partir de sua língua e seu sistema social, Leach procura ver a perspectiva histórica do suposto equilíbrio e explicitar a natureza idealista dos seus supostos.

Entende-se melhor esta proposição à luz do sistema político dos kachin. A tese de Leach é que a organização política das comunidades kachin oscila entre dois pólos: de um lado o sistema chan (equivalente a uma hierarquia feudal) e de outro o sistema gumlao (equivalente a um sistema anarquista e igualitário), no meio desses dois pólos estaria o sistema gumsa, que é o compromisso entre os sistemas gumlao e chan. Os sistemas gumsa são instáveis e se tornam inteligíveis em contraposição aos pólos gumlao e chan. As sociedades autênticas (segundo Leach) não estão em nenhum dos pólos, mas oscilam entre eles e tem, na sua maioria, o sistema gumsa. A variabilidade observável entre os kachins e os chan - atributos culturais (roupa, língua) – é oriunda dos rótulos simbólicos que denotam diferentes setores de um sistema estrutural único e extenso.

A solução para o entendimento dessa variabilidade está em que esses sujeitos têm um mesmo repertório de símbolos e eles mesmos os manipulam de acordo com as opções possíveis dentro do repertório, as suas diferenças estão dentro de variações (possibilidades) que os kachin conhecem e que variam. Os três sistemas políticos diferentes são como modalidades articuladas idealmente para as pessoas. Assim, o sistema gumsa, quando chega a um ponto crítico, transforma-se, e o sistema de trocas simples torna-se complexo (através de festas generalizadas para a redistribuição de bens e mulheres). O sistema não congela as pessoas nos seus papéis sociais, mas oferece vazão para as crises da sociedade; ainda assim, a ação “possível” está limitada às regras do sistema. Segundo Leach (1996) o antropólogo deve construir modelos ideais para pensar a sociedade como se esta fosse se comportar de maneira equilibrada, de acordo com normas estáveis, porém esse modelo ideal é uma orientação para o antropólogo, que a partir disso tem de observar as variações reais desse modelo ideal¹³. Esse padrão ideal que o antropólogo deve usar como um momento da análise tem seu equivalente para as pessoas estudadas e é aqui que a sua concepção das características e do papel do ritual se situa.

¹³ Para ele, esse é apenas uma fase da análise e esse modelo ideal, que pensa a sociedade *como se* estivesse em equilíbrio tem potencial explicativo limitado, e o antropólogo deve observar a interação dos interesses pessoais e colocá-los como variações dessa norma idealizada. São esses interesses que devem, com o tempo, provocar uma alteração no sistema.

Para Leach, o ritual não é um tipo de ação específica, mas sim um aspecto de qualquer tipo de ação. Dessa maneira, não há puramente técnica e nem puramente ritual, qualquer ação pode ser caracterizada como mais ou menos técnicas ou rituais, de acordo com o contexto, e assim ele pretende escapar da disposição durkheimiana a respeito da oposição entre os atos relativos ao sagrado (os rituais) ou profano (as ações técnicas). Por exemplo:

“No ‘procedimento costumeiro’ dos kachins, as rotinas de limpar o terreno, plantar as sementes, cercar o pedaço de terra e capinar as ervas daninhas são todas padronizadas de acordo com as convenções formais e entremeadas com todos os tipos de adornos e ornatos tecnicamente supérfluos. São esses adornos e ornatos que tornam o desempenho um desempenho kachin, e não um mero ato funcional” (LEACH, 1996:75)

O ritual, como modelo ideal, expressaria o sistema das relações aprovadas socialmente, e tornaria explícito o que as pessoas, em busca de suas necessidades concretas, tenderiam a desprezar:

“(…) os indivíduos que compõem uma sociedade devem, de tempos em tempos ser lembrados, pelo menos em símbolo, da ordem básica que presumivelmente guia suas atividades sociais. Os desempenhos rituais têm essa função para o grupo participante como um todo; eles tornam momentaneamente explícito aquilo que de outro modo é ficção” (LEACH: 1996:78)

A oposição entre mito e ritual também é relativizada por Leach. Mitos e rituais não são entidades diversas com relações funcionais, mas são maneiras diferentes de “dizer” algo sobre a ordem social. O ritual caracteriza-se por ser uma “afirmação” em ação e “serve para expressar o status do indivíduo enquanto pessoa social no sistema estrutural em que ele se encontra temporariamente” (LEACH, 1996: 74). As ações dos sujeitos, de acordo com o repertório disponível, permitem que, por exemplo, se chame o nome de um príncipe chan para reivindicar a pretensão aristocrática, mas apele ao igualitarismo gumlao para não pagar direitos ao seu chefe tradicional. Dessa maneira, podemos entender como um mesmo sujeito pode reivindicar um “vocabulário” hierárquico ou igualitário de acordo com seus interesses sem no entanto deixar de ser coerente. Os símbolos ambíguos apresentados no ritual são necessários para fornecer

um leque de escolhas possíveis ao indivíduo. Para Leach, é o comportamento verbal o modelo para a ação: sujeitos diferentes preenchem os detalhes do esquema ideal de diferentes maneiras (como demonstra o exemplo acima e outros depoimento citados pelo autor).

Segundo esse sistema de categorias verbais interligadas, o modo gumsa é uma variação no repertório gumlao e vice-versa. Ele observa os mitos e vê que é constante a repetição da transformação do sistema gumsa para o gumlao e vai observar isso empiricamente em um ponto-chave que é o ritual. É através dele que a sociedade é tirada de uma situação e colocada em outra, e assim ocorre a atualização estrutural: o ritual gumsa-gumlao é um momento crítico em que o chefe distribui bens para toda a sociedade, há rebeliões, etc. Segundo Leach, os kachin são conscientes das possibilidades de variação dos sistemas e procuram maximizar os ganhos em qualquer dos sistemas. O ponto chave de entendimento desse processo é saber como as pessoas executam estas ações básicas de maneira diferente porém seguindo as mesmas regras.

Assim, ele propõe a solução de um modelo de equilíbrio móvel total (ou equilíbrio dinâmico), isto é, a ordenação sistêmica dos fatos históricos depende da mudança das categorias verbais e é, no final, ilusória, pois, segundo ele, sistemas sociais não são máquinas e a ordenação que se observa é fruto de uma ordenação de conceitos e não de relações realmente existentes. A teoria de Leach repousa na noção de que as categorias verbais formam um sistema estruturado de interpretação dos fatos (para si e para os outros) e o uso verbal dessas categorias permite mais de uma estruturação. A ordem política (gumsa ou gumlao) vem de estruturas categoriais que vão ser discrepantes com relação aos fatos empíricos do campo. O sistema Kachin observado é resultado de uma oscilação política de longa duração, é um sistema empírico e um sistema de idéias (que não estão em equilíbrio). Os eventos só vêm a se estruturar na medida em que os dotamos de ordem mediante a imposição de categorias verbais (o sistema de significação). O comportamento político dos kachin é a reação transigente às doutrinas polarizadas dos sistemas chan e dos gumlao. Para entender a cultura kachin deve-se recorrer a uma espécie de dialética intertribal em que só se compreende o grupo A quando se comparam as qualidades com relação à sua antítese tribo B.

Sistemas políticos devem ser tratados como parte de um sistema total mais amplo de contínua mudança. Nas colinas kachin, qualquer indivíduo tem papel social em sistemas diferentes ao mesmo tempo, e para eles os sistemas aparecem como alternativas ou incongruências no esquema de valores que ordena sua vida. O processo

de mudança estrutural realiza-se por manipulação dessas alternativas como forma de continuidade social e o ritual é um veículo de cognição dessas possibilidades de mudanças estruturadas. Nota-se, por fim, que há uma ampliação da noção de ritual com Leach, já que agora ele tira esse conceito da esfera do sagrado, tira também da noção de um tempo e espaço exclusivos e completamente apartados da vida cotidiana: um comportamento qualquer pode ser ritual, desde um simples cumprimento até uma grande cerimônia religiosa, pois o ritual é uma espécie de linguagem sintetizada que é manifesta de diversas maneiras. A principal crítica feita à análise do ritual de Leach é a de que ele aproximaria demais os comportamentos rituais dos mitos, pois a ação seria apenas uma maneira de apreensão e transmissão de conhecimentos, um sistema ideal da sociedade em ação, que nessa análise perde as capacidades empíricas da dinâmica ritual para a experiência, tão enfatizada por Turner.

Nesse sentido, o esforço de Tambiah, por sua vez, é o de ligar essas pontas que ora levavam a investigação sobre os rituais demais para a expressão em ação de um esquema ideal e rígido, ora para uma espécie de cognição total via experiência, apartada de qualquer sistema simbólico prévio. Discípulo de Leach, talvez tenha o trabalho acerca da noção de ritual que mais esteja em voga no momento no cenário da produção antropológica brasileira, especialmente nos trabalhos de Mariza Peirano e de seus alunos, e sua análise performativa do ritual guarda muito das noções de Leach acima expostas.

Nos seus ensaios teóricos sobre o ritual, Stanley Tambiah (1985) vai desenvolver um ponto de vista performativo¹⁴ do ritual, ele propõe três aspectos fundamentais que devem ser considerados na noção de ritual: a) os nativos são quem marcam os acontecimentos como distintos do cotidiano; b) trata-se de uma performance coletiva para atingir determinado fim e; c) os eventos têm uma ordenação que os estrutura. Assim, para ele, não é pertinente definir o ritual em termos absolutos, cabe aos nativos estabelecer classificações entre os diversos tipos de atividades sociais e ao etnógrafo cabe saber detectá-las. Os eventos definidos pelos antropólogos como rituais são os que partilham de traços comuns como uma ordenação estruturante, o sentido de uma realização coletiva com propósito definido e também uma percepção de que eles são diferentes do cotidiano. Mas, além disso, segundo Tambiah, o ritual também faz parte de uma cosmologia. É nessa cosmologia que está a relação entre forma e conteúdo

¹⁴ Para essa elaboração ela usa Austin (1962), na noção dos atos performativos, nos quais a enunciação já constitui sua realização.

que vai dar o caráter performativo do ritual, realizando assim o equacionamento entre ação social eficaz e cosmologia:

It is constituted of patterned and ordered sequences of words and acts, often expressed in multiple media, whose content and arrangement are characterized in varying degree by formality (conventionality), stereotypy (rigidity), condensation (fusion), and redundancy (repetition)" (Tambiah 1985: 128)

Ainda segundo ele, os ritos, como sistemas culturalmente elaborados de comunicação simbólica, deixam de ser apenas ação equivalente ou frutos de um sistema de idéias, resultando que eles se tornam “bons para pensar”, para agir e têm eficácia social. Os rituais partilham de alguns traços formais e padronizados, mas estes são variáveis, fundados em construtos ideológicos particulares. Ele compreende a ação ritual como uma manipulação de um objeto-símbolo, com o propósito de uma transferência imperativa de suas propriedades para o recipiente. Nesse caso, focalizá-los em sua especificidade para demonstrar que são momentos de intensificação do que é usual, torna-os centros privilegiados para se detectar traços comuns a outros momentos e situações sociais críticas.

Tambiah procura sintetizar as contribuições mostradas nos estudos anteriores dos rituais: as características performáticas do ritual fazem com que ele tenha propriedades de ordem ideal da sociedade transmitindo conteúdos simbólicos por meio da ação, bem como oferece respostas empíricas à vida. O ritual não apenas reproduz e serve como um mapa cognitivo da realidade, uma referência ideal, mas também produz, cria, resolve. É justamente por esse vínculo entre a ação social com a cosmologia, vivida performaticamente por meio do ritual, que a eficácia é produzida, nas ações que permitem aos sujeitos acionar o esquema ideal de seu grupo, bem como viver e pôr em ação as engrenagens da dinâmica social. Essa é a resposta oferecida pelo autor aos debates entre o viver e o pensar, a experiência e o plano lógico-simbólico: trata-se da junção do viver e do pensar conjuntamente na ação que produz nos homens de carne e osso a eficácia das categorias que, desse modo, são vividas.

Quanto à forma dos rituais a ser captada pelos observadores, apesar de colocar esse aspecto como uma definição nativa e portanto logicamente flexível, Tambiah estabelece também que o tipo de ação de que ele trata é um tipo de ação que é reconhecidamente especial pelos nativos, assim, apesar da flexibilização da noção da temporalidade do ritual, ainda sim ele coloca como um tipo de ação extraordinária por

mais que teoricamente ele coloque os comportamentos rituais na gama geral da atividade social¹⁵.

Um exemplo dessa flexibilização do tipo de evento que ele entende por ritual é a análise empreendida em *Leveling Crowds: Ethnonationalist Conflicts and Collective Violence in South Asia* (1996). Tambiah discute a violência coletiva no Sul asiático, com foco de atenção nos *riots* (espasmos de violência coletiva contendo saques, roubos, assassinatos, vandalismo, destruição de propriedades, etc). Ele observa que os *riots*, que numa análise prematura parecem espontâneos e caóticos, apresentam contornos organizados e recorrências tais quais padrões de eventos provocadores, a seqüência da violência, rápida duração estabelecida, possibilidade de verificar os

¹⁵ A noção de performance ainda é utilizada para definir a corrente de estudos que está relacionada com os desenvolvimentos feitos a partir dos últimos trabalhos de Turner (1982, 1987), em que ele estabelece as relações mais profundas entre o teatro e a realidade social e a possibilidade da apreensão desta por meio de seus dramas e das performances de seus atores. A idéia básica de análise de Turner nesses trabalhos continua sendo a da observação do liminar, da antiestrutura, como maneira de conhecimento da realidade observada, por meio das tensões estruturais que aí ficariam expostas. Porém, a análise das performances nasce de uma separação que Turner sugere entre o contexto “tradicional” de pesquisa, no seu caso, entre a observação dos estados “liminares” entre os Ndembu e a sociedade moderna. Na sociedade Ndembu, mesmo que nos estados liminares as pessoas experimentem a inversão de papéis sociais, a vivência de situações que invertem a ordem das coisas, essa experiência da liminaridade por meio da participação nos dramas sociais e nos ritos de passagem é “tradicional”, algo ao que eles estavam obrigados a se submeter. Nas sociedades complexas ocidentais, segundo Turner (1982), os fenômenos semelhantes aos dramas e ritos de passagem, bem como outros fenômenos ligados ao campo das artes e dos esportes, ao contrário, estariam à parte do todo social, voltados para expectativas e interesses individuais. Para tratar dessas particularidades desses fenômenos contemporâneos, Turner cunhou o termo liminóide, dando nova tinta na velha dicotomia que opõe a predominância da coletividade e do indivíduo. Seguindo esse raciocínio, Turner propõe que nos “fenômenos culturais” das sociedades complexas os atores sociais possuem o livre arbítrio para participarem ou não de determinada atividade cultural, sua análise desloca-se então para as performances culturais da sociedade contemporânea por meio da proposição da “antropologia da performance”, que ele classifica como uma dos principais temas da perspectiva “pós-moderna” com relação às abordagens tradicionalistas, centradas no paradigma da ordem. Turner defende ainda que a ordem social não é determinada e as categorias são flexíveis e manipuláveis, e os momentos extraordinários como os liminares ou liminóides seriam aqueles onde ocorre um metateatro onde a realidade social é metaforizada, onde os sujeitos se afastam de seus papéis sociais e podem refletir a respeito deles ou mesmo muda-los. Não bastasse o tão conhecido grande divisor na análise e de se apoiar numa noção ocidental, que é a da qualidade do livre arbítrio individual para participar de atividades e manipular símbolos, a antropologia da performance, de acordo com Peirano (2006) utilizaria ainda de forma confusa a noção da performance, que não é aquela de Austin (1962) e não tornaria possível definir se ela se trataria de uma teoria, uma metodologia ou um recorte temático, devido a abrangência de “objetos” por ela estudados, como “*os aspectos dramáticos e estéticos manifestados na vida cotidiana tanto quanto os eventos extraordinários eruditos e populares, tais como o teatro, música, dança, festas, rituais e manifestações políticos e étnicos*” (LANGDON apud PEIRANO, 2006). Peirano sugere ainda que haveria uma supervalorização em demasia dos últimos trabalhos de Turner, esparsos e experimentais e que a idéia de performance estaria muito colada a categorias e temas do mundo ocidental, e que por isso fica difícil estabelecer se algum panorama sociológico pode ser descoberto com a idéia de performance nos estudos atuais: “A pergunta, então, é a seguinte: em que sentido uma ‘antropologia da performance’, como uma área de conhecimento nova, poderia ampliar a compreensão do kula como analisado por Malinowski ?” (Peirano, 2006: 7). Cabe ressaltar que para a apresentação que faço aqui, destaca-se que a antropologia da performance também trata do extraordinário(em oposição a um cotidiano) como um veículo especial, seja de experiência humana ou de apreensão antropológica, que é a idéia principal que discuto.

participantes, como se espalha e termina. Eles apresentam traços característicos que são sustentados em um arcabouço cujos elementos são usualmente selecionados das formas cotidianas de sociabilidade, do calendário ritual de festividades, das sanções e punições populares e dos rituais de purificação e exorcismo. Segundo Tambiah, as brutalidades cometidas durante os *riots* transformam-se numa convivência pacífica com os antigos inimigos justamente pelo aspecto ritual do fenômeno, que por ser essencialmente coletivo, não deixaria marcas psíquicas no plano individual. O traço eficaz dos *riots*, segundo ele, é que eles operariam o nivelamento (*leveling*) social, com a destruição de propriedade como vetor para isso. Assim, vantagens percebidas no oponente são eliminadas e a desigualdade sofrida pelo oprimido compensada.

São dessas noções que Peirano (2001b) vai sugerir a ampliação da análise de rituais para eventos críticos de uma sociedade:

“Hoje podemos continuar a fazer uso da noção de ritual mas em sentido ampliado, expandido, tornando-o instrumental analítico para eventos críticos de uma sociedade. Rituais indicam-nos o caminho da cosmologia, quer daquelas um dia consideradas tribais, primitivas, ou, hoje, modernas.” (PEIRANO, 2001b:35)

Com essa idéia ela propõe ampliar o foco do ritual, utilizando-o como modelo para analisar os eventos sociais em sentido amplo. Nas análises dos rituais no sentido “clássico” (mais ligado ao domínio religioso) para o mundo “moderno”, ocorreria uma mudança de foco que, antes direcionado para fenômenos não rotineiros e específicos de cunho religioso, é agora ampliado, para dar ênfase a eventos que mesmo reconhecidos socialmente como especiais, são diferentes dos rituais clássicos com relação à maneira em que se inserem no contínuo das atividades sociais. Assim, ela elabora uma separação analítica entre os rituais (ocasiões mais marcadas socialmente) e os eventos em geral:

“(…), entendemos que rituais são tipos especiais de eventos, mais formalizados e estereotipados e, portanto, mais suscetíveis à análise porque já recortados em termos nativos. (...) Eventos em geral são por princípio mais vulneráveis ao acaso e ao imponderável mas não totalmente desprovidos de estrutura e propósito se o olhar do observador foi previamente treinado nos rituais.” (PEIRANO, 2001a:8)

Segundo a autora, rituais e eventos críticos de uma sociedade ampliam, focalizam, põem em relevo e justificam o que já é usual nela, e o antropólogo estaria lidando com fenômenos semelhantes em graus diferenciados. Dando ênfase na perspectiva etnográfica do ritual, ela afirma que eles não devem ser definidos pelos pesquisadores, porque sua delimitação é etnográfica e a sua definição não pode ser absoluta ou apriorística, mas sim relativa. Essa perspectiva introduz a análise de rituais enquanto uma ferramenta metodológica privilegiada, com a qual o antropólogo se prepararia de maneira privilegiada para o entendimento do grupo que estuda, justamente por observar os momentos em que essas categorias que permitem o acesso ao grupo serem enfatizadas nas ocasiões extraordinárias.

Todos esses autores não esgotam o debate, certamente mais complexo, mas representam “tipos ideais” para pensar o ritual e enunciam possibilidades lógicas para entendê-los. Mas o que é interessante para este trabalho é notar que apesar das diferenças entre eles pode ser notada uma linha de continuidade, centrada no caráter de excepcionalidade a que o ritual está associado. A proposta aqui é de pensar essas abordagens “clássicas” sobre o ritual, mas levando em conta que meu material etnográfico sugere pensar novas possibilidades, como talvez uma equalização entre o ritual e o cotidiano ou a falta de necessidade da ligação da noção do ritual com uma noção de “cotidiano”, ao invés da já observada superioridade lógica do ritual com relação a um tempo considerado “comum”.

Essencialmente, trata-se da seguinte linha de raciocínio: será que podemos trabalhar com a categoria de ritual de maneira generalizante ou universal? Será que podemos, a partir deste caso etnográfico, tomar o ritual como uma categoria “natural” do pensamento antropológico? Será que não houve uma supervalorização por parte das abordagens antropológicas da noção de ritual, que, segundo é facilmente observável, é tornada quase que uma propriedade humana intrínseca por essas análises? Num momento em que até mesmo noções mais rígidas, como sociedade, pessoa, gênero, estão sendo postos em questão com base nas perspectivas nativas, não seria o caso de realizar um movimento parecido com essa categoria que tem o privilégio de evidenciar as classificações de atos sociais? A idéia de “classificações de atos sociais”, mais ampla, não poderia oferecer a possibilidade de uma ferramenta metodológica e teórica que pudesse contemplar outras variantes, oposições, gradações de atos coletivos que fogem ao princípio da oposição ritual/cotidiano, ou, indivíduo e sociedade? Será

que a disciplina não teria reificado uma noção que observou em determinados contextos, e ao aplicá-lo em outros, estaria achatando a compreensão nativa, ou, substituindo a primazia da classificação nativa por um “encaixotamento” da mesma em categorias antropológicas prontas *a priori*.

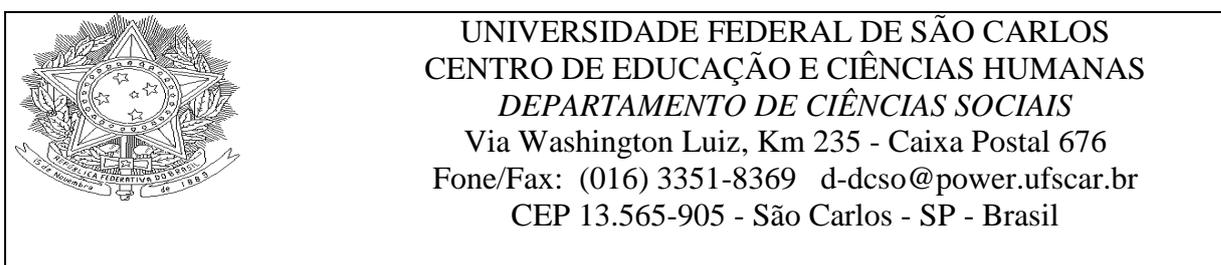
Levando em conta a premissa básica de que a classificação do que é ritual (ou a classificação de qualquer coisa) deve partir do dado nativo, procurarei mostrar a seguir algumas características e experiências com militares que me levam a pensar que neste caso etnográfico não fica tão clara, ou não é tão rígida, a oposição entre os momentos “extraordinários” e o “tempo comum”, entre um suposto domínio efetivo do social e um tempo “normal”, onde a prescrição sociocultural fosse menos rígida. O que a instituição deixa transparecer é um conjunto de condutas estereotipadas e formalizadas que se repete durante todo o tempo, construindo um grupo em que todas as condutas podem, de certa maneira, ser consideradas rituais (por sua formalização, estereotipação, ordem estruturante, sentido coletivo¹⁶), o que, por outro lado, esvaziaria a idéia de ritual nesse contexto.

c) *Os militares como objeto de estudo e as possibilidades de pesquisa de campo.*

Um grupo como os militares, com particularidades como as vistas acima, exige um esforço característico para ser objeto de uma etnografia. Meu objetivo inicial de contato para pesquisa de campo, inclusive de acordo com o projeto, foi por meio da autorização institucional do Exército Brasileiro. Achemos de início que o contato formal seria mais adequado para o recorte proposto no projeto, e que realizar a pesquisa com o aval do Exército Brasileiro seria um ponto importante para a observação, não só pela necessidade óbvia da autorização para entrar nas organizações militares como também pela legitimidade que imaginávamos que a pesquisa ganharia com a comunicação entre duas instituições federais - de acordo com a visão hierárquica de mundo dos militares - teria mais respeito do que um contato direto, meu ou de meu orientador, ou ainda um contato informal por meio de militares que poderiam facilitar o acesso. Como a pretensão era poder ter acesso às prescrições totais que regem a sociabilidade militar, ser recebido formalmente seria um passo inicial do tratamento da questão, além do fato de que não tenho qualquer familiaridade com a vida militar e nem parentes no meio.

¹⁶ Tambiah (1985)

Dessa forma, a primeira tentativa de contato ocorreu em abril de 2006. Uma carta com o timbre da Universidade Federal de São Carlos foi redigida e enviada para três órgãos do Exército Brasileiro: o Gabinete do Comandante do Exército, a Secretaria-Geral do Exército e a Diretoria de Assuntos Culturais, a escolha desses órgãos especificamente foi orientada pelas atribuições que lhe são peculiares. A Secretaria-Geral do Exército é o órgão que assessora o Comandante do Exército nos assuntos ligados ao cerimonial militar, bem como numismática e cuidado com o acervo cultural e patrimonial do Exército. A Diretoria de Assuntos Culturais, órgão subordinado ao Departamento de Ensino e Pesquisa, é responsável pelo planejamento, coordenação e fiscalização¹⁷ das atividades culturais no âmbito do Exército, e por “atividades culturais” entenda-se as atividades que divulguem a história do Exército e as “tradições nacionais” e preservação do patrimônio histórico. De maneira prematura, pensei que pelos cerimoniais poderem ser pensados como matéria de cunho mais relativo às “tradições” do Exército, esses órgãos poderiam ser a porta de entrada na instituição. Porém, como vim a observar depois, cerimoniais e sinais de respeito, são parte fundamental da atividade militar, estão no centro de sua rotina funcional, e com o órgão que respondesse por essa atividade funcional é que a comunicação deveria ser feita. Por fim, o contato feito com o Gabinete do Comandante do Exército tinha por objetivo falar diretamente com o responsável pela autorização máxima, que abriria todas as portas. A carta que foi enviada tinha o seguinte conteúdo:



São Carlos, 03 de fevereiro de 2006

Ilmo. Sr.
Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral do Exército

¹⁷ Fique ressaltado o grau de sigilo e observação a que tudo, até as atividades culturais, como exposições, tem que ficar na visão ideal militar.

Prezado Sr.

Estamos desenvolvendo uma pesquisa em antropologia social que, em seu âmbito maior, busca compreender o significado e os aspectos sócio-culturais da hierarquia e da disciplina militares. Entre os temas estudados, estamos trabalhando com os cerimoniais e eventos comemorativos do Exército Brasileiro. O grande objetivo desta pesquisa é procurar conhecer como o Exército Brasileiro realiza, através dos seus cerimoniais, a constante preservação de suas tradições e valores, bem com entender a organização dos cerimoniais e os processos de preparação e execução dos mesmos.

Nosso intuito, aqui, é solicitar a permissão, caso seja de interesse do Exército, para acompanhar o dia-a-dia dos militares em algumas ocasiões especiais. Com relação aos eventos, estamos interessados na observação de datas comemorativas tais como:

- Semana do Exército
- Semana do Soldado
- Semana da Pátria
- Dia da Independência
- Dia da Bandeira
- Comemoração da Batalha de Guararapes
- Comemoração da Batalha de Tuiuti
- Comemoração do Dia do Patrono do Exército Duque de Caxias
- Comemorações de Patronos de Armas e aniversário de Organizações Militares

Além dessas comemorações, estamos interessados também no conhecimento de outros tipos de cerimoniais tais como:

- Formaturas
- Passagem de comando em Organizações Militares
- Visitas de oficiais-superiores, autoridades ou oficiais do exterior em Organizações Militares (e as respectivas honras de recepção e despedida)
- Execução de Guarda de Honra

Para tanto, seria necessária a permissão do Exército em alguns pontos, e nesse sentido gostaríamos de saber a disponibilidade do Exército em nos ajudar sobre os seguintes aspectos:

- Possibilidade da presença do pesquisador nas organizações militares por ocasião dos eventos supracitados, e, se possível a presença por um tempo maior (quatro ou cinco dias antes, por exemplo) para que seja possível acompanhar todo o processo de preparação e execução das festividades e cerimoniais.
- Disponibilidade para entrevistas com oficiais que estejam em atividade na organização desses eventos
- Possibilidade de obter informação a respeito das datas de ocasiões de passagem de comando nas Organizações Militares, bem como de visitas que porventura venham a ocorrer, formaturas e execução de cerimoniais de honras militares.

Desde já agradeço a atenção dispensada e aguardo a resposta com as possibilidades de cooperação do Exército Brasileiro.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner

Coordenador da Pesquisa
Departamento de Ciências Sociais
Universidade Federal de São Carlos

Alexandre Colli de Souza
Pesquisador Responsável
Departamento de Ciências Sociais
Universidade Federal de São Carlos

Fica claro minha intenção de, para convencer uma autorização para observar os cerimoniais, estabelecer uma ligação com a idéia de preservação de tradições e valores históricos. Coloquei também na correspondência uma série de ocasiões comemorativas e datas especiais, no âmbito do Exército ou datas nacionais, como leque de opções para minha presença. Para as outras circunstâncias, citadas posteriormente (passagens de comando, visitas, etc), me baseei nos guias de referência do Cerimonial militar (os Vade-Mécun), que exemplificam de maneira simplificadas os procedimentos a serem adotados nessas ocasiões. Aparece de maneira pequena ainda a solicitação para minha estada em alguma organização militar, pois ainda se tratava de consulta geral das possibilidades de pesquisa. Observando agora essa carta, acredito que ela pareça um tanto prepotente ao solicitar de maneira detalhada uma quantidade de informações (como datas de eventos e passagens de comando) que eu nem sabia se seriam possíveis de obter, e ainda mais dando a entender que eu já esperava uma autorização. Em suma, para quem estava pedindo uma autorização que sabia ser difícil, a carta aparenta ter um certo tom de ordenamento, o que, é óbvio, não é nada polido de quem faz um pedido, ainda mais para militares.

Como resultado, por volta de junho recebemos a resposta dessa carta, enviada pelo Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX), que nos indicava para que escrevêssemos novamente, dessa vez para a 5ª seção do Comando Militar do Sudeste (CMSE). De acordo com o arranjo organizacional do Exército, a 5ª Seção de qualquer Organização Militar é a responsável pela Comunicação Social, o que inclui a divulgação de informações tanto para o público interno como externo, bem como o assessoramento do Comandante da OM com assuntos relativos à imprensa e a recepção de visitas, sejam elas militares ou civis. Fica claro aqui o tipo de pesquisa que era solicitada não era da alçada dos órgãos anteriormente citados, pois aqueles (SGEx e DAC) cuidavam de assuntos específicos e não referentes às rotinas das organizações

militares operacionais¹⁸, como cerimônias e sinais de respeito do dia-a-dia. Por outro lado, o assunto também não necessitava chegar ao comando do Exército, tendo o comando de área (do Sudeste) autonomia para decidir sobre o assunto.

Enviamos então a mesma carta junto com o encaminhamento recebido do CCOMSEX por volta de julho, não obtendo resposta nenhuma. Por volta de novembro, devido à ausência de respostas, enviei um e-mail para a 5ª seção, perguntando-lhes se tinham recebido a comunicação, ou se havia ocorrido algum problema. Em fevereiro de 2007 foi enviada uma nova carta que novamente não obteve resposta alguma. Vim a saber posteriormente que sempre que havia alguma mudança de comando em alguma OM, os pedidos deveriam ser feitos novamente pois um novo comandante deveria autorizar a pesquisa. Como entre o envio de uma carta e outra um ano passou, com ou sem extravio de correspondência, o comando da CMSE já havia sido transferido, o que, presumo eu, dificultou ainda mais a resposta quando do envio da segunda carta.

Parece-me que tanto a maneira do contato, via formal e sem intermediários, como o tema da pesquisa, que não tratava de maneira geral de algo que fosse de interesse mais óbvio do Exército, como seriam os assuntos ligados à Defesa Nacional ou ciência e tecnologia, que, embora não seja um tema exclusivamente militar, é um tema em que o diálogo civil-militar parece ser mais eficiente. Pensei de início que meu argumento de conhecer e, posteriormente, “mostrar” as características das cerimônias militares num ambiente universitário fosse ser entendido como algo interessante, mas vim a perceber depois que eles têm muito bem planejado e escrutinado uma maneira que eles consideram eficiente e suficiente de divulgação institucional e que, afinal, não precisam de auxílio de ninguém sobre coisas que são o âmago de sua vida. Retomarei esse tema posteriormente.

Embora seja claro que não necessariamente é preciso ter familiaridade com a instituição militar ou ter algum parente militar para possibilitar o acesso, esses fatores, bem como a presença de um intermediário “amigo do Exército” facilitam a possibilidade de pesquisa e também, em alguns casos, ajudam a ter acesso a dados que de outra maneira não seriam possíveis.

Por exemplo, Castro aponta que o fato de ter familiaridade com a vida militar, por ter sido aluno de Colégio militar e ser filho de militar fez com que ele

¹⁸ O termo “operacional” designa as organizações militares que lidam de maneira direta com o “atividade-fim” do Exército, ou seja, a guerra. São unidades que tem equipamentos, material humano e realizam o treinamento de homens, o que as diferencia, por exemplo, de uma Vila Militar ou a editora oficial do Exército.

tivesse a confiança dos cadetes para falar de um dos elementos fundamentais na formação do militar na academia, que é o trote:

“Se aos olhos dos cadetes e oficiais nunca deixei de ser um paisano, todavia sempre fui um paisano de um tipo especial, devido à minha familiaridade com a vida militar. Essa posição ajudava-me a estabelecer, em alguns momentos, uma ‘cumplicidade’ produtiva para a pesquisa.”
(CASTRO, 2004:165)

Ele também aponta que os militares da AMAN sempre se surpreendiam com a autorização que havia sido dada e que sua filiação era um aspecto sempre destacado. Isso, contudo, não impediu que ele fosse sabatinado a respeito dos trâmites todos da pesquisa e nem que tivesse que passar por uma entrevista com o General para que a autorização fosse concedida, mas, foi útil ao por meio de contatos indiretos, obter a indicação de qual órgão deveria contactar para obter autorização. Segundo o autor, depois dessa reunião e autorização por parte do Comandante, a pesquisa correu livremente, sem que nenhum oficial fosse responsável por acompanhar as atividades e nem esquema previamente planejado. Não posso afirmar que isso tenha sido fundamental para as possíveis facilidades de acesso, mas numa instituição que pensa a realidade toda como um complexo de amigos e inimigos, o fato de ser filho de militares (embora presente como pesquisador *paisano*) e de ter conhecimento do meio militar é um fator importante a ser considerado.

Outro desses fatores a ser considerados é se refere à temática da pesquisa que se propõe fazer no meio militar. No caso de Leirner (1997), a proposta de pesquisa apresentada ao Exército foi a observação do projeto Calha Norte, com a presença do pesquisador para observação *in loco*. Segundo o autor pode perceber, a sua pesquisa era apreendida na percepção militar enquanto uma possibilidade de “estreitamento de laços” com a universidade. A universidade era apreendida por meio de uma visão espelhada, equalizando os objetivos desta com os da ECEME (Escola de Comando e Estado Maior do Exército), órgão responsável pela formação da elite do Exército Brasileiro. Mais do que isso, as duas instituições (a “universidade” como bloco unívoco) eram tomadas como órgãos capazes de pensar, num sentido amplo, um “projeto para o Brasil” e o pesquisador poderia ser o elo do Exército com a universidade, a possibilidade de divulgação do pensamento militar sobre a questão. Nesse sentido ele era também um aprendiz, ao ser recebido na ECEME como um aluno, aprendendo o pensamento militar

sobre o Brasil. Era, portanto, interessante para o Exército receber o pesquisador, por se tratar de um assunto de “política nacional”.

No entanto, Leirner percebe que a partir de certo momento, o interesse do Exército por sua pesquisa e sua presença cessam, e é ele quem tem que procurar o contato. Ele então atribui isso ao fato de que os militares passaram a ter uma visão detalhada do que se tratava uma pesquisa em antropologia a partir de uma palestra ministrada pelo aqui já citado Celso Castro, que mostrou que o teor da pesquisa era menos voltada para os aspectos políticos (no sentido de política para a nação), como eles pensavam. Além disso, houve uma aproximação dos militares da ECEME com o NAIPPE/USP¹⁹, o que levou à diminuição do respaldo da pesquisa por parte do Exército, já que o pesquisador não era mais o “contato” com a universidade. Ele percebe por meio disso uma particularidade dos militares no tratamento da relação indivíduo-grupo:

“(…) percebeu-se também, pela natureza política das atribuições que se imputavam a uma relação que, além de institucional, era, em grande parte, pessoal, que, além da carga da instituição que o indivíduo traz consigo, também a instituição carrega consigo a carga da idéia de indivíduo como elemento capaz de representar a instituição.” (LEIRNER, 1997b)

Tenho conhecimento também de outros pesquisadores que puderam ter acesso ao meio militar por serem docentes civis nas academias militares, como é o caso de Godoy (2004) e Takahashi (2002), muito embora esta última tenha sofrido certas pressões, como o fato de terem mexido em suas gavetas para procurar papéis referentes à pesquisa. Os outros casos que conheço de acesso à pesquisa ocorreram também por vias indiretas, como informações passadas por professores que tinham contato com militares ou por meio de contatos com militares por via não institucional.

No meio dessa tentativa formal de autorização para pesquisa ocorreu minha primeira experiência de pesquisa de campo, o III Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional, ocorrido na Academia da Força Aérea (AFA) em Pirassununga em 2006, que foi meu primeiro contato próximo com a caserna e que proporcionou uma semana de convívio com cadetes das Forças Armadas e a experiência do contato direto com militares e suas especificidades.

¹⁹ Núcleo de Análise Interdisciplinar de Políticas Públicas e Estratégia da Universidade de São Paulo

Faço no segundo capítulo um relato pormenorizado desse evento com seus pontos significativos, principalmente pelo fato de ser um *evento*, uma ocasião especial e, a princípio, estar relacionada com a noção geral de ritual. Foi também a oportunidade de, pela primeira vez, observar grande parte da conduta cerimonial e da etiqueta militar de maneira intensa, ou melhor, observar que esse tipo de intensidade na conduta regrada só pode ser sentida de uma perspectiva “paisana” de ver as condutas, ou seja, é um ponto de vista relacional, e, por isso, apesar de ser um regramento intenso, não é incomum entre eles. Cabe ainda lembrar que esse evento ressaltou esse tipo de ligação idealizada entre Exército e universidade como formadoras da “elite nacional” e voltadas a pensar nos problema do Brasil. Estar uma semana entre os militares foi uma experiência marcante em vários sentidos. Foi um choque e um desconforto por estar submetido a uma modelagem tão grande do espaço, do tempo e da conduta, mas também despertou uma certa admiração estética pelo ordenamento com que tudo parece ser feito, pelo fato de tudo parecer certo e previsto. Por isso reservo esse relato detalhado no início do próximo capítulo, como maneira de enfatizar justamente essa experiência intensa que foi a participação nesse evento.

Mas faltava ainda autorização formal para a pesquisa no Exército para contemplar meus interesses de observação e como parecia não haver interesse institucional do Exército em dar respaldo à pesquisa, a solução foi o contato indireto com militares que possibilitasse meu acesso em algum nível. Por meio de dois amigos que conheciam de alguma maneira militares em suas cidades natais, consegui os contatos e passei a tentar, por intercessão desses militares, a autorização para pesquisar em seus respectivos locais de serviço.

O primeiro desses contatos foi em Taubaté, no Centro de Aviação do Exército (CavEx), entrei em contato direto por telefone com o Tenente-Coronel (TC) ²⁰ Mota²¹ que lá serve. Expliquei por quais meios eu tive conhecimento do seu contato e que os interesses da pesquisa eram o conhecimento da preparação das cerimônias, bem como uma entrevista a respeito do cerimonial militar. Resolvi que pediria apenas a possibilidade de estar presente em algumas dessas solenidades e deixaria de lado a possibilidade de consulta para ficar por mais tempo instalado no quartel, justamente por este contato estar sendo feito como um favor por meio de contatos indiretos. Imaginava

²⁰ Tenente-Coronel é um posto de oficial superior situado entre o posto de major e o posto de coronel, sendo também o penúltimo posto antes de chegar ao posto de General. Esse TC com quem mantive contato era o subcomandante do 1º Batalhão de Aviação do Exército (BavEx).

²¹ Nome fictício.

que ele criaria dificuldades, que solicitaria uma entrevista para tomar conhecimento pessoalmente do assunto. No entanto, de imediato ele me explicou quais seriam as próximas atividades “maiores” que haveriam e que eu poderia acompanhar, que no caso eram a Comemoração do Dia da Vitória na Segunda Guerra Mundial, em 8 de maio e depois disso o que eles chamam de “Dia da Boina”, ocasião em que são entregues as boinas azuis (características da Aviação do Exército) aos recrutas incorporados nesse ano e que terminaram o primeiro estágio do treinamento militar²², ocasião essa que, segundo ele, “tinha mais cerimônia”. Apesar de o próprio TC Mota ter me garantido de que não haveria problema algum com o tipo de pesquisa que eu propunha, ele me indicou que eu mandasse um e-mail explicando melhor os objetivos da pesquisa para ele. Enviei a mesma carta que havia mandado meses antes para outros órgãos do Exército (acima exposta), e ele respondeu que não necessitava de toda aquela informação, era necessário apenas um texto breve solicitando autorização, explicando minha vinculação com a Universidade Federal de São Carlos e sucintamente os objetivos da pesquisa. Mandei então via fax um ofício, que na prática era apenas para comunicar ao Comandante da unidade e tornar oficial aquilo que o próprio Tenente-Coronel já havia me garantido. Assim, a conversa com o TC Mota parcialmente já garantia a minha ida, no entanto, a confirmação teria que seguir o protocolo formal até a chegada da informação ao Comandante, ou seja, o meu pedido, embora já autorizado informalmente, deveria se transformar em pedido formal para então tornar-se, por meio das formalidades, uma autorização.

Feito isso, no dia 7 de maio fui para Taubaté para me apresentar e fazer a entrevista a respeito do cerimonial. Chegando ao CavEx, fiquei esperando na portaria para que o TC me buscasse com o carro e me levasse para a Companhia de Comando, onde eu seria recebido pelo TC Medeiros²³, chefe da 5ª Seção do Estado-Maior do CAVEx²⁴ ou, na terminologia interna, o E5. Ele, como responsável pela Comunicação Social daquela unidade, seria o encarregado de me fornecer as informações necessárias para a pesquisa. Ele permitiu que eu gravasse a entrevista e começou a falar antes mesmo que eu perguntasse qualquer coisa. Seu discurso era todo padronizado e

²² Esses recrutas são os jovens incorporados pelo serviço militar obrigatório, que são chamados de “efetivo variável” e que em cidades onde não há nenhuma organização militar, fazem seu treinamento nos tiros-de-guerra.

²³ Nome fictício.

²⁴ O Estado-Maior designa o grupo de auxiliares do Comandante, ou, em suas próprias palavras, são o “staff” do Comandante em qualquer nível. A 5ª Seção, em qualquer Organização Militar, é chamada de Comunicação Social ou Relações Públicas e é encarregada em divulgar notícias para os públicos interno e externo e também manter contato com os civis.

informava a respeito da estrutura organizacional do Exército, de como eram compostas as seções do Estado-Maior, os pilares da instituição como a hierarquia e a disciplina e o quanto o mundo empresarial tinha aproveitado da organização do Exército. Era perceptível que esse tipo de discurso era o discurso padrão e que estava tão naturalizado no discurso do oficial que era dito quase que sem pausas. Era também o tipo de apresentação que se observa nos páginas da internet do Exército, tanto no trata de destacar quanto nos termos usados. Exceto por dúvidas pontuais, não fiz muitas questões nessa fala padrão do oficial, até porque numa primeira tentativa de perguntar ele pareceu um pouco alterado por eu interromper sua fala no meio, e eu preferi esperar que ele abrisse o espaço para que eu falasse. Depois de sua fala inicial, ele falou de forma geral a respeito do cerimonial, como eram os preparativos, as datas celebradas, e como cada seção respondia por determinada função e nesse momento tive mais liberdade para fazer perguntas. O que acho que seja interessante nesse momento é dizer de um primeiro impedimento que tive. Ao me apresentar um documento que dá as providências gerais para a cerimônia, a “Ordem de Serviço”, ele comentou que eu poderia, se quisesse copiar a ordem, mas não poderia levar uma cópia da mesma:

Pesquisador: Será que eu poderia ter uma cópia da Ordem de Serviço?

TC Medeiros: Essa é uma ordem de serviço interno, eu posso conseguir pra você só depois, é uma questão de segurança.

Pesquisador: Só depois do evento?

TC Medeiros: Eu vou conversar com o chefe do estado-maior pra ver se há alguma impossibilidade, a princípio não deve ter não, mas é um documento militar, e documento militar a gente tem muito cuidado com o que pode ocorrer por parte de segurança, então por exemplo aqui você extrai um punhado de coisas, você extrai quem vai estar em forma, você extrai como a gente faz, a que horas vai ser feito, quem vai estar, então pra uma questão de segurança isso é muito grave, então por isso que normalmente a gente não autoriza, como eu sei que é pra uma tese de mestrado e você já viu.

Pesquisador: E além disso quando eu terminar faço questão de mandar pra vocês.

TC Medeiros: É, eu sei, não tenho nenhuma dúvida quanto a isso, senão eu não estaria nem conversando com você, mas é um receio que agente tem, porque isso aqui pode parecer apenas um cerimonial mas ele traz muita informação aqui, como a gente faz, como é o nosso procedimento e outras coisas que pra você, pra tua pesquisa a gente sabe que é importante, mas ela tá num nível civil, e os problemas que a gente está vivendo aí, é um documento que a gente não gosta divulgar, você pode

tomar nota do que você quiser mas não o documento em si, se você quiser tomar nota, copiar, mas não ela em si, eu vou até te adiantar que ele não vai permitir.

Destaco nessa fala algumas coisas que considero importantes. Em primeiro lugar o oficial me diz que em tese não haveria nenhum problema em me passar a Ordem de Serviço, mas num segundo momento se enche de zelos para repassar permitir a saída do documento, afirmando inclusive que seria muito difícil obter a permissão.

Além disso, há a própria classificação em que o documento está inserido. A ordem de serviço, apesar de se tratar da organização de uma atividade cerimonial, uma ocasião especial e festiva, revela também detalhes da organização como um todo, ou seja, a organização do cerimonial ou das atividades comuns tem um mesmo código, que seria passível de conhecimento por meio desta Ordem de Serviço.

De outro ponto de vista, revela-se que o que é importante não é tanto o conteúdo do documento, que poderia ser copiado por mim e hipoteticamente espalhado para quem eu quisesse, mas sim o documento em si, o fato de o documento sair das dependências da Organização com um civil. O que está em jogo aqui mais uma vez é uma lógica de dissuasão, que, por um lado, apresenta espontaneamente um discurso padrão divulgando a organização do exército e por outro tem que proibir a saída de um documento, mesmo que ele não tenha muitas informações importantes, como deu a entender o TC Medeiros no início.

Parece claro que o fato de eu ter entrado em contato com a Instituição por meio daquele que era de dentro facilitou as coisas (fui perguntado mais de uma vez pelo TC Medeiros se era amigo ou parente do TC Mota), por sinal, não tornei a ter contato nessa visita. Fica claro que apensar de ele ter me levado para dentro do CavEx, não fazia parte de suas funções me acompanhar, cabendo ao oficial de Comunicação Social esta incumbência. Voltei ainda para Taubaté no mês seguinte para a Cerimônia do “Dia da Boina”, ocasião que teve participação maior de civis e demonstrações aéreas.

Ainda com a ausência de respostas oficiais do CMSE foi tentado um outro contato oficial, feito com o Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX), em Brasília. No entanto, esse teve uma diferença que considero importante: foi uma outra pesquisadora, já inserida na rede de relações do CCOMSEX, que entregou em mãos a solicitação para minha pesquisa. Não demorou muito e o ofício foi enviado para o Comando Militar do Sudeste (CMSE), houve um contato com a

Universidade para marcar uma reunião em São Paulo para esclarecimentos a respeito da pesquisa e a possível autorização que seria dada pessoalmente.

Em São Paulo, acompanhado pelo Cel. Moraes, do Chefe de Comunicação Social, fui levado para a sala de recepção do Chefe do Estado-Maior, General Bragatto, que me cumprimentou perguntando se era eu o “rapaz que está interessado no cerimonial”, e que “pra saber cerimonial tinha que ser militar, aí você saberia tudo, né?”

Nessa conversa me foram repetidas várias vezes algumas noções que eles achavam fundamentais para que eu fizesse a pesquisa. A primeira delas é a de que com relação ao cerimonial, bastaria eu consultar os *Vade-Mécums*²⁵ pois tudo o que se tinha para saber estava ali descrito, “até a posição da cabeça do sujeito, a hora em que ele vai virar para a direita, os toques, tudo”. Isso no momento me causou certa apreensão, pois talvez fosse alguma justificativa para não autorizar a pesquisa, já que para o que eu precisava saber, bastava eu consultar os manuais. No entanto, o que pude perceber depois é que a afirmação levava em conta a noção de que no Exército *tudo estava no regulamento*, e que nada deveria ser feito de diferente em relação aos regulamentos e manuais.

Pedi então a autorização para poder conhecer o cotidiano militar em mais de um local para observar os momentos em que os soldados entram em forma, as paradas, a hora do almoço, os sinais de respeito obrigatórios que acontecem rotineiramente existentes e aí outra afirmação se destaca: “mas não precisa disso não, em qualquer organização militar acontece tudo da mesma forma, você pode ir lá no Amazonas ou no Rio Grande do Sul que você vai ver tudo acontecer do mesmo jeito”. Parece claro que sua afirmação queria me fazer entender que a padronização de comportamentos no Exército era tamanha e tão regulamentada que bastava que eu passasse alguns dias em qualquer unidade militar para que conhecesse tudo a respeito. Como veremos a seguir, a padronização e regulamentação da vida militar se destaca, não só na observação da vida diária, mas também nos discursos proferidos com relação a essa espécie de valor que leva em conta a continuidade por todo o Exército de uma série muito grande de procedimentos, regras de etiqueta e de formalidade. Por último, antes de eu sair da sala a ressalva mais importante por parte do General: “*nós nas Forças Armadas temos dois pilares básicos que sustentam nossa existência e que se um*

²⁵ Esses são os documentos que orientam a execução das atividades cerimoniais no Exército.

deles rachar, tudo acaba, que são a hierarquia e a disciplina, e você vai acabar remetendo a eles quando tratar dos sinais de respeito, do cerimonial”.

O General orientou então o oficial de Comunicações Sociais que enviasse um ofício para Pirassununga, no 13º Regimento de Cavalaria Mecanizado (13º RCMec) com a ordem que me recebessem. Depois de autorizado, passei a percorrer o sentido descendente da cadeia hierárquica de espaços e posições, para as providências práticas, onde foram combinadas datas, eventos a serem observados, local em que me hospedaria. O Coronel Moraes mais uma vez me alertou para que eu prestasse atenção na hierarquia e na disciplina pois “não tem como falar de cerimonial sem falar em hierarquia e disciplina” e me disse que tinha posto um tópico no ofício que recomendava que me fosse dada “toda e qualquer assistência necessária”.

Houve um tempo relativamente longo entre a minha ida a São Paulo e meu posterior contato para pesquisa. Mantive contato telefônico por diversas vezes para que eu pudesse ir me apresentar e combinar as providências práticas de minha estada, mas, em várias tentativas isso não foi possível. Inicialmente porque haveria competições esportivas, depois porque haveria exercício e até pela morte de um dos recrutas. Mais tarde, quando fui recebido em Pirassununga para combinar as datas de minhas visitas notei que o tópico colocado pelo Cel. Moraes realmente tinha muito valor: ao perguntar se havia a possibilidade de eu ficar hospedado nos alojamentos dentro do Quartel, o oficial que era meu contato disse que com certeza eu ficaria, pois havia a recomendação de “toda e qualquer assistência necessária” e embora não houvesse nenhuma especificação com relação à hospedagem e alimentação, essa frase parecia resumir tudo isso.

Em Pirassununga foi onde eu pude ficar por mais tempo vivendo de perto os aspectos da rotina militar, a experiência em tempo cronológico foi pouca, três dias apenas, mas sua intensidade foi significativa. Lá, fui acompanhado pelo oficial de Comunicação Social e por outros militares que também trabalhavam nessa seção. Pude acompanhar o treinamento para uma cerimônia, o processo de sua organização e a cerimônia em si, acompanhei também os momentos rotineiros da OM e todos os esclarecimentos que pedi foram feitos, não por entrevistas formais, mas por conversas informais durante todo o dia. Tive em Pirassununga também uma outra proibição, dessa vez me era solicitado que eu não tirasse fotografias da sala das armas, porque “não é

essa imagem que o Exército quer passar” (Sgt. Onório²⁶). No entanto, lá também tive um tempo e uma diversidade de ocasiões grandes para observar e perguntar a respeito da dinâmica da vida militar e de como era tratada a relação rotina-evento em determinadas circunstâncias.

Com relação aos outros contatos informais para a pesquisa, consegui, por intermédio de um amigo em comum, o contato de um Sargento que trabalha em Campinas e que poderia me ajudar a conseguir a inserção naquela unidade. Adotei o mesmo procedimento que havia tido com relação à Taubaté: conversei por telefone e expliquei a pesquisa, depois o sargento conversou com seus superiores e pediu que eu enviasse um fax para “oficializar” o pedido. Uma situação curiosa ocorreu depois disso. Cerca de dez dias depois de enviado o documento para Campinas, recebi um contato telefônico de um outro Sargento procurando confirmar meus dados (nome, instituição, CPF, RG) e me perguntando se eu era o mesmo pesquisador que iria realizar visitas em Pirassununga. O que deve ter gerado esse fato, provavelmente, é a comunicação do ofício que eu enviei para Campinas, Comando ao qual a OM de Pirassununga é subordinada. Esse desencontro entre um contato oficial por intermédio do comando de área e outra autorização de pesquisa por via indireta deve ter criado essa “verificação”

A minha pesquisa em Campinas limitou-se apenas a um dia em que pude conhecer a unidade, a 2ª Companhia de Comunicações Leve (2ª Cia Com L) e ter uma conversa informal com o meu contato, o Sgt. Wagner²⁷. No entanto, esse contato foi de significativa importância por me mostrar outra perspectiva dos fatos. Com o Sgt. Wagner pude ter uma visão mais direta e menos doutrinária (no sentido de um discurso pronto para o público) sobre os temas discutidos. Isso se deve, em parte, pelo tipo de elo que tínhamos, que era um amigo muito próximo em comum, que gerou uma espécie de confiança que permitiu que ele falasse certas coisas que não seriam faladas no discurso protocolar das seções de Comunicação Social. Outro fator importante para essa maneira de tratamento provavelmente foi o fato dele não ser o responsável pela comunicação social da unidade e, portanto, não estar diretamente obrigado e talvez nem preparado para realizar a divulgação institucional. Por último, acho ainda que o fato de ele ser praça cria uma espécie de obrigatoriedade um pouco menos com relação à doutrina, ao discurso oficial da instituição, ou até mesmo um compromisso pessoal menor com essa obrigação institucional de espalhar certo discurso. Ele disse que o seu comandante, ao

²⁶ Nome fictício.

²⁷ Nome fictício.

dar autorização para que ele fizesse a minha recepção, que me “enquadrasse”, ou seja, que me “orientasse” com base num discurso oficial, como um oficial de Comunicações Sociais faria, segundo ele me disse. Mas a diferença entre a sua maneira de falar e da que tinha percebido em Taubaté e Pirassununga foi flagrante, especialmente quando ele apontou as diferenças gritantes entre as condutas dos oficiais e dos sargentos e de uma certa rivalidade entre eles. Em suma, como mostrarei mais a frente, o que aparece como uma “data festiva” no discurso oficial agora se apresentava como mais uma das rotinas, um tipo de “verdade” que não poderia ser dita não fosse pelo tipo de relação rapidamente estabelecida entre mim e o Sgt. Wagner.

Se é mecanismo da lógica militar, por excelência, a dissuasão, é uma conseqüência válida pensar que junto a uma estratégia do “esconder-se” em certos pontos, corresponda também uma estratégia do “mostrar-se” em outros, que faz com algumas rotinas e discursos militares sejam mais demonstrativas do que outras. Um exemplo simples: é da prática militar valorizar o “garbo”, a “pompa” e a sincronia em desfiles, no entanto, a maneira como essas qualidades são apreendidas e vividas dentro do quartel não entra no rol das coisas demonstráveis, como a rigidez dos exercícios e as punições para as falhas, por exemplo, obrigar o recruta a fazer flexões ou o tratá-lo por “bisonho”. O fato de Wagner ser um sargento, ser por um amigo em comum próximo a mim e não ser o responsável pela Comunicação Social de sua unidade levou a que ele mostrasse o que não seria mostrado numa situação formal da instituição.

Como pode ser percebido, as possibilidades para a realização da pesquisa surgiram quando contatos informais foram acionados ou, quando a entrega da solicitação da pesquisa foi feita em mãos pelo orientador para o chefe da Comunicação Social do Exército. O objeto da pesquisa pode, de certa maneira, ter influenciado a maior ou menor facilidade na autorização da pesquisa. Acredito que um assunto “mais interessante” para os militares, como defesa nacional, teria encontrado respostas mais fáceis, ao contrário de uma pesquisa que tem por intenção observar simplesmente como eles se comportam na vida comum.

Por outro lado, a observação da rotina militar, das prescrições de sua rotina diária, pode também ser lida como uma espécie de invasão indevida, como um acesso àquilo que é exclusivamente militar e, portanto, justamente o que não é necessário ou não se deve ser mostrado ao civil. Ao contrário de uma visita com roteiro pré-definido, programada por eles em que eles filtram o que será mostrado, a presença de alguém exclusivamente para observar a vida diária poderia ser entendida como uma

invasão dos aspectos mais íntimos da vida militar. Há ainda a possibilidade de pensar que minha posição no campo não era de um pesquisador que interessasse a eles, mas ao mesmo tempo não era nenhum tipo de ameaça que impedisse minha entrada, era justamente o meio termo, o indiferente para o Exército. Assim, eu não chamava a atenção do ponto de vista da instituição, mas sim das pessoas que eu observava, pois quando eu tinha que ser “ciceroneado” acabava limitando em certas situações o espaço de convivência, a conversação natural dos militares. Apesar de estar sendo oficialmente recebido e, portanto poder ser apreendido como um “amigo do Exército” (veremos como isso é, além de uma classificação, um mecanismo institucional de “cortesia”) continuava a ser um elemento diferente na rotina militar para quem um certo discurso e um conjunto de práticas eram direcionadas.

De qualquer forma, quando fui autorizado a pesquisar fui sempre recebido de uma maneira extremamente cordial e solícita, e com relação aos meus interlocutores militares, pareceram quase sempre muito interessados em ajudar, o que pode ser inclusive uma “obrigação”, de acordo as prescrições relativas à etiqueta que nos parecem uma necessidade do “ser militar”.

Capítulo 2 - Cerimoniais, solenidades e comemorações. Observando o extraordinário na vida militar

Nesse capítulo apresento aquilo que, em uma primeira observação, identificamos como sendo as ocasiões extraordinárias e previstas na sociabilidade militar, como as solenidades, comemorações e eventos em geral que tenham um aparato cerimonial em seu conteúdo. Começo relatando o caso do III Congresso Acadêmico sobre Defesa (CADN) aconteceu na Academia da Força Aérea (AFA), realizado em Pirassununga (SP). Este era um evento de integração entre alunos de universidades civis e militares da força aérea, exército e marinha, onde pude fazer minhas primeiras observações de campo, que evocaram a um “cortejamento” com certos setores do mundo civil de uma maneira específica. Um dos principais pontos que constatei nesta ocasião foi a possibilidade de ver de maneira direta a ritualização de uma rotina que vai além das cerimônias.

Apresento a seguir o relato dessa experiência e tento passar de maneira direta as minhas impressões desse evento. Posteriormente analiso outros tipos de eventos como comemorações que pude observar em Taubaté e Pirassununga, analisando as características desses acontecimentos, sua estrutura organizacional, seu significado para a instituição e sua eficácia. É possível observar um fundo comum nesses eventos, no tipo de comunicação que pretendem, como a imagem que constroem sobre a instituição, para dentro e para fora. Internamente, sua importância aparece com outro

viés, como parte de um conjunto maior (ou, total) de prescrições totais que fundamentam a vida militar, e menos como momentos que rompem significativamente um contínuo espaço-tempo-ação, como a noção de ritual evoca.

a) *O Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional (CADN), evento de interação civil-militar.*

O Congresso Acadêmico sobre defesa Nacional é promovido pelo Ministério da Defesa, mais especificamente pela Secretaria de Estudos e Cooperação, em parceria com as Academias militares onde são sediadas as atividades do Congresso. As funções da Secretaria são, além de orientação das atividades da Escola Superior de Guerra (ESG)²⁸ e da interação entre os sistemas de ensino das Forças Armadas, a de promover a interação entre o Ministério, as universidades e a sociedade civil.

Os objetivos declarados desse congresso são: “estimular a interação entre as escolas militares e as universidades civis, seus alunos e professores; promover o debate sobre problemas relevantes para a nação e para a sociedade brasileira; estimular congressistas e aspirantes da escola Naval (EN), cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e da Academia da Força Aérea (AFA) a refletir sobre problemas da atualidade”²⁹. Além disso, a proposta do Ministério da Defesa também previa a criação de condições para que militares e civis partilhassem seus pontos de vista sobre os temas discutidos e estabelece um objetivo de troca de experiências em que, de um lado, aos civis seria possibilitado o conhecimento da rotina de uma academia militar e “das atividades inerentes ao cumprimento das missões das forças armadas”³⁰, e para os militares seria uma oportunidade de “aprofundar o contato com os civis e sua forma de pensar os problemas nacionais”. Em momento algum os aspirantes e cadetes deixaram de seguir os procedimentos que suas academias lhes exigiam (como o uso de uniformes, as formaturas, etc.), mas ainda assim a possibilidade de momentos mais propícios ao contato informal era maior, como por exemplo, em

²⁸ A Escola Superior de Guerra é um centro de altos estudos de política, estratégia e defesa do estado brasileiro, subordinada ao Ministério da Defesa e oferece cursos de formação ligados aos conhecimentos necessários ao planejamento de Defesa nacional, para militares e civis.

²⁹ Fonte: “Convite para as instituições de Ensino Superior (Região Sudeste e Distrito Federal)”, Disponível na internet: <https://www.defesa.gov.br/espaco_academico/afa_edital.pdf>

³⁰ Disponível em: https://www.defesa.gov.br/espaco_academico/index.php?page=afa . As citações posteriores se referem a este documento quando não forem citadas de outra forma.

intervalos entre atividades, nas “atividades sócio-desportivas” ou na convivência nos dormitórios.

Não seria exagero dizer que o Congresso, organizado por militares, é feito para que estudantes civis passem a “ver com bons olhos” a vida e os “pontos de vista militares” sobre os temas que eles acham fundamentais. Um ponto importante que era constantemente dito pelos militares organizadores que tinham a palavra ou pelos palestrantes militares: essa interação é programada para acontecer entre instituições formadoras de brasileiros que serão a futura “elite dirigente” do país.

O processo de escolha das instituições civis participantes operou vários recortes e prescrições. O convite para o evento era feito apenas para instituições do Distrito Federal e da região Sudeste. Em tese, qualquer instituição de ensino superior que se encaixasse nos requisitos propostos pelo Ministério da Defesa poderia se candidatar a participar, pois o convite estava na *homepage* do Ministério. Alguns convites foram enviados diretamente para professores, como foi o caso do Professor João Roberto Martins Filho (Departamento de Ciências Sociais, UFSCar), que recebeu convite diretamente do Ministério e procedeu a um processo para escolha dos membros participantes. Dessa forma, podemos pensar na possibilidade de que o mecanismo de abertura formal para a participação de qualquer instituição era acompanhado de uma outra forma de convite direcionado, o que talvez tenha provocado uma “peneira” entre as instituições, ou ao menos uma ordem hierárquica na preferência de escolha entre as universidades, provavelmente guiada pelas melhores relações entre o Exército Brasileiro (Eb) e alguns professores/instituições.

Nessa mesma carta-convite, uma série de responsabilidades a cada um dos interessados no Congresso era manifestada, de maneira que não deixasse dúvida alguma do limite entre o que deve ser feito por cada uma das partes e o que não pode ser feito. Ao Ministério da Defesa caberia o apoio à Academia da Força Aérea na organização e realização do Congresso, por meio dos recursos necessários e “*em particular no que diz respeito à interação com o meio acadêmico civil*”. As responsabilidades da AFA constituíam o apoio logístico, como alojamento, alimentação e condições para a realização das atividades. As instituições selecionadas tinham a responsabilidade de assegurar que os integrantes das equipes observassem os procedimentos, condutas e os prazos formalmente estabelecidos para as atividades. Tinham também a incumbência de avisar, até data estipulada, a desistência de algum membro e indicar seu substituto.

As universidades que quisessem participar deveriam montar equipes com um ou dois professores responsáveis, além de um grupo de 10 a 15 alunos. Algumas recomendações eram colocadas no convite, como, por exemplo, de que as equipes estivessem equilibradas em termos de gênero, contendo aproximadamente metade dos integrantes homens e metade mulheres. Além dessas recomendações, alguns qualitativos classificatórios para a seleção eram destacados. Dava-se prioridade às instituições que tivessem maior número de alunos que estivessem cursando no mínimo o 5º semestre de graduação ou alunos de pós-graduação. Quanto aos cursos, a prioridade era para as instituições que oferecessem cursos de Antropologia, Ciência Política, Direito, Filosofia, Geografia, História, Psicologia, Relações Internacionais e Sociologia. Uma restrição era feita às instituições de ensino superior que tivessem alguma pendência com pessoas físicas, jurídicas ou com instituições oficiais.

As equipes deveriam enviar a documentação de identificação da instituição, com a indicação de um representante legal que estivesse habilitado para contatos e para firmar um Termo de Compromisso em nome da Universidade, bem como de um termo de aceitação das condições do edital/convite. Era exigido também um documento de comprovação de credenciamento da Universidade no Ministério da Educação. Além das garantias da instituição, era exigido dos membros das equipes o currículo (para professores) ou histórico escolar (alunos), telefones e endereço eletrônico para contato e o número do RG de cada um. Toda essa documentação devia ser postada até o dia 02 de junho de 2006.

O julgamento da Comissão de Avaliação seria feito com base na documentação enviada e levando em conta primordialmente a “qualificação da instituição e dos estudantes inscritos”. A data limite marcada para a divulgação das equipes selecionadas era o dia 12 de junho, mas esse prazo foi adiado para o dia 16 de junho, mediante aviso na página eletrônica do Ministério da Defesa e da Academia da Força Aérea. Por fim, as instituições selecionadas para o Congresso foram³¹:

Estado	Instituição	Instituto/Departamento/Faculdade
DF	Universidade Católica – Goiânia	Rel.Int./Direito/Psicologia/Filoso

³¹ Reproduzido de acordo com: <
https://www.defesa.gov.br/espaco_academico/ies_selecionadas.pdf>

DF	UniCEUB	Relações Internacionais
DF	Universidade de Brasília	Relações Internacionais e
MG	PUC	Relações Internacionais
MG	UFMG	Faculdade de Direito
MG	FUMEC	Direito/Psicologia
SP	USP	Rel.Internacionais e Ciência
SP	UniBERO	Relações Internacionais
SP	PUC	Relações Internacionais
SP	UFSCAR	Ciências Sociais
SP	UNESP – Marília	Faculdade de Filosofia e Ciências
RJ	UFRJ	Instituto de Filosofia e Ciências

Além das Instituições Civis, participaram também do Congresso as Instituições militares de Ensino: Escola Naval, Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Instituto Militar de Engenharia (IME), Academia da Força Aérea (AFA) e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), todas estes estabelecimentos de formação dos oficiais das respectivas forças, isto é, a “elite” de cada força, os que poderão chegar ao topo da cadeia de comando.

Antes de anunciar os nomes ocorreu a solicitação pelo Ministério da Defesa para que alunos da equipe fossem cortados, pois houve mais inscrições do que eles previam e gostariam de diminuir equipes para que mais instituições fossem contempladas. Semanas antes do início do evento, passou a estar disponível na página eletrônica da AFA e do Ministério da Defesa, bem como foi enviado pelos organizadores aos professores responsáveis, um “Manual Informativo aos Congressistas”, contendo prescrições que deveriam ser levadas em conta na estada na AFA, e que consideramos importantes por serem, em algum ponto, um manual de comportamento militar adaptado para visitantes civis, prescrevendo regras mínimas.

O oficial encarregado do transporte da equipe da Ufscar pediu que olhássemos o tal manual, explicando a importância de seguir as recomendações para

que não atrapalhássemos a rotina dos cadetes e nem tivéssemos nenhum problema de segurança interno à Academia. O Manual recomendava ou informava:

- A separação entre oficiais e cadetes foi feita também entre professores e alunos civis. Professores faziam refeições no rancho dos oficiais e dormiriam no Hotel de Trânsito da AFA. Alunos usariam o rancho dos cadetes e dormiriam nos alojamentos;

- Quanto aos trajes, era aconselhado que fossem levadas roupas leves e rústicas para as atividades desportivas. Porém, quando se referia ao jantar dançante que aconteceria na sexta-feira, o informativo alertava que os participantes *deveriam* trazer um traje esporte fino, mas que não seria obrigatório o uso de paletó, devido às condições amenas da cidade;

-A segunda parte do manual tinha por objetivo indicar algumas regras de conduta que deveriam ser levadas em conta na estadia da AFA, elas “*visam tão somente padronizar alguns procedimentos por parte dos congressistas, a fim de que a estada em nossa Academia Militar (em Pirassununga-SP) seja a mais agradável possível*”³² (grifo meu).

É interessante como esse mecanismo de padronizar procedimentos, tão corriqueiro dentro do meio militar é também colocado para os alunos civis, como condição para esse momento de contato. As recomendações: evitar andar sem a companhia de um oficial quando não estivesse junto dos congressistas; proibição de deslocamento para áreas restritas, áreas de aeronaves ou perto das piscinas. Quanto aos trajes, ficava proibido andar de toalha fora dos quartos do alojamento, bem como andar no interior da academia de bermuda, chinelo ou camiseta regata.

Outras indicações eram sobre visitas na cidade de Pirassununga. Nessa parte era recomendado que os congressistas levassem todas as suas identificações pessoais (documentação pessoal e crachá do evento) e indicado para que os interessados em visitar a cidade perguntassem aos oficiais quais os bairros “não recomendados para passeios noturnos”. Algumas recomendações estavam grafadas em negrito e em letras maiúsculas. A primeira delas proibia terminantemente os congressistas de levar bebida alcoólica para a academia, outra alertava para que se “cumpra fielmente os horários das atividades programadas”³³.

³²

https://www.defesa.gov.br/espaco_academico/III_cadn.pdf

³³

Ver nota anterior.

Em se tratando de uma academia militar que sedia um evento em que estudantes universitários participariam, é compreensível que eles se preocupem que os universitários tenham um comportamento não condizente com a vida militar. Aqui observamos aquele tipo de visão militar, mostrado por Castro (2004) de que a universidade é o lugar da “bagunça”, da falta de rigidez e da displicência. É interessante observar quão preocupante é a possibilidade de isso acontecesse na academia. A possível “contaminação” da desordem universitária era evitada deixando claro desde o início as normas e os horários.

A terceira parte do “Manual Informativo aos congressistas” era composta da programação completa do evento, com todos os horários: das refeições, palestras, minutos para discussão, apresentação de trabalhos, etc., de modo que seria possível saber desde segunda-feira exatamente o que seria feito na sexta-feira à tarde. Como observado, o horário, a atividade e o local estavam reiteradamente marcados, não havendo espaço para dúvidas.

No dia 02 de outubro de 2006, por volta das 17 horas estava marcada a partida da equipe da UFSCar para o Congresso. Um microônibus passaria em Marília para pegar a equipe da Unesp e então partiria para São Carlos. Após um atraso de mais ou menos uma hora o microônibus chegou, o responsável por esse transporte era um oficial, Major Vargas, que estava acompanhado de um cadete do quarto ano. Guardadas as malas, e instaladas as pessoas nos devidos lugares, partimos para Pirassununga. Nos bancos estava o material do Congresso, além de uma caixa com lanches para a viagem. Na bolsa do Congresso estavam uma pasta, folhas, caneta, um CD-Rom com publicações do Ministério da Defesa e o “Manual” acima explicitado. Assim que todos estavam no ônibus, o Major Vargas avisou que quando chegássemos à Academia um lanche seria servido e pediu que olhássemos o tal manual, explicando a importância de seguir as recomendações.

Chegando a Pirassununga, imediatamente à entrada, um cadete nos esperava com uma lista que tinha os nomes dos congressistas da UFSCar e da Unesp-Marília, para que fosse feita uma chamada e feita a entrega dos crachás. Fomos então encaminhados para uma sala em que recebemos a camiseta do congresso e depois fomos levados ao rancho dos oficiais, onde um café foi servido. Fomos avisados de que o fato de estarmos comendo no rancho³⁴ dos oficiais era extraordinário, algo que só tinha

³⁴ É como é chamado o refeitório ou restaurante entre militares.

acontecido naquele dia por termos chegado muito tarde e que a partir do dia seguinte apenas professores fariam refeições ali e alunos comeriam no rancho de cadetes.

Após o lanche e a entrega dos crachás e camisetas, nos informaram os alojamentos em que cada um ficaria, e então fomos conduzidos para as instalações. Os membros da equipe de uma mesma universidade eram separados, não só entre os alojamentos femininos e masculinos, mas também entre si, de modo que não mais que dois membros da equipe ficassem no mesmo quarto. Por exemplo, em meu dormitório havia um cadete de cada academia militar (AMAN, AFA, EN), e os outros membros eram um de cada universidade. Dentre os dormitórios a que tive acesso, a lógica dessa composição era mesma. A estrutura física da AFA é composta de um grande corredor, sem baços ou pontos de parada, apenas com pilares que tem placas com os nomes das turmas já formadas pela academia. Lateralmente a esse corredor, com a frente voltada para o mesmo, estão localizados outros prédios que comportam os alojamentos dos cadetes de todos os anos, os ranchos, a divisão de ensino onde os cadetes têm aulas teóricas e o cinema da AFA, que também serve como teatro – onde ocorreram as palestras do evento. Os congressistas ficaram alojados nos mesmos alojamentos que os cadetes, e cada quarto era composto com três ou quatro beliches e com armários de madeira que servem para duas pessoas. Em cada um desses quartos há um banheiro e perto da janela há uma espécie de mesa de alvenaria para estudos; junto às janelas de vidro há uma estrutura de cimento que não permite que o sol entre no quarto. Durante o processo de instalação em nossos alojamentos toda assistência foi prestada, como verificação de camas e banheiros com defeitos, trocas de colchões e travesseiros. Por todo o tempo os cadetes da AFA verificavam se tudo corria bem.

A recepção aos congressistas era feita, além dos oficiais, diretamente por cadetes do quarto ano, que ficavam responsáveis em verificar presenças e ausências, atender necessidades e informar. Muito embora todos os cadetes que estivessem na organização (eles também estavam inscritos no congresso e portavam crachás) ajudassem de uma forma ou outra, havia uma espécie de responsabilidade direcionada a alguns mais que a outros em recepcionar tal ou qual equipe das diferentes universidades e academias. Essa função de “cordialidade” incluía perguntas freqüentes a respeito de possíveis problemas e das condições e necessidades dos membros das equipes quanto à alimentação, dormitórios, etc. Além disso, parecia haver uma função de “receber bem”, com sorrisos, cumprimentos, de estar presente e ser atencioso na grande parte dos momentos. Além de ciceronear os congressistas, os cadetes não deixaram de participar

de suas aulas. Mesmo os cadetes que não estavam diretamente ligados à organização do Congresso, sempre que solicitados pelos congressistas, atendiam com presteza, informando ou conduzindo quem precisasse pelas instalações da Academia. Somente ouvi falar de dois casos em que os cadetes não haviam sido muito solícitos, e eram ambos do primeiro ano.

É importante observar que este tipo de conduta era reproduzida por todos os militares da AFA, em seus respectivos escalões, assim, os oficiais estavam sempre próximos aos professores e os palestrantes eram sempre recebidos e acompanhados pelo Comandante do Corpo de Cadetes e pelo Comandante da AFA. Trata-se não somente de um conjunto de gestos de polidez pessoal, mas de uma conduta regulamentada prescrita a todo militar, que faz parte de ser militar e que é sempre avaliada: ser arredo ou extremamente introspectivo não são bons sinais nesse código.

A primeira atividade do primeiro dia de evento foi a formatura do corpo de cadetes, que foi realizada as 7:20, logo após o café da manhã. Essa formatura é realizada diariamente as 12 e 35 e é o momento em que ocorre a troca do cadete-de-dia que está em serviço. Oficial-de-dia é o que cumpre escala de serviços nesse determinado dia, não podendo sair para pernoite. Assim como ele, todos os outros escalões de uma unidade (soldados, cabos, médicos, dentistas, etc.) executam alternadamente essa escala, e a troca entre os grupos ocorre na Parada Diária, em qualquer organização do Exército. No caso da Academia isso ocorre também para o cadete, em uma espécie de exercício de liderança. Normalmente, a parada diária é uma ocasião em que somente os militares que entrarão em serviço no dia estão presentes, junto com o oficial que deixa e o que recebe o comando. Ocorre nesse momento a inspeção da higiene dos homens que entram em serviço e de sua documentação, e a instrução geral para o dia. Na AFA, esse procedimento se funde com a formatura geral, que é feita diariamente com todo o corpo de cadetes. Uma formatura geral, como veremos posteriormente, não é um fato tão rotineiro como uma parada diária, é uma exceção da Academia.

A mudança de horário dessa atividade no evento foi feita para integrar os congressistas no dia-a-dia dos cadetes, de acordo com as palavras do Coronel Aviador Amaral, comandante do Corpo de Cadetes da Aeronáutica e que estava com a palavra na formatura. Após explicar a mudança do horário, o Cel. Amaral passou a apresentar o que ocorreria então. A formatura que todos iríamos ver teria por função ser uma “simulação” das funções de chefia e liderança, e que após a formação do cadete, essas funções não poderiam apresentar erro, dessa maneira, a execução diária dessa simulação

seria mais um treinamento para os cadetes, que obrigatoriamente tem que participar todo dia. Além disso, a simulação das funções de chefia e liderança estariam ligadas a formação da *“elite de daqui a 25 anos, assim como vocês [universitários] que também serão uma elite do Brasil Nessa semana todos serão cadetes juntos conosco.”* Depois dessas apresentações e boas-vindas, iniciou-se a cerimônia, como descrevo a seguir. Inicialmente o cadete-de-dia que sai se apresenta marchando em direção ao oficial mais graduado presente (que no caso era o Brigadeiro-do-Ar Souza e Mello, comandante da AFA, mas normalmente é o comandante do Corpo de Cadetes), pedindo formalmente a dispensa do serviço para, em seguida, o cadete-de-dia que está entrando se apresentar ao comandante para receber a ordem de entrada em serviço. Após isso, a bandeira é hasteada ao som do hino nacional, sem ser cantado. De acordo com a legislação referente aos símbolos nacionais³⁵, a execução do Hino Nacional é obrigatória quando do Hasteamento da Bandeira, e sempre que ele é cantado o hino tem de ser tocado de sua maneira completa; no entanto quando ele é apenas instrumental, é permitido que ele seja executado até o fim da primeira parte. A decisão se ele será instrumental ou vocal cabe ao cerimonial de cada instituição ou ocasião. Quando a bandeira já está completamente hasteada, o locutor conclama que todos cantem o Hino nacional.

O Corpo de cadetes então grita o grito de guerra de cada uma das turmas. O nome das turmas, assim como seu grito de guerra, é escolhido pela própria turma e aprovado posteriormente pelos oficiais. Os nomes, segundo a visão nativa, costumam evocar algo relacionado com a turma, como, por exemplo, RAZAK, que é uma transliteração da expressão Hebraica “Shazak V’Emats”, que significa “sejamos fortes e valentes”, ou, Kairós, uma antiga palavra grega que significa “o momento certo” ou “oportuno”. Os gritos também seguem essa tendência e evocam características como força, coragem, bravura, agilidade e rapidez. Nas formaturas, um dos cadetes da turma “puxa” o grito de guerra, gritando o nome da turma, e então a turma em uníssono passa a gritar. É de fato impressionante o volume que os gritos adquirem no grande pátio da Academia, e segundo um dos cadetes que nos acompanhavam (os cadetes que estavam na organização tinham permissão para não entrarem em forma) eles acrescentaram certa dose de volume pela presença da grande quantidade de pessoas, coisa que é estimulada pelos oficiais, a “vibração”.

³⁵ Lei nº 5.700 de 01/09/71. Note-se que a regulamentação vigente a respeito dos símbolos nacionais data da época do período militar.

Após o fim do último grito, eles então saem em marcha, passando em frente ao palanque e cantando a canção dos Expedicionários da Força Expedicionária Brasileira. Como essa não era nenhuma data específica, a escolha da canção era livre. Ao passarem em frente ao palanque com as autoridades, prestam continência e olham em direção ao oficial mais graduado. As reações das equipes de universitários – alunos e professores - que assistiam (pois as Academias e Institutos Militares estavam em formação ao lado do palanque) era de um espanto curioso com a sincronização dos movimentos, com o fato de o pé do cadete de trás pisar exatamente no mesmo lugar em que o pé do cadete da frente que tinha acabado de sair. Os comentários eram, na sua maioria, elogios à beleza da cerimônia, e mesmo dos que nada comentaram, uma interjeição de espanto (como “nossa!”) podia ser ouvida, principalmente no momento da marcha. Durante toda a formatura, apenas um momento suscitou algumas risadas repreendidas: quando o corneteiro sai de frente do palanque para ir para frente da banda de música, fazendo um tipo de marcha meio corrida que, para quem não está muito acostumado com marcha alguma, era um fato curioso e engraçado. Nos outros dias do evento a formatura voltou para o seu horário normal, ao meio dia e trinta e cinco minutos, e vários congressistas acabavam de almoçar e iam assistir novamente a cerimônia, algumas vezes quase atrapalhando o seu andamento, por ficarem no meio do caminho do corpo de cadetes.

Outras “curiosidades” também eram assistidas pelos congressistas, como a formação que os cadetes fazem após o período das aulas da manhã para irem para o pátio de formaturas e o retorno, quando após a formatura vão marchando até o rancho, e então o líder do corpo de cadetes pede permissão para sair de formação e entrar no rancho. O rancho dos cadetes era também usado pelos congressistas e inicialmente, todos sentavam-se como “bem entendiam”, sem a preocupação de completar cada uma das mesas para depois passar a ocupar outras. Com a observação disso, a partir do jantar do segundo dia de encontro, o oficial responsável pelo rancho passou a orientar a todos que completassem a mesa para somente depois passar para a seguinte.

O período da manhã era reservado às atividades “acadêmicas”, que consistiam de palestras proferidas por militares ou “autoridades civis”. Elas aconteciam no amplo cinema da AFA, a entrada era em nível superior ao palco e era possível vislumbrar de cima todo o teatro. Um cerimonial específico regia as palestras.

Com todos os congressistas já dentro do cinema e acomodados, ouve-se: *“Todos de pé para a entrada do Exmo. Sr. Brigadeiro-do-Ar JORGE CRUZ DE*

SOUZA E MELLO³⁶, *Comandante da Academia da Força Aérea*”, ele adentra o salão pela parte debaixo do cinema, que liga os cômodos internos do mesmo (camarins) direto com a fileira da frente. Pede que as pessoas fiquem “à vontade” (sinal para que se sentem que, aqui, vale para militares e civis), e logo após, com o anúncio do locutor ele sobe ao palco, saúda a todos, deseja um ótimo congresso e o declara aberto. Ele volta para seu lugar na platéia e então é pedido a todos que se levantem novamente para a execução do Hino Nacional.

Após o hino, o locutor anuncia a subida do Cel. Amaral, que passa a fazer a apresentação dos componentes da equipe de organização, que conforme são citados, levantam-se de onde estão na platéia e batem continência. Ele apresenta didaticamente ponto por ponto do cronograma de atividades e destaca a presença do Cel. Marcos Pontes, “*o nosso astronauta, que aceitou de imediato o convite pela importância do contato com as futuras elites do nosso país*” e passa a apresentar a parte das regras de comportamento (tudo aquilo que já foi ressaltado acima no “Manual”), as “regras da caserna” e dá um destaque especial para a “regra de ouro”, que é a da proibição de freqüentar o alojamento do sexo oposto, a necessidade disso seria o fato de que “*somos muitos, jovens e cheios de energia e é preciso manter o foco no estudo*”. Ele então termina sua fala, pede licença ao Brigadeiro-do-Ar para sua retirada, faz a continência e sai do palco.

O primeiro palestrante do dia foi o Cel. Sílvio Romero, do Exército Brasileiro. Antes das palavras do próprio, toda uma apresentação cerimonial é feita. O palestrante sobe ao palco e ao fica ao lado do púlpito. É lido o currículo do palestrante, e no caso dos militares, os anos de formação na AMAN, AFA, ou EN, os cursos de aperfeiçoamento feitos, as medalhas que portam, missões no exterior, datas de promoção, etc. Foi a partir desse momento que passei a observar que a grande maioria dos militares, quando em pé e parados, ficam na posição do “descansar”, com as pernas espaçadas, e as mãos cruzadas nas costas.

A postura do Coronel foi o tempo inteiro de “ensinar” os valores e os conseqüentes problemas do Brasil, passando pela “verdade do enforcamento de

³⁶ A parte do nome que aparece destacada nos documentos militares é o “nome de guerra” do militar. O “nome de guerra” é um é uma abreviação do pessoal/familiar que serve como identificador do militar a partir de que ele ingressa na instituição. Não pode haver na mesma turma um mesmo nome de guerra, se há duas pessoas chamadas José na mesma turma, uma terá seu nome de guerra “José” e outra “silva”, por exemplo, de forma que cada um ocupe um lugar exclusivo na hierarquia. A terminologia classificatória é mais uma das conseqüências da hierarquia militar.

Tiradentes” até a “revelação da exploração dos minérios do Brasil”, fatos que, segundo ele, não são falados em cursos de História, Geografia, etc. Além do significado do que é apresentado, a própria forma de apresentar mostra muitos procedimentos característicos. Por exemplo, a configuração dos temas no sumário segue uma ordem rigorosamente hierárquica de temas e subitens (que são seguidos a risca). Ainda há o fato de o apresentador ler todos os tópicos que serão seguidos na apresentação no início, deixando claro o passo a passo do que será dito, não sobrando tempo algum para improvisos, assim como nas solenidades observa-se todo o procedimento sendo declarado para depois ser executado. Nota-se até certa preocupação quando falam algum exemplo fora do programa, a preocupação em logo voltar para os slides.

A segunda palestra do dia foi do Primeiro Secretário do Itamaraty e assessor do Ministro das Relações Exteriores, Eugênio Vargas Garcia. Sem resumir muito, a palestra teve por objetivo a apresentação da política externa do Governo Lula e por foco a apologia aos números de visitas realizadas pelo Brasil aos vizinhos, que cresceu no governo Lula e ajuda nas negociações de interesses brasileiros, o que indiretamente ajudaria na política de Defesa Nacional. Após as palestras, ocorria um intervalo de aproximadamente 10 minutos, e fora do cinema havia uma mesa com biscoitos e bebidas. Durante esse intervalo, algumas pessoas iam para seus alojamentos e as que ficavam geralmente permaneciam em suas rodas de conhecidos nos primeiros dias. Posteriormente, houve mais interação entre os congressistas, mas mesmo assim continuou havendo um grande número de alunos militares que só interagiam entre seu grupo, assim como nos alojamentos.

Terminado o intervalo era o momento de fazer perguntas. Os palestrantes ficavam em cima do palco, sentados atrás de uma mesa com a bandeira da AFA respondendo as perguntas. Com relação a esse primeiro dia, destaco apenas a fala do Cel. Sílvio Romero, que novamente enfatizou o fato de que “*futuramente muitos aqui ocuparão uma posição de poder e liderança*”. Além disso, ainda demonstrou decepção pelo fato de que o controle dos minerais não era responsabilidade das Forças Armadas: “*mas isso [a defesa dos minerais] não é tarefa das Forças Armadas, infelizmente*”.

Passa-se à homenagem da AFA aos palestrantes. O locutor anuncia o que será feito (como sempre no evento, o locutor dizia *exatamente* o que seria feito logo em seguida a sua fala), que no caso, era entrada do Brigadeiro Jorge Cruz de Souza e Mello, comandante da AFA, acompanhado de dois cadetes que entregariam estatuetas com o

símbolo da AFA, uma águia. Quando os três subiam ao palco, o Brigadeiro dizia algumas palavras de agradecimento aos palestrantes e ordenava a entrega das estátuas. Assim, encerrava-se o tempo das palestras no dia. Aparentemente não havia algum critério especial para a seleção dos agraciados com a estátua da águia, visto que todos os palestrantes ganharam. O principal aqui é notar que se essas pessoas, civis ou militares, estavam sendo palestrantes no evento era por uma seleção que levava em conta o fato de que elas são “autoridades” em suas respectivas áreas de debate ou atuação, o que já as credencia em ser homenageadas não só com a estátua mas com todo o aparato cerimonial.

Após as palestras éramos então guiados para algumas salas da divisão de ensino onde tínhamos tempo para discutir dentro do grupo a respeito das duas perguntas elaboradas pela comissão organizadora e preparar a apresentação, podendo usar recursos do computador, etc. As perguntas, em todos os dias de apresentação, eram direcionadas para provocar respostas que não fugissem muito do ponto de vista apresentado pelos palestrantes. Assim, na verdade não havia muita discussão a respeito de pontos divergentes em sentido geral, apenas questões pontuais. Ao menos no meu grupo não houve grandes discordâncias a respeito do que responder e como preparar a apresentação. Sinal claro disso também é que as apresentações dos grupos eram muito parecidas, pra não dizer idênticas no seu conteúdo. É notável que essa maneira de conduzir o “debate” segue uma mesma lógica de produção da previsibilidade que pode ser observada no comportamento dos militares e embora esse fosse, em tese, um local onde as divergências poderiam aparecer, as perguntas foram elaboradas de uma maneira que não havia como escapar de uma resposta que convergia com o “ponto de vista militar” sobre o tema da palestra.

Outro ponto importante nessas discussões internas ao grupo era a inspeção dos professores. Embora todos os professores fossem orientados a “vigiar” os trabalhos, a maioria dos que faziam efetivamente esse esforço eram os professores das escolas militares e os responsáveis pelo Ministério da Defesa. Provavelmente não por acaso, o cadete da AMAN que estava em meu grupo, vendo o oficial/professor se aproximar de nossa mesa, rapidamente tomou a iniciativa de pegar o papel com as perguntas, mostrando entusiasmo e procurando ser participativo, atitude que manteve inclusive nos outros dias de debate. Obviamente havia as exceções, os alunos militares que, assim como alguns alunos civis, não estavam nem um pouco se importando com debater o que fosse.

Observando as apresentações, em todos os grupos que foram sorteados para apresentar suas discussões, todos os militares do grupo participaram falando, não houve nenhuma exceção quanto a esse ponto, e se era difícil para os alunos civis assumirem a tarefa de falar no palco, os militares pareciam querer encarar essa “missão”, a conduta em geral por parte dos militares era sempre ser voluntarioso nas atividades, tomar a iniciativa, ou, em outra leitura, liderar. Essa iniciativa em discutir e falar no palco era importante para os cadetes que estavam sendo observados pelos seus professores/oficiais, para mostrarem sua iniciativa e liderança, qualidades fundamentais na sua formação.

Ainda no primeiro dia, à tarde, o Brigadeiro-do-Ar Souza e Mello fez uma apresentação da missão da Força Aérea Brasileira e da missão de formação da Academia da Força Aérea. Inicialmente, como de praxe, foi lido seu currículo, os cursos e medalhas que obteve, ano de formação na academia, ano em que começou a exercer a função de comando, etc³⁷. Ele passou então a apresentar o histórico da Academia da Força Aérea, seu desenvolvimento, mudanças, a especificidade da formação do aeronauta, etc. Destacou a idéia de que o “pessoal” (e não a tecnologia) era o maior valor da Força Aérea³⁸ e de que ela, de alguma maneira, conduz qualquer avião no Brasil, seja pilotando, seja orientando o vôo. Destacou ainda a formação da AFA, que pretende desenvolver atributos militares, intelectuais, uma formação moral e ética e o desenvolvimento da liderança. Apresentou o cronograma diário dos cadetes, que era novo, devido ao curso de Administração que fora incluído em 2004, além das paradas, as revistas diárias.

Ressaltou também a liderança que o quarto ano exerce sobre os outros anos, o processo de adaptação dos novos cadetes, em que eles "*adquirem identidade, fazem um grito de guerra*". Após isso ele apresentou as dependências físicas da Academia e a função de cada uma das organizações subordinadas que ali estão localizadas. Tentando terminar rapidamente, pois após sua palestra haveria a apresentação da esquadilha da fumaça, o Brigadeiro voltou a enumerar os objetivos da palestra (que como todos os palestrantes militares, havia lido no início) e declarou a

³⁷ Como em todas as palestras, toda vez que o comandante entrava no recinto todos deviam ficar de pé e aguardar sua ordem para ficarmos a vontade.

³⁸ Tipo de discurso que ocorre também no Exército, enfatizando que sua “grande arma” é o pessoal formado.

missão cumprida³⁹. Esse procedimento da “missão”, de uma tarefa clara e que deve necessariamente ser cumprida, é uma coisa que nota-se claramente até nos palestrantes com relação ao que querem falar.

Outra palestra que colocou um interessante ponto de vista – especialmente para nosso tema - foi a do Vice-Almirante (Ref^{o40}) Armando Amorim Ferreira Vidigal. No segundo dia de palestras, o tema foi "*O Papel das Forças Armadas Brasileiras no Desenvolvimento Nacional*", com palestras do Vice-Almirante Vidigal e da Professora Suzeley Kalil Mathias. Foi o único dia em que houve alguma oposição entre os palestrantes, com o Almirante defendendo o papel efetivo das Forças Armadas em atividades subsidiárias, ou seja, as que não estão diretamente ligadas com defesa do território, como proteção ambiental, combate ao contrabando, pesca ilegal, etc. A professora, ao contrário, defendia que a ação militar deveria se concentrar nas missões específicas das forças armadas e não em atividades subsidiárias, como vacinação em locais longínquos. Ainda, ela destacou que era contra a participação dos militares no processo de decisões, mesmo a respeito de áreas estratégicas como as comunicações, já que há no “meio civil” (diferentemente da situação até o meio do século) haveria "massa crítica" para pensar isso. Esse tipo de fala lhe rendeu uma quantidade grande de comentários à boca pequena entre cadetes e perguntas que eram uma defesa da posição do Almirante.

Outra parte da fala do Almirante foi a respeito participação que as Forças Armadas tem no Desenvolvimento Nacional ao "formar pessoal". Ele se referia às Forças Armadas como a fonte de uma formação moral e ética exemplar. Através do programa soldado-cidadão, por exemplo, o “cidadão-soldado” tinha acesso não só a uma profissão, mas também a uma formação que lhe ensina os hábitos à mesa, higiene pessoal, educação, etc.

Ainda alertou, que "nesses momentos de tanta corrupção na política", as Forças Armadas são o exemplo de educação moral e cívica e citou, como exemplo para demonstrar a situação em que o país está, a quantidade de pessoas que não sabiam cantar e não respeitavam o Hino Nacional. Para ele, é necessário dar visibilidade aos serviços essenciais que as Forças Armadas prestam ao país (justamente essa função de

³⁹ Esse procedimento da “missão”, de uma tarefa clara e que deve necessariamente ser cumprida, é uma coisa que nota-se claramente até nos palestrantes com relação ao que querem falar.

⁴⁰ Reformado, o equivalente militar ao aposentado.

formação moral, de civilizador dos costumes e moralizador da nação), para que seja dado o devido valor aos militares:

“O Brasil precisa de um banho de civismo, de ética, e as FFAA tem muito a dar pelo Brasil nesse sentido, com nossa hierarquia, nossa disciplina, nosso civismo.” (Vice-Almirante Vidigal)

A oposição aqui é clara entre uma professora universitária civil (da Ciência Política) que entende que os militares têm seus espaços específicos e neles devem permanecer, e de um militar "das antigas" que pensa nas FFAA como formadora não só de soldados, mas de brasileiros moralizados e civilizados⁴¹. O interessante nesse aspecto é como essa mentalidade não faz parte só da "velha guarda", os cadetes que discutiam nos grupos e apresentaram o trabalho no palco ressaltaram suas experiências com indígenas, nas quais eles tinham *"até que ensinar o que é uma privada"*. Esse aspecto de missão civilizadora estava muito presente e muito forte quando falavam da missão das FFAA perante aos cidadãos e principalmente quando se tratava de indígenas. Estes parecem ser elementos claros da visão das Forças Armadas enquanto civilizadoras e tutoras, como formadoras de um "padrão cultural" mais elevado, que deveria civilizar todos os brasileiros, inclusive os indígenas. Veremos mais a frente como essa missão civilizadora é importante na formação dos soldados, no que se refere ao desenvolvimento de padrões controlados e adequados.

No terceiro dia, o tema da palestra foi "As Amazônias Brasileiras", e os palestrantes foram o **General Eduardo** Dias da Costa **Villas-Bôas** e o Vice-Almirante **Lucio** Franco de Sá Fernandes. A referência a mais de uma Amazônia é uma comparação feita pelos militares entre a grandeza da Costa marítima Brasileira e a Floresta Amazônica. A fala do Gal. Villas-Bôas novamente informava a respeito da situação da Amazônia, seus atrativos aos inimigos, as formas de atuação das forças externas (Ongs oportunistas manipuladas por Estados com poder financeiro e militar, etc). Um dos aspectos destacados dos "problemas da Amazônia" foi novamente a questão indígena. O general ao mesmo tempo em que citava o problema da *"perda da identidade cultural"* (presença de televisão, rádio, etc), perguntava se era *"essa cultura de sacrifício de crianças que nós vamos sustentar?"*. Declarou ainda que era necessário *"elevar o padrão cultural do índio"* e que *"o problema do Índio não é de terra e sim de*

⁴¹ Na perspectiva militar pode ser vislumbrada uma certa inversão do ponto de vista político-estatal em que o Estado engloba a guerra e das Forças Armadas à serviço da política.

eles ficarem abandonados". Estes parecem ser elementos claros da visão das Forças Armadas enquanto civilizadoras e tutoras, como formadoras de um "padrão cultural" mais elevado, que deveria civilizar todos os brasileiros, inclusive os indígenas⁴². Ao término de sua fala, o general, verificando que havia terminado dentro do tempo, exclamou para a platéia: "*Viram como sou disciplinado!*"

A fala do Almirante Lucio destacou os dados da costa brasileira, extensão, projetos de controle de pesca e busca de petróleo, as medidas necessárias para o controle de tamanha extensão. Mostrou então um vídeo que ressaltava as condições da esquadra "moderna e bem adestrada", que terminava com uma frase de Henry Kissinger: "*A diplomacia sem um respaldo militar compatível é um exercício de retórica*". A idéia traduzida nessa frase foi afirmada constantemente pelos militares palestrantes, ressaltando a importância das Forças Armadas para a relação com outros países.

No dia 06, penúltimo dia do congresso, o tema foi "Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa", com falas do General Alberto Cardoso e do Dr. Jairo Cândido, membro da Fiesp. Ambos os palestrantes ressaltaram a importância do investimento nacional em indústria de Defesa, não só para livrar as FFAA nacionais da dependência externa, mas também porque isso ajuda a criar empregos e desenvolver coisas úteis também para o meio civil.

Na sexta-feira pela manhã ocorreu então cerimônia de encerramento do evento. Os alunos deveriam ficar dispostos nas fileiras de acordo com o seu grupo de debate, na ordem estabelecida pelos organizadores, pois entrariam todos em fila no palco e parariam de frente ao responsável por entregar o seu diploma. Formavam a mesa o astronauta Marcos Pontes, os oficiais mais graduados da AFA e os representantes do Ministério da Defesa, inclusive o Secretário de Estudos e Cooperação, Rômulo Bini Pereira.

A cerimônia iniciou-se com o Hino Nacional e com as palavras do Secretário. Ele fez questão de elogiar cada uma das Universidades, Academias e Institutos ali representados, pedindo que se levantassem, agradecendo a participação e destacando a importância desse congresso, dessas interações, do contato íntimo entre os alunos e o debate das idéias. Então se deu início à entrega de certificados, inicialmente

⁴² E de produzir o indígena, seja ele qual for (Kalapalo, Caiapó ou Araweté), enquanto "Brasileiro civilizado".

aos professores/oficiais, depois aos alunos, e finalmente com homenagens aos organizadores do evento, com a entrega das placas com a águia da AFA.

O último almoço na AFA, logo antes das comitivas partirem teve diferentes elementos na organização interna do rancho. Ao contrário dos outros dias, dessa vez a equipe organizadora, os altos escalões da AFA e os convidados do dia, inclusive o Secretário do Ministério da Defesa e o astronauta Marcos Pontes, almoçariam no rancho dos cadetes junto com os congressistas. Dessa maneira, o rancho teve que ser organizado com uma grande mesa em separado, onde as autoridades ficariam. A diferença desse dia foi notada pela regras que os cadetes seguiam para entrar no rancho. As prescrições normais indicam que sempre que um militar entra no rancho, deve pedir licença ao mais antigo⁴³ e fazer a continência; porém, no dia a dia dos cadetes, essa regra nem sempre precisa ser seguida devido ao fato de os oficiais estarem geralmente tomando refeições em seu respectivo rancho e o major responsável pelo rancho estar dentro da cozinha. Nesse dia foi possível ver os cadetes, ao entrarem, prestarem continência em direção à mesa especialmente colocada, e nesses casos, a resposta não era necessária, devido ao número de cadetes que entravam e que, seguida a risca necessidade de responder impediria qualquer tentativa de refeição pelo oficial mais antigo. Encerraram-se assim as atividades "acadêmicas" do evento.

No período da tarde de todos os dias do encontro eram feitas as atividades denominadas "socio-desportivas", que, como o nome indica, eram atividades desportivas que proporcionavam aos alunos civis participar das rotinas de treinamento militar dos cadetes. Em alguns dias também havia visitas às instalações da Academia.

No primeiro dia todos os congressistas assistiram à apresentação da Esquadrilha da Fumaça (oficialmente "Esquadrão de Demonstrações Aéreas") e visitaram o Hangar do EDA (Esquadrão de demonstrações aéreas), onde diversas aeronaves inativas podiam ser vistas e fotografadas. Depois da apresentação com as aeronaves os pilotos da Esquadrilha ficaram disponíveis para contato com os congressistas.

A partir do segundo dia as atividades eram divididas por grupos. Seguindo o meu cronograma, no segundo dia a atividade foi "paint-ball". Os congressistas eram levados para uma sala para terem instruções de segurança e aprenderem a operar as armas. Foi interessante observar quanto os cadetes e alunos

⁴³ Entre militares, é chamado de mais antigo o que é hierarquicamente superior e mais moderno o que é hierarquicamente subalterno.

militares ficavam exaltados entre si quando algo saia errado. Nesse mesmo dia fomos levados para o stand de tiro, onde pudemos atorar com espingarda de ar comprimido e revólver calibre 38.

No dia seguinte visitamos a Fazenda da Aeronáutica e 1º Esquadrão de Instrução Aérea (EIA). A Fazenda (cuja sigla é FAYS) produz leite e alimentos que abastecem a AFA como as outras Organizações Militares da Aeronáutica no estado de São Paulo. No 1º EIA conhecemos os processos de avaliação de instrução de vôo. Os vôos de cada cadete são marcados em uma espécie de marcador na parede das salas com cores de acordo com seu desempenho, de maneira que é possível observar todo o desempenho de cada um desde o início de sua instrução. Ainda no 1º EIA, visitamos o simulador de painel de controle de vôo.

Os treinamentos físicos militares foram as atividades do último dia. O circuito era composto de uma trilha pista de cordas, em que tínhamos que atravessar de um lado ao outro. Depois houve um exercício de escalada e orientação. A orientação consiste em um esporte exercício em que a pessoa tem que procurar descobrir as coordenadas indicadas em menor tempo possível. Finalmente fomos para pista de lançamento de granadas, onde não lançamos granadas, mas sim pesos do mesmo porte das granadas.

No período noturno aconteceram as atividades “sociais”. Na terça-feira, 03 de outubro, primeiro noite de atividade “social”, os cadetes da AFA fizeram no salão da SCAER (Sociedade dos Cadetes da Aeronáutica) uma recepção com música ao vivo, tocada por eles mesmos. Um parêntese. O salão da Sociedade dos Cadetes da Aeronáutica é um espaço de recreação para os cadetes, dispõe de mesas de sinuca, TV a cabo, jogos, sofás, cadeiras, etc., é um espaço para passar o – pouco - tempo livre e para a interação entre os cadetes, e é um espaço de certa maneira oposto ao resto da academia, que não dispõe de lugares, por exemplo, para sentar ou para ficar parado conversando: não há bancos na academia, apenas corredores, o foco é a locomoção, e não ficar parado, sentar ou conversar. Além disso, o salão (como toda a academia) é repleto de estatuetas recebidas de outras academias ou organizações militares, símbolos das turmas formadas na AFA, fotos de ex-comandantes da academia, troféus de competições militares, quadros com símbolos militares, etc. Fecha-se o parêntese. Nesse dia a organização preparou mesa de frios para os Congressistas e a música ao vivo foi tocada inicialmente por dois cadetes, MPB com voz e violão.

Na quarta-feira houve uma festa. O ambiente montado era de uma boate, com música ao vivo tocada inicialmente por um DJ e depois por uma banda de cadetes da AFA, não uniformizados, numa das poucas ocasiões em que os cadetes e alunos militares ficaram sem farda durante o evento. Na quinta-feira houve a apresentação de uma peça de teatro e na sexta-feira o baile de gala. Esse baile aconteceu aos moldes de uma festa de formatura, com buffet e banda de música. Os altos oficiais da AFA estavam presentes com a família em mesas reservadas e o destaque ficou para o momento da chegada de Marcos Pontes (“o nosso astronauta”), que logo ficou cercado de pessoas querendo cumprimentá-lo e tirar fotos. Esta foi a última “atividade social”, ficando para o dia seguinte apenas a palestra de Marcos Pontes e a cerimônia de encerramento, já descritas no tópico anterior.

Por fim, apresento alguns fatos interessantes da interação com os militares no Congresso em momentos informais. Um cadete da AMAN com quem tive contato mais próximo, não ficava muito junto dos outros cadetes, preferindo a companhia da nossa equipe na maior parte do tempo. Disse que ficava cansado dos colegas, das mesmas conversas, que queria mesmo ouvir gente diferente, que tivesse “liberdade” em contar piada, rir, falar de outros assuntos que não os da academia. Apesar disso, ficava muito interessado em contar os casos engraçados dos seus colegas. Falou-me de um cadete que tinha fama de ser muito considerado pelos oficiais docentes por ser “muito enrolador”, por saber manipular a atenção dos professores e assim desviar o assunto e demonstrar conhecimento, e que isso era prezado dentro da academia:

“Lá o negócio é assim mesmo, eles querem que você fale tudo com convicção, você pode até não saber nada do assunto, mas tem de ser convicto, falar com firmeza, bater o pé na sua posição. (...) E também não pode pedir muita desculpa não. Se errou, o melhor a fazer é dizer que está pronto para consertar do que ficar se desculpando”. (Cadete AMAN)

Ele aparentava não gostar muito disso, disse que não conseguia se comportar assim e que talvez não tivesse muito sucesso na carreira por conta disso, mas que estava interessado na estabilidade na carreira. Essa postura de não admitir erro também foi citada por uma aluna do IME, que contou um caso em que foi repreendida menos pelo erro e mais por ter pedido tantas desculpas.

A noção militar da demarcação simbólica entre a ordem da caserna e a bagunça/desordem do mundo civil, principalmente do convívio universitário na

academia, pelo elemento estranho da academia pôde ser vista em uma situação que passei. Em uma das tardes do congresso, voltei mais cedo da atividade esportiva e aproveitei para visitar a biblioteca da academia. Quando saí, fui para a cantina que ficava ao lado tomar um lanche. Estava comendo encostado no balcão quando dois cadetes que estavam na divisão de ensino chegaram, um deles comentou: *“Tá bom aqui hein, coçação de saco o dia inteiro”*, a referência, pelo que pude perceber, era a mim, tanto é que depois, o cadete disfarçando o que tinha dito, virou para o atendente da lanchonete e disse: *“Né, Dentinho? Sem fazer nada o dia inteiro”*, e o atendente pareceu não estar compreendendo do que se tratava. Talvez a descrição escrita não deixe claro que o comentário se referia a mim, mas a sensação que tive no momento não me deixou dúvidas. O fato de o cadete ter olhado meu crachá, feito o comentário e depois se voltado para o atendente como se estivesse tentando fingir que se referia a ele me deixou a nítida impressão de um certo incômodo por ter alguém na academia fazendo nada no meio de cadetes com a vida tão cheia de atividades.

Entre militares, há uma valorização muito grande em estar sempre fazendo algo, estar sempre em atividade e, por conseguinte, estar desocupado é sinal de demérito. Essa valorização do tempo preenchido ficava claro também quando os cadetes descreviam sua rotina com certo orgulho: o dia completo de horários de aula que era seguido por atividade física e estudo, completando quase todo o tempo entre as 6 horas da manhã até as 11 horas da noite. O Comandante do Corpo de Cadetes ao apresentar os horários também falou das atividades com um tom altivo, elogiando o esforço dos cadetes, que há dois anos ainda tinham acrescido em seus horários mais quatro tempos de aula. O dia cheio corresponde ao campo de previsibilidade construído pela vida militar, já a noção de um “tempo vazio”, sem atividades, representa a ponto onde as determinações militares não alcançam, aonde as prescrições não chegam, daí a ser considerada um problema, um terreno desconhecido e não controlado. Outro ponto a ser destacado nessa situação é que quando ficou criada uma situação constrangedora devido ao comentário e sendo eu, um “amigo da instituição”, o centro da mesma, a reparação da situação implicava que o comentário fosse direcionado para algum “subalterno”, no caso, o atendente da cantina.

Ainda na cantina, depois dessa situação, ocorreu o intervalo das aulas. Um tenente instrutor parou na lanchonete para comer e presenciei uma situação que, no momento, me deu uma sensação de espanto e estranheza justamente por ver a dimensão que os signos de obediência têm na caserna. Enquanto o tenente comia seu lanche de

costas para o pátio, os cadetes que saíam da aula e passavam por suas costas prestavam continência. Provavelmente a maioria das pessoas, mesmo as que não estudam o tema ou não tenham ligação com militares, conhece essa regra da caserna que é a continência que deve ser prestada ao mais graduado, mas o que despertou naquele momento a sensação de espanto foi o fato de que eram muitos os cadetes cruzando de um lado para o outro e prestando continência todas as vezes e, principalmente, o fato de que prestavam continência para alguém que comia um lanche, que não os estava vendo e que conversava sobre futebol enquanto isso. Perguntei ao tenente se era obrigatório para os cadetes prestar continência todas as vezes que passassem por ele, ele riu de minha curiosidade e disse que pela legislação a continência era obrigatória apenas da primeira vez, mas que era costume da “disciplina deles aqui”. Achei a cena marcante e significativa do ponto de vista da marcação do tempo e da etiqueta militar.

*

*

*

No Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional os mais variados elementos, desde a programação, os temas e os discursos, procuravam não guardar espaço para o inesperado, para o adverso, para qualquer coisa fora do estabelecido, como debates, grandes discordâncias, etc. A observação de regras de comportamento rígidas, de horários fixos que deveriam ser fielmente cumpridos, de espaços autorizados e inapropriados, buscava não apenas não alterar a rotina da academia, mas também colocar os congressistas civis no ambiente militar. Assim, o congresso pretendia possibilitar a interação; mas a interação aos moldes militares.

Quanto aos temas e discursos, fica clara a importância para os militares de interagir com universitários (ou, com universidades) por sermos, assim como eles próprios, grupos de “elite”, que necessariamente, segundo sua visão, irão liderar o país ocupando futuramente postos de autoridade. Assim, as falas dos militares nas palestras ocorreram sempre com um tom professoral, como que para fazer essa “futura elite civil” entender quais são os problemas do Brasil, sua origem e suas soluções, que sempre passavam pela valorização do trabalho das Forças Armadas para o país, não só nas atividades, mas também e em grande monta, nos seus valores, valores de uma “elite moral”.

Além dos cadetes da AFA que estavam cumprindo as funções de nos receberem, todos os outros mantinham suas atividades normais e era possível perceber a todo o momento as minúcias das prescrições presentes na conduta diária dos militares, como os vários momentos de continências, o procedimento de um cadete quando é chamado por um superior, as várias vezes em que entram em forma para sair das aulas e entrar no refeitório ou os momentos em que todos tem que ficar parados em posição de sentido enquanto os outros estão em formação. Todos eles, mesmo os que não estavam recepcionando os congressistas, sempre que podiam entravam em contato procurando demonstrar receptividade e interesse em ajudar.

A seguir detalharei alguns elementos característicos das comemorações do Exército que observei e assim poderemos notar a semelhança entre a maneira da condução e as características de um evento como o descrito acima, que era de interação com civis, e as comemorações, que, segundo entendemos, têm também de maneira muito forte esse objetivo para o Exército (e tem menos a característica de “ritual”, enquanto exacerbação de características ou mecanismo privilegiado de produção simbólica).

b) Comemorar , homenagear, trocar e viver: razão e forma das solenidades do Exército Brasileiro

As solenidades e datas festivas das Forças Armadas têm seus procedimentos prescritos pelo mesmo regulamento que também ordena a conduta nos âmbitos cotidianos. Trata-se do “Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas”⁴⁴, na terminologia militar conhecido como R-2, e que abrange toda a vida do militar:

“As prescrições deste Regulamento aplicam-se às situações diárias da vida castrense, estando o militar de serviço ou não, em área militar ou em sociedade, nas cerimônias e solenidades de natureza militar ou cívica.”
(BRASIL, 1997: 4)

Desta maneira, essa legislação abrange todos os sinais de respeito usados pelos militares nas mais diversas situações. Estão aí contempladas: normas para a

⁴⁴ Decreto nº 2.243, de 3 de junho de 1997.

execução da continência individual em diversas situações (parado ou em deslocamento, em recinto aberto ou fechado, armado ou desarmado, em trajes civis ou com farda, etc), a continência de tropa (em deslocamento ou desfile), da guarda e da sentinela. Está aí também definido o procedimento para as honras militares: de recepção e despedida; da Comissão de Cumprimento e de Pêsames e; Honras de gala e honras fúnebres.

Por fim, o regulamento determina também as normas para o cerimonial militar, que têm por objetivo dar tom solene a determinados acontecimentos da vida militar e nacional que, de acordo com a instituição, devem ser ressaltados. Além disso, há uma aspecto destacado no que tange ao cerimonial enquanto formador do caráter coletivo das instituições militares:

“Art. 140 As cerimônias militares contribuem para desenvolver entre superiores e subordinados, o espírito de corpo, a camaradagem e a confiança, virtudes castrenses que constituem apanágio dos membros das Forças Armadas” (BRASIL, 1997: 22)

No âmbito do Exército Brasileiro, essa legislação, junto com portarias do Comandante do Exército referente às recomendações sobre a execução do cerimonial estão reunidas em compêndios disponibilizados pela Secretaria-geral do Exército (encarregada em assessorar o Comandante do Exército nesses assuntos), os *Vade-Mécums*.

Nas ocasiões em que estive presente nas OMs, pude acompanhar três cerimônias. Em Taubaté, acompanhei no dia 08 de Maio a Solenidade em alusão ao Dia da Vitória e a Cerimônia do “Dia da Boina”, que era alusivo ao fim do primeiro período de instrução dos recrutas do CavEx. Em Pirassununga, no 13º RC Mec, acompanhei a cerimônia alusiva ao dia do soldado, em que os recrutas fizeram o juramento à Bandeira.

Tendo por base minha observação, relatos de militares, regulamentos e manuais a que tive acesso e os noticiários (do próprio Exército ou não) que faziam a divulgação desses acontecimentos, pude observar que esse tipo de solenidade tem uma mesma estrutura organizacional que procura seguir totalmente a prescrição dos manuais⁴⁵ a menos que não haja condições, e então algumas características podem ser adaptadas, como em unidades menores em que não há banda de música e se utiliza

⁴⁵ Colaboraram com isso as incontáveis vezes em que os militares procuravam dizer que as cerimônias eram todas do mesmo jeito, que em qualquer unidade militar eu veria a mesma coisa, que estava tudo no regulamento, etc

aparelhos de som para as canções ou quando uma solenidade tem seu dia mudado para que um público maior compareça, por exemplo. Descreverei esse tipo de organização básica às cerimônias que observei acrescentando quando necessário os elementos incomuns entre elas.

Exceto por unidades militares exclusivamente de caráter histórico e que têm por função a participação em solenidades e prestação de honras militares, como o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas (os “Dragões da Independência”) ou o 32º Grupo de Artilharia de Campanha (“Bateria Histórica Caiena”) ⁴⁶, em uma unidade militar a organização e execução de solenidades não estão especificamente subordinado a um determinado setor, como o de Comunicação Social, por exemplo, mas é uma incumbência de todo o Estado-Maior (cf. a seguir) de uma unidade, em que cada uma das suas seções executa determinada função naquilo que lhe compete.

Toda unidade militar tem um Comandante, um subcomandante, Chefe do Estado-Maior, e o Estado-Maior, propriamente dito, composto das cinco sessões e seus responsáveis, que assessoram o Comandante nas suas diversas funções, aos moldes das diretorias de uma empresa⁴⁷. A primeira sessão (os chefes de sessão são denominados E1, E2, evocando a expressão “Estado-Maior”) é a de Pessoal, ela é a responsável pela administração do tempo de carreira, pedidos de transferência, contagem de ausências, escalas de serviço, avaliação de mérito, medalhística (pedido, avaliação e imposição de medalhas por mérito ou tempo de serviço, etc.). A segunda sessão é a de inteligência, de vital importância nas Forças Armadas e que tem por objetivo a busca de informações, em tarefas de inteligência e contra-inteligência, informação e contra-informação. A terceira sessão é encarregada da parte operacional, do funcionamento propriamente dito das atividades de instrução e de emprego do seu efetivo e equipamento. A quarta seção é encarregada da logística da unidade e a quinta da Comunicação Social.

A quinta sessão, encarregada da Comunicação Social de cada unidade,⁴⁸ executa seu planejamento com base no Plano de Comunicação Social do Exército,

⁴⁶ Essas unidades têm treinamento especificamente militar, mas sua função é mesmo atividades de “manutenção das tradições”.

⁴⁷ O oficial que me detalhou o modelo de organização das unidades do Exército a todo o momento fazia a comparação com o mundo empresarial, executando uma espécie de tradução para o mundo civil da organicidade do Exército, e enfatizando a que as empresas copiaram o modelo hierárquico da organização do Exército e só ultimamente o Exército vinha copiando a organicidade de empresas, por exemplo, na disposição das seções do Estado-Maior, anteriormente fechadas em sua sala exclusiva e agora numa ampla e mesma sala, separados por biombo, de maneira que todo o pessoal tenha uma melhor comunicabilidade.

⁴⁸ No âmbito do Exército, essa função é executada pelo Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX)

documento doutrinário que orienta as disposições para comunicação social em toda a instituição. No caso do CAVEX, as atribuições da 5ª seção foram divididas entre atividades para o público externo e interno:

“(...)para o público externo uma das atividades onde a gente busca atingi-los de forma a transmitir uma mensagem positiva do Exército, que afinal das contas é o grande objetivo da comunicação social, nós procuramos fazer através de formaturas (...)” (TC Medeiros, Chefe de Comunicação Social do CavEX)

As formaturas são todas as ocasiões em que parte ou todo o efetivo de uma organização militar está em forma, alinhada, e no caso da fala acima, se refere às formaturas solenes e abertas ao público.

Há, no âmbito do Exército as formaturas que devem ser compulsoriamente reverenciadas com uma formatura, que são o Dia da Tomada de Monte Castelo (25/02), o Dia do Exército (19/04), o Dia da Vitória na 2ª Guerra Mundial (08/05), o Dia do Soldado (25/08) e, além disso, geralmente há uma formatura específica a cada unidade, que, no caso do CavEX era o “dia da Boina”, que marca o fim do primeiro período de instrução dos recrutas e o recebimento por eles da “Boina Azul”, da aviação do Exército⁴⁹. Em outras unidades, por exemplo, de Cavalaria, esse tipo de formatura pode ser feito na Data Comemorativa da Arma em questão (Cavalaria, Artilharia, etc) ou na data de aniversário da unidade e apesar de serem compulsória, essas não necessariamente são as datas com maior valor para a unidade, nem as que mobilizam mais o efetivo:

“(...) [A] formatura nós fazemos aqui em frente ao QG [Quartel General] numa formatura normal, e no aniversário da aviação, que não é compulsório do Exército, mas é a data comemorativa mais importante pra nós, que é o Aniversário da Aviação, nós fazemos num dos hangares (...)” (TC Medeiros)

Pragmaticamente, cada etapa de uma formatura é coordenada por uma seção, de acordo com suas responsabilidades funcionais. Dessa forma, por exemplo, a 3ª seção, encarregada da instrução militar do recruta, é a responsável pela coordenação da tropa, dos treinamentos para a cerimônia junto aos seus participantes. À 5ª seção, de

⁴⁹ Lembrando que aqui se trata de datas especificamente militares. Há ainda as datas nacionais que são respeitadas como o Dia da Independência e o Dia da Bandeira, em que ocorre a cerimônia de incineração da Bandeira antiga e troca por uma nova.

comunicação social, cabe realizar convites aos ex-combatentes, autoridades do poder executivo, legislativo e judiciário, acompanhar o Comandante nas atividades de recepção dos convidados e divulgar a solenidade na imprensa e frente aos públicos-alvo:

“(…) nós informamos ao público externo da ocorrência da atividade civil-militar, que é interesse nosso trazer sobretudo as crianças pra que possam assistir uma atividade militar, então nós divulgamos isso através de um mailing para os órgãos de imprensa, e os órgãos de imprensa do Vale do Paraíba aqui, costumam publicar essas atividades com antecedência, que nós executamos, então através da imprensa nós os convidamos e fazemos um convite específico pras autoridades, então para o Dia da Vitória, nós especificamente não deixamos de convidar, nunca né, não podemos deixar de convidar os pracinhas que combateram na Itália, então eles são os principais convidados nossos. E convidamos os chefes dos poderes, executivo, legislativo, judiciário e assim por diante” (TC Medeiros)

Além disso, a 5ª seção também se encarrega de fazer a leitura das autoridades presentes segundo a ordem de precedência durante a cerimônia.

Todas as atividades de uma unidade militar são colocadas em forma de Ordem de Serviço, que, no caso de uma solenidade conta com os dados básicos da mesma e as ordens que cada elemento e unidade deve cumprir para realizar a atividade. Tive acesso a uma dessas ordens, relativa à Comemoração do Dia da Vitória em Taubaté, que pude copiar embora não pusesse levar embora por “questões de segurança”. É ilustrativo o detalhamento e engessamento da seqüência de eventos, não apenas da cerimônia em si, mas também no que tange aos objetivos e preparativos. Eis aqui a transcrição:



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO SUDESTE
COMANDO DE AVIAÇÃO DO EXÉRCITO
BRIGADA RICARDO KIRK

Ordem de Serviço nº 07.xxx/E.3.x

Taubaté, xx de abril de 2007

1. Finalidade

Regular comemorações do Dia da Vitória no âmbito do Comando de Aviação do Exército

2.Objetivos

- a) Homenagear ex-combatentes da FEB
- b) Fortalecer o significado desta data festiva junto ao público interno e externo
- c) Reforçar as culturas cívicas e patrióticas nacionais
- d) Realizar a entrega de condecorações

3.Referência

- a) DGI CMSE/2007
- b) PIM CAvEx/2007
- c) NI/CAvEx – 4001/2003

4.Condições de Execução

- a) Participantes
- b) Data-hora
- c) Uniforme
- d) Equipamento
 - 1) Oficiais = cinto de guarnição, suspensório, coldre, faca, etc
(...)
- e) Armamento
- f) Local
- g) Dispositivo
- h) Seqüência da Solenidade
 - 1) Incorporação da Bandeira Nacional
 - 2) Chegada das autoridades
 - 3) Honras militares e apresentação da tropa
 - 4) Finalidade da formatura
 - 5) Canto da Canção do Exército
 - 6) Leitura da Ordem do Dia
 - 7) Entrega de medalhas
 - 8) Palavras do Cmt Av Ex
 - 9) Desfile da Tropa
 - 10) Desincorporação da Bandeira Nacional

5.Ordem aos elementos subordinados

- a) EM do CAvEx
 - 1) Chefe do Estado-Maior
Coordenar as ações previstas para as Comemorações do Dia da Vitória
(...)

6.Prescrições Diversas

- a) Esta O Sv complementa as prescrições para a formatura do tipo “Bravo” previstas na NI/CAvEx 4001/2003
-

Como visto acima e como pôde ser observado nos dias da cerimônia, não há espaço para improvisos, tudo está previamente calculado para ocorrer naquela ordem e daquela maneira:

Pesquisador: Da parte do Exército não teria problema ele [um homenageado] fazer um discurso de improviso?

TC Medeiros: Não teria problema, se ele requisitou com antecedência, (...) a cerimônia militar ela é muito engessada, então ela ocorre exatamente seguindo o cerimonial. Então se tá inserido no cerimonial vai ser lido, não existe quebra de protocolo, é muito raro uma quebra de protocolo, ela segue exatamente o que tá previsto no cerimonial.

E de fato a formatura ocorreu exatamente como estava previsto, sem tirar nem pôr qualquer item, inclusive com toda a ordem dos acontecimentos sendo previamente anunciada pelo orador. Há uma seqüência de eventos, honras e sinais de respeito que estão (e estarão) presentes em qualquer cerimônia do Exército, detalharei as cerimônias que presenciei partindo desses eventos comuns em todas elas e depois comentarei as particularidades de uma ou outra.

As solenidades militares muito comumente ocorrem no período matutino. Das três em que estive presente, duas tiveram início às 10 horas da manhã, e a outra as 10:30, no entanto a apresentação dos militares para os preparativos da cerimônia ocorre bem antes, logo após o toque da alvorada (as 6 horas da manhã). Foi em Pirassununga, no 13º RC Mec, onde acompanhei mais de perto os detalhes dos preparativos para a organização, que são intensificados na semana da solenidade. Todas as posições, gestos, toques de ordem, dos militares que participam da formatura fazem ou obedecem, são os mesmos que eles têm de apreender em seu treinamento comum. “Sentido”, “Ombro-Arma”, “Apresentar-Arma” são parte comum de sua formação enquanto militar e saber executa-los é fundamental.

Assim, o treino para essas solenidades não tem por objetivo ensinar aos militares novos comandos e respectivas posições, mas sim elaborar a operacionalidade da execução dessas solenidades, de acordo o arranjo de eventos que elas apresentam: pode haver a presença do presidente no Congresso Nacional em uma delas, um General de um Exército estrangeiro, a imposição de medalhas ou a imposição da boina aos novos recrutas (como acompanhei no CAvEx); em outras, isso pode alterar a ordem da solenidade, os toques de comando que o corneteiro apresenta, os Hinos que serão tocados, e tudo isso deve ser com antecedência conhecido e treinado para não haver erros nas cerimônias. Particularmente com relação aos recrutas, a preocupação é com

erros durante a execução dos movimentos nas cerimônias como as juramento à Bandeira Nacional e de recebimento da Boina Azul, em que são eles que estão em destaque e com a presença de grande quantidade de público civil, especialmente os familiares.

“O treino é necessário porque o pessoal fica muito nervoso, com medo de errar (...) ano passado um cara chegou a fazer a continência com a mão errada, é complicado” (Ten.Márcio⁵⁰, 13º RC Mec)

Segundo ele, no entanto, isso dificilmente ocorre na formatura em si, só em treinos: “na formatura não acontece, nem chove [aponta para o céu azul], a gente brinca que Deus é militar”. Um outro militar⁵¹ me disse que caso esse tipo de erro aconteça em uma solenidade, no entanto, não haverá repreensão no momento do evento, principalmente na presença de civis, mas será com certeza motivo de penalidades posteriormente, como passar mais tempo no sol treinando mais das mesmas posições. Se esse tipo de erro não é motivo para parar uma solenidade, ou gerar grande comoção nos oficiais, durante o treinamento comum (aquele que ocorre independentemente da solenidade) qualquer mínimo erro de sincronia, qualquer flexionar de braços ou pernas exagerado é suficiente para que os instrutores chamem a atenção.

Além dessa preocupação com a execução dos movimentos dos recrutas, como disse, há também uma preocupação de fundo logístico, no que concerne a testar o funcionamento de equipamentos de som, marcar posições de militares que receberão medalhas, estabelecer uma ordem de entrada e posicionamento, etc.

No dia da solenidade no 13º RC Mec, por volta das 6:30 da manhã, todos os recrutas já estavam devidamente prontos para a cerimônia, esperando em seus batalhões para a revista e entrada em forma. Desde muito tempo antes da cerimônia propriamente dita, os homens que participarão da mesma ficam posicionados nos lugares próximos aos locais em que deverão permanecer, na ordem prevista do desfile no pátio do Quartel. Contando o tempo de espera, eles ficam cerca de duas horas seguidas no sol e com farda e esse aspecto do sofrimento, do esforço das formaturas é bastante destacado por todos. Detalharei posteriormente os sentidos desse sofrimento para a formação militar.

⁵⁰ Nome fictício.

⁵¹ Sgt. Wagner, da 2º Cia Com L, em Campinas. Alguns aspectos sobre a atividade militar que não eram ressaltados pelos militares que me recebiam “oficialmente” me foram ditos por ele.

As solenidades com formatura ocorrem em espaço aberto e as organizações militares contam com áreas livres, pátios e grandes corredores asfaltados para circulação de automóveis e tropas a pé de tamanho correspondente ao seu efetivo. Algumas das unidades do Exército dispõem também de um palanque construído próprio para as solenidades, como a 2º Companhia de Comunicações Leve; outras têm um palanque que é montado quando ocorrem as cerimônias, como em Pirassununga. Esse palanque fica geralmente na área central do dispositivo montado para as cerimônias, e é o lugar onde ficam o comandante, e as autoridades civis e militares convidadas. Essas autoridades são recepcionadas pelo Comandante, acompanhado pelos militares que trabalham na seção de Comunicação Social, mas não entram no palanque, coisa que só acontece no momento do início formal da solenidade. Nas cerimônias que compareci, estavam presentes os chefes das câmaras de vereadores das respectivas cidades, comandantes da PM e, no caso de Pirassununga, o Comandante da Academia da Força Aérea, que era a mais alta autoridade militar da ocasião. Os militares que não estão em formação para a solenidade, por conta de estarem recepcionando convidados ou ajudando na organização, têm maior liberdade de movimentação; os que estão em formação aguardam o início da solenidade na ordem devida (filas e colunas respectivas), mas sem manter uma posição militar específica (“sentido”, “descansar”), podendo conversar e se movimentar discretamente. Cada chefe de unidade que desfilará, com a tropa pronta, comunica ao chefe do Estado-Maior a prontidão da mesma. E com todos os detalhes preparados, tem início formalmente a seqüência da solenidade, como segue:

a)A incorporação da Bandeira Nacional:

A incorporação da Bandeira Nacional é o procedimento de recebimento dela pela tropa. A Bandeira Nacional é carregada por um oficial (o Porta-Bandeira) acompanhado pela guarda da Bandeira que o acompanha. De acordo com as regulamentações, cada OM deve ter ao menos duas Bandeiras Nacionais, uma hasteada na no mastro principal da OM e outra para ser usada em formaturas e desfiles. Essa última fica guardada na sala do Comandante da Unidade, dentro de um relicário de vidro e de fácil visibilidade, na posição vertical e portando mastro e talabarte.

A guarda da Bandeira é formada por 5 guardas, devendo ser dois cabos e os demais soldados, e o Porta-bandeira é o oficial ou aspirante-a-oficial mais moderno da OM.

O procedimento de incorporação da Bandeira ocorre já com a tropa em forma e a Bandeira e sua guarda em prontidão. O Comandante da tropa, ao notar que a Guarda-Bandeira está pronta, dá os comandos de “Sentido”-“Ombro-Arma” e “Bandeira-Avançar” (esses comandos são executados por corneteiro).

A Guarda-Bandeira desloca-se para a frente da tropa, a uma certa distância do lugar que irá ocupar na formatura, onde então lhe será prestada a continência da tropa. É dado o comando “Em Continência à Bandeira” – “Apresentar Arma”. Nesse momento, com a tropa em continência à Bandeira ela é incorporada, e o comando “Apresentar Arma” só é desfeito quando a Bandeira acaba de ocupar seu lugar na formatura.

b)Chegada das autoridades no recinto

Como todos os eventos da solenidade, a chegada oficial das autoridades ao recinto é marcada pelo anúncio e entrada das mesmas no palanque, onde se posicionarão de acordo com a ordem de precedência. A autoridade que é anunciada é a maior presente, de acordo com o seguinte modelo:

“Chega ao local da formatura o Excelentíssimo Senhor General-de-Divisão José X de X, Comandante da Y, acompanhado do Excelentíssimo Sr. Coronel Manoel de X, Comandante de Y e das seguintes autoridades: Sr. Francisco de X, Deputado Federal (...)”

O nome de quem chega ao local da formatura corresponde à maior autoridade presente (civil ou militar) e em seguida são ditas as que a acompanham por ordem de precedência. Quem preside a cerimônia e recebe a tropa, no entanto, é a maior autoridade militar, independente de haver autoridade civil com maior precedência (mas ele deve realizar o pedido protocolar de autorização para realizar a presidência da cerimônia). Finalmente são anunciadas as honras militares. A ordem geral de precedência do Estado é a base do protocolo e estabelece a hierarquia de autoridades e a conseqüente ordem de posicionamento nas solenidades (como o lugar em um palanque ou em um auditório), os pronomes de tratamento e vocativos (“V. Exa.” E “Sr. Ministro”, por exemplo), o direito à honras militares e os termos utilizados em correspondências e citações em solenidades (“Exmo Sr.” ou apenas “Sr.”, por exemplo). No Brasil, a lei que regulamenta a Ordem Geral de Precedência (anexo) é datada de

1972⁵² e deve ser seguida em toda cerimônia oficial do Estado brasileiro. O que ordena a hierarquia de autoridades é o nível mais geral do cargo, critérios de antiguidade, ou graus de importância dentro da administração pública assim, um juiz federal tem precedência em relação aos juízes estaduais, um ministro em relação aos secretários estaduais, o diretor de um órgão de administração direta em relação ao dirigente de uma entidade de administração indireta (menos central em relação ao Estado, como uma empresa pública ou sociedade de economia mista), por exemplo. O critério de antiguidade está presente ao ordenar os ministros de Estado, por exemplo, por ordem de criação do ministério, ou governadores estaduais por ordem de antiguidade do surgimento da unidade da federação (dessa maneira, o governador de São Paulo tem precedência com relação ao governador de Tocantins). No decreto da Ordem Geral de Precedência existem ainda as especificações a serem obedecidas em outras situações como em cerimônias na capital da república ou nos estados, com ou sem presença de autoridade federal, etc.

b) Honras Militares e Apresentação da Tropa

As honras militares são sinais de respeito que são prestados às autoridades que têm direito ou homenageados especiais como ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira. As honras são feitas por meio de toques (de corneta ou clarim) e sinais, como a continência ou posições específicas, como “ombro-arma” ou “apresentar-arma”, de acordo com as posições hierárquicas das pessoas homenageadas. Há toques específicos para anunciar, por exemplo, oficiais-generais, o presidente da república ou o Comandante de uma Grande Unidade, por exemplo. Na composição geral da solenidade, misturam-se os toques que correspondem a comandos (“Sentido”; “Descansar”; etc) com os toques específicos que visam anunciar/homenagear as autoridades, como os toques de “Presença de oficial General” ou “Presença de Ex-combatente”, de maneira que é impossível para alguém que não tenha conhecimento desses toques saber que ele está sendo feito junto com as correspondentes posições da tropa, nos sentido de prestar homenagem à autoridade presente, e é por isso também que são anunciadas as honras que serão prestadas:

“Serão prestadas as honras militares. Serão dados os toques de presença de oficial General e de Presença de Ex-combatente” (exemplo)

⁵² Embora a ordem hierárquica de autoridades não seja um atributo do governo militar, é interessante notar que essa codificação ocorre justamente no período militar no Brasil.

Após o toque que indica o posto de função da autoridade, a banda de música executa um marcha correspondente. A tropa presta continência à mais alta autoridade, que no caso do CAVEx, era o próprio Comandante da OM, mas em Pirassununga, mesmo em OM do Exército, era o Comandante da Academia da Força Aérea.

Prestadas as honras, o Comandante da tropa, que é o Chefe do Estado-Maior e subcomandante da OM (lembrando que o Comandante da OM está no palanque, junto com as demais autoridades) apresenta a tropa formada à mais alta autoridade militar, em frente ao palanque:

“Major X, Subcomandante do 13º Regimento de Cavalaria Mecanizado, apresento a tropa formada do 13º Regimento de Cavalaria Mecanizado e Banda da Academia da Força Aérea, com 243 militares”

Após os toques respectivos, o Subcomandante volta para seu lugar na formatura, marchando a passo firme.



Figura 1- Comandante da tropa faz apresentação à maior autoridade militar - 13º RC Mec. Pirassununga.

d) Finalidade da formatura

São anunciadas pelo orador as finalidades da formatura, no caso da formatura do 13º RC Mec:

“A Solenidade de hoje tem por objetivo: realizar o juramento à Bandeira dos recrutas incorporados no 13º Regimento de Cavalaria Mecanizado no Dia do Soldado, aniversário de nascimento do Patrono do Exército, Marechal Luis Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias; realizar a entrega de condecorações à militares agraciados; realizar a entrega de diplomas de Amigo do 13º RC Mec, Medalha de “Praça Mais Distinta”, diplomas de Melhor Atirador Combatente e Melhor Desempenho Físico.”

e) Canto de Canção

É realizado o canto de alguma canção, geralmente alusiva ao dia comemorativo em questão. No Dia da Vitória, a Canção executada foi a Canção Exército⁵³:

“Nós somos da Pátria a guarda,
Fiéis soldados,
Por ela amados.
Nas cores de nossa farda
Rebrilha a glória,
Fulge a vitória.

Em nosso valor se encerra
Toda a esperança
Que um povo alcança.
Quando altiva for a Terra
Rebrilha a glória,
Fulge a vitória.
A paz queremos com fervor,
A guerra só nos causa dor.
Porém, se a Pátria amada
For um dia ultrajada
Lutaremos sem temor.

Como é sublime
Saber amar,
Com a alma adorar
A terra onde se nasce!
Amor febril
Pelo Brasil
No coração
Nosso que passe.

E quando a nação querida,
Frente ao inimigo,
Correr perigo,

⁵³ Composição: Ten Cel Alberto Augusto Martins / T. de Magalhães

Se dermos por ela a vida
Rebrilha a glória,
Fulge a vitória.
Assim ao Brasil faremos
Oferta igual
De amor filial.
E a ti, Pátria, salvaremos!
Rebrilha a glória,
Fulge a vitória.

A paz queremos com fervor,
A guerra só nos causa dor.
Porém, se a Pátria amada
For um dia ultrajada
Lutaremos sem temor.”

Já no Dia da Boina, foi entoado o Hino Nacional pelos recrutas e no Dia do Soldado, em Pirassununga, foi entoado o Hino à Caxias⁵⁴:

“Sobre a história da Pátria, ó Caxias,
Quando a guerra tropeja minaz,
O esplendor do teu gládio irradias,
Como um íris de glória e de paz.
Salve, Duque Glorioso e sagrado
Ó Caxias invicto e gentil!
Salve, flor de estadista e soldado!
Salve, herói militar do Brasil.

Foste o alferes, que guiando, na frente,
O novel pavilhão nacional,
Só no Deus dos exércitos crente,
Coroaste-o de louro imortal!

Salve, Duque Glorioso e sagrado
Ó Caxias invicto e gentil!
Salve, flor de estadista e soldado!
Salve, herói militar do Brasil.

De vitória em vitória, traçaste
Essa grande odisséia, que vai
Das revoltas que aqui dominaste,
Às jornadas do atroz Paraguai.

Salve, Duque Glorioso e sagrado
Ó Caxias invicto e gentil!
Salve, flor de estadista e soldado!
Salve, herói militar do Brasil.
Do teu gládio sem par, forte e brando,
O arco de ouro da paz se forjou,

⁵⁴ Composição: D Aquino Correia

Que as províncias do Império estreitando
À unidade da Pátria salvou.
Salve, Duque Glorioso e sagrado
Ó Caxias invicto e gentil!
Salve, flor de estadista e soldado!
Salve, herói militar do Brasil.

Em teu nome ó Caxias, se encerra
Todo ideal do Brasil militar:
Uma espada tão brava na guerra,
Que fecunda na paz a brilhar!

Salve, Duque Glorioso e sagrado
Ó Caxias invicto e gentil!
Salve, flor de estadista e soldado!
Salve, herói militar do Brasil.

Tu, que foste, qual fiel condestável,
Do dever e da lei o campeão
Sê o indígete sacro o inviolável,
Que hoje inspire e proteja a Nação!

Salve, Duque Glorioso e sagrado
Ó Caxias invicto e gentil!
Salve, flor de estadista e soldado!
Salve, herói militar do Brasil.”

A recomendação dada pela *Instrução Geral 10-60*⁵⁵ é de que em Cerimônias com público civil seja entoado o canto do Hino Nacional, para estimular que todos os presentes acompanhem.

No treino que observei, era muito ressaltado que os recrutas cantassem em volume alto o hino, e era possível observar que apesar de todos os militares fazerem questão de cantá-lo assim, especialmente os recrutas forçavam isso ainda mais.

f) Leitura da Ordem do Dia (quando houver)

Quando a solenidade se refere às datas principais que são comemoradas pelo Exército em âmbito nacional é executada a leitura da Ordem do Dia emitida pelo Comandante do Exército. As mensagens contidas nessas Ordens do Dia são de celebração à data, ao personagem em questão ou ao Exército, como a mensagem do Comandante do Exército no Dia do Soldado de 2005:

⁵⁵ BRASIL. Gabinete do Comandante do Exército. *Instruções Gerais para Aplicação do Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas – IG 10-60*. 2000a.

“Ordem do Dia do Comandante do Exército

25 de agosto - Dia do Soldado

Meus comandados!

Quando perguntarem quem sois, respondi com firmeza, orgulho e vibração: “Sou soldado do Exército Brasileiro.”

Aliás, soldados somos, todos nós, que integramos essa fantástica coletividade verde-oliva, sem qualquer preconceito, em convivência harmônica e produtiva, congradando todas as raças, religiões e classes sociais.

Nosso coração pulsa em sintonia com a alma brasileira. Servimos à Pátria, incondicionalmente, com entusiasmo, inteligência e abnegação. Mantemo-nos ao largo de paixões políticas, da sede de poder e das cobiças vãs. Por livre escolha, submetemo-nos às leis e regulamentos, na prática saudável da hierarquia e indispensável da disciplina. Valorizamos a autoridade legítima, sem subserviência, e sublimamos os interesses pessoais, colocando o Brasil acima de tudo.

Buscamos o constante aperfeiçoamento pessoal e profissional, no seio de uma Instituição que luta obstinadamente para corresponder à estatura político-estratégica do nosso País.

Ao longo da História, preservamos, expandimos e ajudamos a prosperar a “Terra Brasilis” e, não raro, derramamos nosso sangue ao defendê-la. Em Guararapes, falamos e ouvimos falar em Pátria pela primeira vez. Com galhardia e criatividade, enfrentamos e expulsamos os invasores.

Mais tarde, asseguramos nossa Independência. Preservamos e defendemos o Império, mas, diante do apelo inevitável da História, participamos ativamente da Proclamação da República.

Fundamos a pioneira Escola Politécnica. Dela saímos para disseminar modernidade e progresso científico em fábricas e laboratórios e para construir estradas e rodovias pioneiras, de reconhecido valor estratégico.

Desbravamos sertões e construímos linhas telegráficas. Reproduzimos e elaboramos mapas e cartas inéditas de todas as regiões brasileiras.

Na Segunda Guerra Mundial, lutamos contra as tiranias, na vitoriosa Força Expedicionária Brasileira.

Somos presença e vigilância diuturna em nossas distantes e imensas fronteiras. Com nossos familiares, sem o conforto dos grandes centros, preservamos, integramos, desenvolvemos e defendemos, a qualquer custo, a nossa Amazônia.

Nas missões de paz, a serviço das Nações Unidas, mostramos ao mundo nossa capacidade de mesclar operações militares com ações humanitárias.

Seguimos as pegadas de marcantes exemplos e de gloriosas tradições. Não transigimos jamais quando se trata de honradez, lealdade e dignidade.

Somos discípulos de Caxias, o Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, nosso patrono, herói maior da Pátria, pacificador e artífice da união nacional.

Somos Instituição nacional, permanente e invicta, que a sociedade brasileira admira e em quem confia nos momentos difíceis.

Somos o “Braço Forte”, que ignora as dificuldades e se prepara, com afincos e profissionalismo, seja para dissuadir ameaças, seja para agir em força quando se esgotarem os meios pacíficos.

Somos, também, a “Mão Amiga”, presente em todos os rincões, para colaborar com o desenvolvimento e para apoiar os irmãos necessitados, nos momentos de crise e de calamidade.

Somos a Força Terrestre, preparada e motivada para cumprir integralmente nossa missão constitucional, e empenhada na construção de uma nação livre, democrática e soberana.

Por tudo isso, respondi com orgulho, firmeza e vibração:

- Sou militar, sou soldado do Exército Brasileiro.”⁵⁶

g) Entrega de medalhas

É recomendado pelo R-2 que as condecorações sejam entregues em data festiva e com a presença de tropa armada. As condecorações que vi serem entregues foram as Medalhas Corpo de Tropa de Bronze, Prata e Ouro destinadas aos militares que completaram, respectivamente, 10, 15 ou 20 anos de tropa. Também vi a entrega de Medalhas de Praça Mais distinta, destinada aos recrutas que são destaque em seus respectivos batalhões.

Para a realização da entrega das condecorações, a Bandeira sai de formação, sem o acompanhamento da Guarda, para ficar na frente do palanque, no centro da tropa. Os militares agraciados deslocam-se marchando do lado do palanque para ficarem localizados entre a Bandeira Nacional e a tropa. Eles ficam formados em fila, organizados por ordem hierárquica, os oficiais portam armas (as espadas de oficial dos uniformes de gala). A autoridade que preside a cerimônia posta-se à frente dos agraciados e ordena que o Comandante da Tropa dê a ordem de “Sentido”, e quando autorizados, os paraninfos, localizados à direita de cada fileira, dão início à entrega das

⁵⁶ Publicado no "[Noticiário do Exército – A palavra da Força](#)". Centro de Comunicação Social do Exército – Ano LI - Nº 10.413. Sábado, 25 de agosto de 2007.

condecorações. Os agraciados devem prestar continência individual no momento da entrega da condecoração, que é colocada pelo paraninfo no uniforme do agraciado. Depois de terminada a colocação das condecorações, ao comando de “Em Continência À Bandeira, Apresentar arma!”, paraninfos e agraciados fazem continência individual. E a banda de música toca um dobrado de acordo com o posto mais elevado entre os agraciados. Ao fim desta continência paraninfos e agraciados voltam para os locais de origem, e posteriormente a Bandeira volta para a formação junto à tropa.

Nas cerimônias que têm alguma relação com a formação de recrutas, como no caso do Centro de Aviação do Exército, o “Dia da Boina”, ou no caso do 13º RC Mec, o dia do compromisso dos Recrutas no Dia do Soldado, foram entregues aos recrutas destacados a medalha de “Praça mais distinta”, seguindo o mesmo procedimento anteriormente citado, bem como a dos diplomas de “Melhor Desempenho Físico” e “Melhor atirador combatente”.

Nesse mesmo “Dia da Boina”, no momento em que os destaques receberam a medalha de Praça Mais Distinta, também receberam individualmente as boinas de seus parentes, normalmente suas mães e depois voltaram para formação, quando então ao som de alguns dobrados, todos os parentes puderam entrar na formação para entregar as boinas aos recrutas. Feita a entrega das boinas, o orador anunciou que os recrutas fariam a “Oração da Aviação” e a cada frase lida pelo orador em voz muito alta e forte, os recrutas em uníssono repetiam a oração que segue:

Oração da Aviação
Senhor,
vós que tudo criastes
e a quem todos devemos a vida,
nós vos louvamos, o DEUS,
pelo dom sublime dos pássaros
e vos rogamos senhor.
Dai-nos no campo de batalha
o vôo firme e seguro da águia!
concedei-nos ante o inimigo
a coragem de Ricardo Kirk⁵⁷!
e ante as nossas vaidades
a prudência de Dédalo!
e mantende acesa em nossos corações
a chama do ideal de Ícaro!
Dai-nos por fim ó DEUS,
ante as nossas fraquezas,

⁵⁷

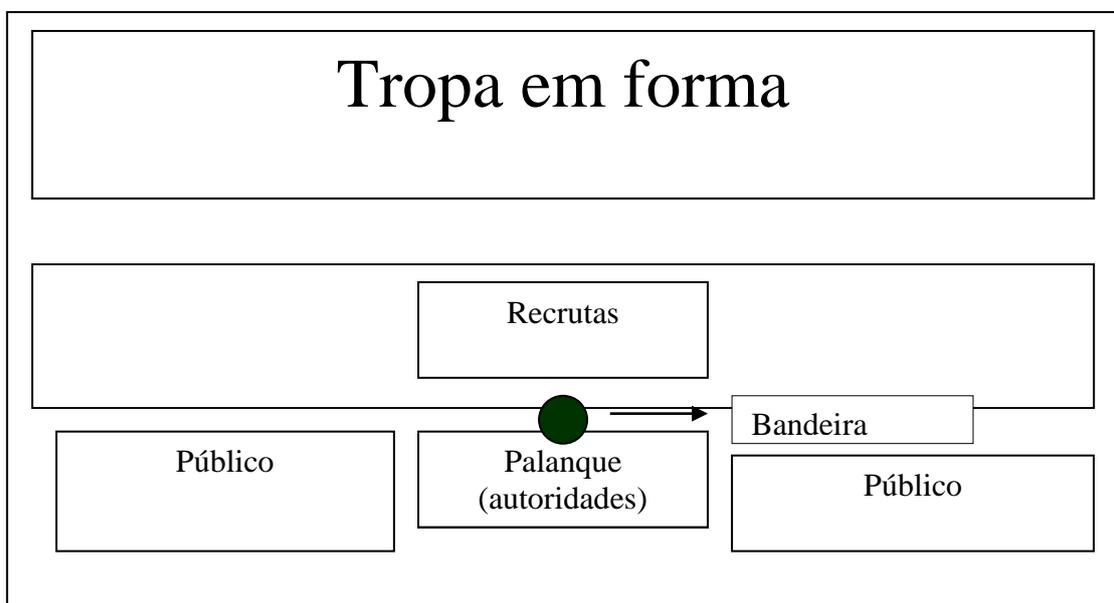
Ricardo Kirk é considerado o pioneiro na Aviação Militar brasileira.

a tua força!
AVIAÇÃO!
BRASIL!

No 13º RC Mec, após a entrega das medalhas de Corpo de tropa e da saída dos agraciados, foram chamadas as autoridades civis que receberiam o diploma de “Amigo do Regimento”, que eram o Deputado Federal Néelson Marquezelli e o presidente da Associação Comercial de Pirassununga. O oficial de Comunicações Sociais os orientou sobre como proceder e com relativo sucesso, conseguiu coloca-los em forma de maneira parecida com os militares que antes haviam estado. O Comandante do 13º RC Mec fez a entrega dos diplomas e eles voltaram para o palanque.

Para a etapa seguinte foram chamados o recruta que receberia a medalha de “Praça mais distinta” e os que receberiam o diplomas relativos ao melhor desempenho físico e melhor atirador combatente. O procedimento segue as mesmas prescrições e é o comandante da unidade que realiza a entrega da medalha e dos diplomas.

Finalmente foi realizado o compromisso dos recrutas, com a bandeira ainda em frente ao palanque. Tanto no caso do “Dia da Boina” como no caso do Compromisso dos Recrutas, a tropa de recrutas fica numa posição entre a tropa formada e o palanque e só depois de realizadas as cerimônias é que se incorporam para o desfile, como mostra o esboço abaixo:



O Comandante ordena o toque de “Sentido!” e logo depois “Em continência à Bandeira – Apresentar Arma”. A bandeira é então desfraldada, ou, estendida para a frente. Os recrutas esticam seu braço direito em frente ao corpo e, seguindo o Orador repete o seguinte juramento:

“Incorporando-me ao Exército Brasileiro – Prometo cumprir rigorosamente – as ordens das autoridades – a que estiver subordinado – respeitar os superiores hierárquicos – tratar com afeição os irmãos de armas – e com bondade os subordinados – e dedicar-me inteiramente ao serviço da pátria – cuja honra – integridade – e instituições – defenderei – com o sacrifício da própria vida” ⁵⁸

Posteriormente, é cantado o Hino Nacional e em seguida os recrutas desfilam em frente à Bandeira, prestando continência individual.



Figura 2 - Recrutas do 13º RC Mec no compromisso perante a Bandeira Nacional

⁵⁸ Cada traço separa as frases que eram faladas de uma vez pelo orador e depois pelo grupo de recrutas.



Figura 3- Continência individual dos recrutas - as balizas vermelhas marcam o ponto onde os recrutas fazem e desfazem a continência e olham a direita.

h) Palavras do Comandante (quando houver)

Quando a solenidade não for alusiva à alguma data de comemoração compulsória, não há a leitura de ordem do dia ou boletim alusivo à data, e geralmente acontece algum pronunciamento do Comandante da Unidade em referência à data em questão ou aos acontecimentos particulares à mesma, como, por exemplo, a entrega da Boina aos recrutas, que sela o Estágio inicial de instrução.

O comandante de Aviação do Exército, General-de-Brigada Eduardo Cunha da Cunha falou nas duas cerimônias em que esteve presente, ao contrário do Comandante do 13º RC Mec. As palavras do Comandante do CAVEx no dia da vitória destacaram a capacidade das tropas brasileiras em ajudar num dos pontos cruciais para a vitória dos aliados na 2º Grande Guerra. Contou ainda a história do lema da Força Expedicionária Brasileira, “a cobra vai fumar”, dizendo que havia pessoas no Brasil que diziam que o Exército Brasileiro não conseguiria mandar uma força substancial para os combates na Itália. As palavras do comandante não diferiam muito das palavras anteriormente lidas do Comandante do Exército na Ordem do Dia, assim como parece não haver muitas diferenças entre as palavras que um Comandante do Exército tenha a falar sobre essas datas básicas.

Observando por exemplo uma “infinidade” de textos sobre temas comuns escritos por militares, como sobre o Duque da Caxias, patrono do Exército, ou sobre a própria FEB, o ponto de vista sobre o tema sempre toma um mesmo viés, ao menos muito parecido, de forma que se comparássemos uma Ordem do Dia da Vitória de 10 anos atrás, provavelmente encontraríamos palavras muito semelhantes. No entanto, essas palavras eram importantes por homenagearem os ex-combatentes da FEB que estavam ali presentes, além de construir e reafirmar uma certa visão sobre os fatos que ganha um status de quase verdade absoluta por ser reverberada de maneira tão massiva no âmbito de todo o Exército, ou, das Forças Armadas.

O discurso aos recrutas que recebiam a Boina Azul também foi muito significativo. O Comandante procurou enfatizar o esforço e as provações pelas quais os rapazes tinham passado, o espírito de sacrifício e abnegação que era a força moral da nação, o apoio de familiares para que eles conseguissem passar pela jornada de duro treinamento e finalmente, enfatizava que deveria ser motivo de orgulho ter como recompensa pelo seu esforço “poder vestir esse uniforme, que é para poucos, e menos ainda os que colocam essa boina que os diferencia”. Exaltou a mudança que podia ser notada nos recrutas e que agora eles estariam diferentes para enfrentarem a vida. Ao fim de suas palavras “puxou” o grito, “Aviação”, ao qual todos responderam “Brasil”.

i) Desfile da Tropa

O desfile é a atividade que encerra toda a solenidade e é a parte da atividade militar que geralmente é vista nos feriados de 7 de Setembro, quando os desfiles acontecem em locais públicos, com maior presença da população. De acordo com a definição nativa, *desfile* é a passagem da tropa diante da Bandeira nacional ou da maior autoridade presente a uma cerimônia com o objetivo de lhe prestar homenagem. No caso das cerimônias que observei, a Bandeira estava incorporada à tropa e o desfile homenageava às maiores autoridades presentes em cada ocasião. Geralmente a Bandeira é homenageada no seu dia específico. Segundo as prescrições para o desfile, a cadência da marcha deve ser de 116 passos por minuto e as designações mais rigorosas se referem a todo um processo da prestação da continência em frente ao palanque. Normalmente, nas solenidades todos os locais e caminhos pelos quais os elementos da tropa precisam passar ou tomar por referência na hora das continências são visualmente marcados no ambiente da solenidade:



Figura 4 - As balizas marcam a distância para o palanque para ordenar a continência. As setas marcadas no chão indicam o caminho para a continência individual dos recrutas.

No caso do desfile, essas balizas marcam as distâncias aquém e além do palanque e orientam os seguintes procedimentos:

a) A trinta passos do homenageado, é feito o toque de “Sentido!-Em continência À Direita (esquerda)”

b) A vinte passos do homenageado, os comandantes de subunidades comandam: “Companhia – Sentido!-Em continência à direita” e os oficiais com espada desembainhada perfilam a espada, sem olhar para a direita

c) A dez passos do homenageado os comandantes de pelotão comandam: “Pelotão-Sentido! – Olhar à Direita!”; os comandantes de unidade e subunidade abatem a espada e encaram a Bandeira ou a autoridade

d) Dez passos depois do homenageado é comandado: “Pelotão (ou seção) – Olhar em Frente!”; os comandantes de unidade e subunidade perfilam a espada;

Da parte do homenageado, este deve responder a todas as continências prestadas pelos oficiais da tropa que desfila e os demais oficiais que assistem o desfile fazem continência apenas à passagem da Bandeira.

Além dessas prescrições, cuja execução é obrigatória e facilmente perceptível, cada um dos grupos antes de chegar ao palanque a executa a entonação de uma espécie de grito, que em Taubaté era “A-VI-A-ÇÃO, BRASIL” e no 13º RC Mec “CA-VA-LA-RIA”.

A morfologia da formação da tropa segue a seguinte ordem: na frente normalmente fica a banda de música, mas em certos casos, como em Taubaté e Pirassununga, devido à grande extensão da pista de desfile e de haver local específico para a banda, ela ficou perto do palanque. Logo atrás vem o Comando da Unidade, contando com Sub-Comandante, o Estado-Maior, o porta-símbolo da unidade e o corneteiro. Atrás deles a Bandeira Nacional com sua guarda e, em alguns casos, como o “Dia da Boina”, as bandeiras históricas, que geralmente estão presentes em solenidades maiores e com público externo, no sentido de “valorizar as tradições históricas”. É o conjunto de bandeiras que de alguma forma já representaram o território que veio a se tornar o Brasil ou tem algo a ver com seu descobrimento: a) Bandeira da ordem de Cristo (1332-1651); b) Bandeira Real (1500 – 1521); c) Bandeira D. João III (1521 – 1616); d) Bandeira do Domínio Espanhol (1616 – 1640); e) Bandeira da Restauração (1640 – 1683); Bandeira do Principado do Brasil (1645 – 1816); Bandeira de D. Pedro II, de Portugal (1683 – 1706); Bandeira Real Século XVII (1600 – 1700); Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1816 – 1821); Bandeira do Regime Constitucional (1821 – 1822); Bandeira Imperial do Brasil (1822 – 1889); Bandeira Provisória da República (15 a 19 de novembro de 1889). Elas entram no desfile carregadas por Portas-Bandeira.

Atrás das bandeiras vem a tropa propriamente dita ou seus representantes, de cada OM subordinada ao comando.

j) Desincorporação da Bandeira Nacional

Esse último ato solene geralmente não é visto pelo grande público, pois antes e depois de todo o evento a tropa geralmente vai para um local não acessível a não ser para os próprios militares, como alguma rua lateral dentro do Quartel, para que a tropa não formada antes de formar e depois de formar não apareça para o público. De qualquer forma, o desfile se encerra com a tropa bem longe do público, que não acompanha o ato de Desincorporação da Bandeira.

Semelhante e inverso à incorporação, a Bandeira novamente recebe a continência da tropa e é levada à sala do Comandante por seu Porta-Bandeira e sua guarda.

*

* *

A solenidade militar, por meio do cerimonial, procura destacar eventos que a instituição considera importantes de serem lembrados pelo público interno e externo. A maneira pela qual esse destaque é trazido à tona é um conjunto de homenagens e sinais de respeito feitos pela tropa da organização militar que presta a homenagem, que pode ser feita a eventos históricos (dia do soldado, dia do exército), aos símbolos (dia da bandeira) aos ex-combatentes brasileiros, etc.

O cerimonial dessas solenidades como um todo estabelece uma hierarquia de espaços, gestos e posições que reafirma uma demarcação de papéis sociais e lhes rende as respectivas homenagens por meio desse código de honrarias maiores ou menores. Por exemplo, um palanque ou o local central de uma solenidade está reservada ao comandante e seus convidados, que com pouca variação ou são militares das organizações militares vizinhas, ou são políticos, juízes e demais “autoridades civis” ou ex-combatentes da FEB, e são recebidos pelo Comandante à entrada da unidade, geralmente acompanhado da esposa. As honras prestadas no cerimonial, como o desfile da tropa e a continência da mesma são devidas apenas à maior autoridade presente, em cuja homenagem também são feitos toques. São as seguintes autoridades que tem direito à continência da tropa e toques de corneta ou clarim que anunciam sua chegada, saída

ou presença⁵⁹: I – a bandeira Nacional; II – o Presidente da República; III – o Vice-Presidente da República; IV – o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional, quando incorporados; V – os Ministros de Estado; VI – os Governadores de Estado e Territórios Federais e do Distrito Federal, quando em visita oficial; VII – o Superior Tribunal Militar, quando incorporado; VIII – os Oficiais-Generais; IX – os Oficiais Superiores; X – os Comandantes, Chefes ou Diretores de Organizações Militares. Quando todos estão presentes, ocupam as posições no palanque de acordo com a Ordem Geral de Precedência do Cerimonial Público. Quanto à tropa, apenas oficiais têm a missão de ser o Porta-bandeira, a organização hierárquica da organização que desfila é seguida na disposição das subunidades, com o comando a frente e a tropa atrás. O comandante ordena os movimentos para sua tropa mesmo durante o desfile, como a hora de olhar a direita, prestar continência e olhar em frente. A organização hierárquica e a tropa disciplinada, cuja sincronia é demonstrada por gestos precisos e atentos, é demonstrada e “dada” como forma de homenagem às pessoas dignas de ter um desfile militar em sua homenagem e, além disso, o público externo é recebido como expectador privilegiado.

Outros elementos presentes nessas solenidades permitem compreender as suas funções enquanto elemento do setor de “Comunicação Social” do Exército, voltado para construir uma imagem pública dessa instituição. Nas principais datas comemorativas do Exército, como o dia do Exército, do Soldado e o Dia da Independência, consta no cronograma obrigatório as “Semanas” do Soldado, do Exército e da Pátria, respectivamente, que proporciona atividades diferentes de contato com o público. Em Pirassununga, por exemplo, durante a semana do Soldado os carros de combate ficaram expostos para a visita das escolas públicas, as crianças puderam entrar nas dependências do Quartel, conhecer os equipamentos, brincar no campo de pólo, etc. Para os recrutas foi organizada uma palestra por um professor civil da Academia da Força Aérea a respeito do Duque de Caxias. A palestra seguiu a mesma apresentação de dados da história oficial de Caxias disponível no livro de patronos do Exército Brasileiro ou em qualquer material de divulgação institucional. Observando os noticiários de unidades militares disponíveis na internet, percebe-se que esse conjunto de eventos ocorre em âmbito geral do Exército, de acordo o Plano de Comunicação

⁵⁹ De acordo com o art. 81 do “Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas” (BRASIL, 1997)

Social, e que a visitação das escolas, exposições de equipamentos e especialmente a formatura são atividades prescritas num projeto de relações públicas.

Além dessas atividades, nas Semanas comemorativas é freqüente a realização de atividades religiosas. Em Pirassununga, por exemplo, foi realizado em um dia um culto ecumênico com as três religiões cristãs cujo culto é permitido e estimulado institucionalmente: espírita kardecista, católica e evangélica/protestante. Um parêntese a esse respeito. Muito embora oficialmente não haja restrição religiosa ou religião oficial, a instituição permite e estimula o culto ao cristianismo nas vertentes acima citadas. O estímulo a que me refiro está ligado à existência de uma função específica dentro das Forças Armadas⁶⁰ responsável exclusivamente pela orientação religiosa, que é o Capelão Militar. O Capelão militar⁶¹ (católico ou evangélico⁶²) integra o Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx), ocupa uma posição na hierarquia como os outros militares (capitão, major ou tenente-coronel, por exemplo) e tem por função a orientação religiosa aos membros das forças armadas, como também os encargos relacionados à educação moral dos membros do Exército. Além disso, certas noções religiosas são ensinados no treinamento básico do militar, como da importância de Deus ou da não incompatibilidade entre um espírito cristão e a profissão das armas e as referências à Deus em canções e ordens do dia também são freqüentes (vide a “Oração da Aviação” anteriormente citada⁶³). Fecha-se o parêntese

Podemos verificar o caráter geral do planejamento dessas atividades, por exemplo, por meio de um plano de comunicação social do 14º Batalhão de Infantaria Motorizado (Jaboatão do Guararapes – PE) suas principais incumbências que são, de forma resumida⁶⁴:

a) Como objetivos gerais estão a coesão do público interno a respeito da instituição, preservar a imagem da instituição frente à opinião pública e

⁶⁰ No Brasil e no exterior.

⁶¹ O Capelão militar inicia a carreira no posto de 2º Tenente e pode chegar ao posto de Coronel.

⁶² Não há um capelão kardecista, mas as reuniões de estudo doutrinários são estimuladas pelo Serviço de Assistência religiosa do Exército.

⁶³ Em pesquisa recente no âmbito do Exército, os militares se identificavam de acordo com a religião na seguinte proporção: Evangélico Pentecostal (15,4%), Evangélico não-pentecostal (10,7%), Católico praticante (36,2%), Católico não praticante (24 %), Espírita (4,4%), Afro-Brasileira (0,3%), Israelita (0,3%), Outras (1,8%), Sem religião (7,0%). Atente-se para o fato dos adeptos de religiões não cristãs e daqueles sem religião não chega a 10%. Fonte: Pesquisa CNT/Sensus, publicada em <http://www.exercito.gov.br> (04/12/2007).

⁶⁴ Consultado em: http://www.14bimtzeb.mil.br/Plano_comunica%E7%E3o_social.doc (12/01/2007). A escolha deste documento foi em função da facilidade com que ele pôde ser achado. Ele demonstra essa regularidade no projeto total de divulgação institucional.

sensibilizar a sociedade local da importância da presença do Exército na região, bem como valorizar e prestigiar os equipamentos e recursos humanos da unidade;

b) A maneira de fazer isso está dividida de acordo com o tipo de público. O público interno engloba os militares da ativa, da reserva, pensionistas, ex-combatentes, servidores civis e familiares dos militares da unidade, e as atividades destinadas a esse público são: reuniões de confraternização em datas festivas (Dia do País, das mães, aniversário de batalhão, etc); competições desportivas (tiro, futebol, atletismo, etc); formaturas e solenidades comemorativas (Dia do Soldado, Dia do Exército); cumprimentos aos aniversariantes em comemorações bimestrais; envio de cartões (aniversários, falecimentos, promoções, nascimentos, etc);

c) O público externo engloba os cidadãos dos municípios de Jaboatão dos Guararapes e Recife e, especialmente, principais autoridades e formadores de opinião da região da OM. As atividades voltadas para este público são: a entrega de Diplomas de Amigo do Batalhão; o empréstimo de materiais e instalações; as ACISO (ações cívico-sociais), que compreendem atividades de serviço público, como a limpeza de associações de caridade, lares de idosos, etc; finalmente, convites às autoridades e amigos do batalhão para as diversas solenidades e comemorações.

Esses diplomas de *amigos do Batalhão* (ou, no caso do 13º RC Mec, do Regimento) são oferecidos geralmente para pessoas e entidades que tenham contribuído de alguma forma com as atividades da OM, ou que esteja no grupo dos “formadores de opinião”. Em Taubaté, nas ocasiões em que estive presente não houve a entrega desses diplomas, mas na última data comemorativa o Dia do Exército, um veterano jornalista da cidade havia sido agraciado com o Diploma de Amigo da Brigada. Já em Pirassununga, houve a entrega de Diplomas para um Deputado Federal e para o presidente da Associação Comercial de Pirassununga. É um momento específico de trocas de homenagens com o “público externo”, mais diretamente com pessoas e posições de interesse da instituição:

“Essas cerimônias são importantes para manter as relações com a sociedade civil (...) Aí o comandante homenageia alguém que contribuiu com o batalhão, ou alguém com quem ele tem que ter uma boa relação, como os políticos da região (...) ou então quando o Comandante recebe uma homenagem ele aproveita para entregar o Diploma. (...) Por exemplo, tem um comerciante daqui da cidade [Campinas] que resolveu presentear aqui com material para construir uma área de lazer perto do

campo, aí depois o Comandante também fez a entrega do diploma para ele (...)” (Sgt. Wagner⁶⁵, 2º Cia Com L)

Outra faceta da realização dessas solenidades foi apontada pelo Ten. Márcio, da comunicação social do 13º RC Mec, para o qual além de melhorar a imagem do Exército com o público externo, é importante dar satisfação a respeito do que é feito com o dinheiro público, os impostos que estão em cada produto, mostrar que esse dinheiro é bem gasto, usado com responsabilidade e sem desperdício, por meio da exibição do preparo, dos equipamentos bem cuidados, etc. Ele citou uma pesquisa que aponta que o Exército é a instituição que tem mais credibilidade no Brasil e, segundo ele, isso se deve ao fato de, por exemplo, cada produto que entra no Exército, desde a farinha do bolo até as peças dos carros, passar por uma licitação séria, “e até por isso o fornecedor é sempre diferente”.

As atividades para o público externo, como as solenidades, visitas e demonstrações seriam responsáveis pela construção dessa imagem, ou esse o momento em que o Exército faz esse esclarecimento sobre os seus recursos e funções públicas e sobre o devido preparo decorrente. Essa construção de imagem visa atingir também a população em geral, e especialmente os jovens, pelo seu lado estético, pela idéia da “instituição como conduta”, como “maneira de ser” e por meio da apresentação da sua imagem, literalmente:

“É muito bom que agora estejam dando mais importância para a Comunicação Social porque é muito importante para mostrar a imagem do Exército e antes não havia tanta ênfase assim (...) o nosso marketing é a comemoração, o nosso marketing não é o tiro, a arma, é o desfile, a sincronia, porque é bonito, isso motiva os jovens, estimula eles a virem fazer parte do Exército” (Sgt. Onório, 13º R C Mec)

A importância dessas comemorações é, do ponto de vista interno à instituição, de acordo com o discurso oficial que pude ouvir dos militares que lidavam com a Comunicação Social, relembrar e prestigiar as datas que são representativas e marcantes para a instituição. No caso da cerimônia do *Dia da Vitória* que observei, o oficial lembrava que “não podia ser esquecido o dia da vitória dos Aliados pelas tropas que lá estiveram, principalmente pela homenagem aos ex-combatentes, por relembrar

⁶⁵ Este Sgt. Estabeleceu uma relação mais próxima em seus depoimentos, e esclareceu perspectivas sobre temas que nenhum dos militares que me receberam “formalmente” – falei mais sobre este “receber formalmente” no próximo capítulo – tinham apontado.

esse momento marcante na história do Exército brasileiro para todos, especialmente o público civil e os recrutas”. Assim, por meio da Ordem do Dia emitida nas datas oficiais, o Exército estaria “mostrando os fatos significativos” para todos, e principalmente os soldados, que assim “conheceriam a história do Brasil por meio desses fatos marcantes”.

De outro ponto de vista, para a formação dos recrutas, era especialmente ressaltado pelos oficiais a importância das cerimônias que marcam o fim de um período de treinamentos, como o Dia da Boina em Taubaté ou uma outra data especial, o dia do Compromisso à bandeira em Pirassununga. Essas datas seriam marcantes para os que terminam o treinamento, pois marcam o coroamento de um período difícil de superação de barreiras, de vencer dificuldades; e a cerimônia, o recebimento da boina e o discurso enaltecido do Comandante seriam, principalmente na presença dos pais, uma “consagração pela meta alcançada, a marcação de um momento que evoca a superação do período mais difícil de treinamento, que é o período inicial”. Segundo os oficiais, o “aspecto emocional” da platéia seria menos aparente em solenidades comuns, no entanto, esse “aspecto emocional” se destacaria nas cerimônias de formação dos recrutas.

A cerimônia do Dia da Boina no CavEx acontece após o exercício de campo, em que os recrutas ficam uma semana na mata passando pelo treinamento que é considerado o mais pesado. No dia da cerimônia do Dia da Boina, o público era muito grande e em grande parte formado pelos parentes dos recrutas. Curiosamente, a taxista que me levou para o CavEx é mãe de um dos recrutas que terminavam seu treinamento. Seu sentimento manifesto era “de muito orgulho”. Achava que o filho “tinha se saído muito bem, e tinha aprendido a ter mais autonomia frente a algumas dificuldades, como resultado de enfrentar as duras condições do treinamento militar”.

O público reagiu especialmente quando houve o canto dos hinos e da oração da Aviação pelos recrutas. Nesses momentos, os comentários sobre uniformes, os pés batidos com firmeza no chão e o semblante sério foi substituído por um silêncio profundo alternado com interjeições de espanto com a força que os recrutas faziam ao proferir as palavras. Havia várias mães que choraram em alguma parte da cerimônia, especialmente depois da entrega das boinas para os filhos, momento da cerimônia em que os parentes podiam se aproximar por alguns instantes para entregar a boina azul.



Figura 5 – Solenidade de entrega da “Boina Azul”

Esse tipo de comoção é esperado e comum:

“(…) se você estiver presente no Dia da Boina, você vai ver muita gente emocionada, muitas pessoas (…) muitos pais principalmente que desejam que o filho faça parte da instituição, vê que ele venceu uma etapa importante, vê o filho fardado né, então muitos pais se emocionam, muitos filhos também, isso é normal, isso acontece muito.” (TC Medeiros)

Pode-se destacar ainda um terceiro grupo de significados ao fato da realização de solenidades, que evoca não mais ao fato destas enquanto pontos marcantes na formação do soldado ou evento que faz lembrar fatos marcantes. Esse sentido está ligado não especificamente com a solenidade em si, mas sim com as formaturas e sinais de respeito que nelas estão presentes como elementos, mas não exclusivamente, posto que fazem parte de toda a vida militar, podendo ser sintetizado pelo conjunto de atividades designados por “ordem unida” ⁶⁶. Estamos falando da demonstração e experiência dos princípios basilares à instituição, a hierarquia e disciplina, que estão nas

⁶⁶ Falaremos da Ordem-Unida enquanto parte de um núcleo de formação das condutas militares no capítulo 3.

formaturas e no dia a dia militares, e são o ponto que liga a vida diária deles com a guerra:

“(…) nesse aspecto as formaturas, as paradas, a entrada em forma militar é muito importante, porque ela traz sempre ao militar diariamente a imagem de que ele é militar, então o militar ele acorda pra obedecer e vai dormir obedecendo, como dizia já uma poesia antiga do tempo da colônia ainda (...) esses aspectos são muito evidenciados quando o homem entra em forma, porque quando ele entra em forma ele obedece a comandos, então é lembrado a ele que ele é um militar (...) [Mas] a disciplina e a hierarquia ela é desenvolvida no dia a dia.” (TC Medeiros)

Que fique ressaltado que o TC Medeiros fala os princípios da hierarquia e da disciplina que regem as paradas, desfiles, formaturas, e a vida diária, não apenas nos momentos visíveis “para fora”, como as solenidades as quais a maioria dos civis tem contato com militares, como o desfile de 7 de setembro. Ele enfatiza também que isso não é um objetivo ou intenção explícita das formaturas comemorativas, ela não é feita para aumentar a disciplina, mas indiretamente acaba fazendo isso, apesar de sua intenção explícita ser “fortalecer o significado da data festiva junto ao público interno e externo; homenagear os ex-combatentes; reforçar as culturas cívicas e patrióticas” como no caso da Ordem de Serviço da Comemoração do Dia da Vitória. Como parte dessa apreensão (ou, rememoração) diária está um controle específico do corpo e uma parcela de sofrimento, que é especialmente significativa na vida militar, segundo mostra o oficial:

“É um controle total sobre o corpo, que é uma forma de disciplina, você fazer um passo militar, que é cansativo, sob um sol que as vezes é escaldante, é uma demonstração de disciplina, porque ali você tá evidenciando controle sobre o corpo, é uma disciplina de você sobre você mesmo e uma demonstração de disciplina da instituição porque requer um sofrimento, então a disciplina está muito ligada a um sofrimento, um sofrimento físico, um sofrimento mental (...) não existe um ganho sem um certo sacrifício, um certo esforço, então o militar ele tem que estar consciente da sua condição de militar, e por isso as formaturas, elas envolvem um certo sacrifício, ao mesmo tempo que desenvolvem a disciplina, desenvolvem também a hierarquia, porque ele obedece a comandos de voz, ele busca uma marcialidade” (TC Medeiros, grifos meus)

Assim, a disciplina implica em sofrimento, controlar o corpo diariamente e nas formaturas exige, segundo o oficial, um sofrimento um desgaste previsto e

positivo, pois isso redundaria em ganho para a instituição, pois relembriaria também ao militar, além da obediência, o sacrifício que é exigido ao ser militar. As formaturas, a ordem unida, seriam um meio também do militar entender a coesão que orienta o Exército, sua “totalidade”:

“[É] importante ele entender que ele faz parte de um grupo onde todos vão na mesma direção e todos ombreiam ao outro, a garantia dele estar vivo é o companheiro do lado, a garantia do grupo estar formando um todo é o companheiro que está atrás, à frente, do lado direito e do lado esquerdo.” (TC Medeiros)

No entanto, é interessante e significativo o ponto de vista de alguns militares a respeito dessas solenidades e comemorações que apontam uma percepção enquanto mais uma parte da rotina, e uma parte enfadonha e trabalhosa. Segundo o Sgt. Wagner, de Campinas, a semana de solenidades é muito trabalhosa para todos, desde os recrutas até os oficiais, pois todos têm que ajudar a fazer atividades de manutenção e limpeza do quartel. Ainda segundo ele, sobre os aspectos de “valorizar tradições históricas” nas solenidades enfatizadas pelos oficiais de Comunicações Sociais:

“Pra gente essas datas viram rotina, sempre tem, todo mundo sabe tudo o que vai acontecer, até a ordem do dia não muda muito (...) e a tropa formada, as continências, o básico a gente faz na formatura geral e na instrução igual, só que sem público (...) mas provavelmente um oficial te falaria diferente, mas entre eles ou comigo ele poderia falar ‘que saco!’ por que é um saco, todo mundo tem que faxinar, tirar todo o mato, preparar tudo” (Sgt. Wagner, 2ª Cia Com Lv)

Em Taubaté e Pirassununga, locais em que fui recepcionado “formalmente” e, portanto, com o acompanhamento de uma estrutura de comunicação social, todas as falas a respeito desses eventos pareciam reproduções dos regulamentos, dos boletins de divulgação institucional e das Ordens do Dia exaltando a importância e grandiosidade da data e da cerimônia que lhe corresponde. Nessas ocasiões, mesmo o Sargento que era o subordinado do oficial de Comunicação Social repetia o mesmo discurso “padronizado” a respeito das comemorações do Exército. O fato novo contato pelo Sargento de Campinas era o de ele ter estabelecido uma certa liberdade comigo para contar detalhes que comumente não seriam ditos para um civil por meio de um

protocolo de relações oficial da instituição. Além disso, isso pode ter ocorrido por ele não ser um responsável pelas funções de comunicação social e, portanto, não saber ou não precisar ter a conduta de divulgar a instituição como os outros fizeram.

Essa perspectiva mais “íntima” das solenidades, cerimônias e eventos, que são especiais de nossa visão ‘paisana’ sobre os militares, me direciona no sentido de entender que elas são mais algumas entre as tantas obrigações, prescrições e demarcações exigidas para os militares. É um outro sentido para o evento não rotineiro: o Dia do Soldado só ocorre uma vez ao ano e nesse sentido é extraordinário, mas o tipo de preparo que é feito para ele é feito também em outras datas comemorativas similares. A maneira de comemorar e homenagear não é extraordinária, ao contrário, revela pouca variabilidade formal com relação à conduta comum.

Como pode ser observado, as solenidades e atividades comemorativas são construídas enquanto um espaço privilegiado para o contato e formação da imagem da instituição com os “públicos” que lhes são interessantes, uma oportunidade de estabelecer relações de troca (por meio de homenagens) com grupos de interesse (autoridades ou “colaboradores”), ex-combatentes e também a oportunidade de reafirmação e, por isso, de construção da visão militar sobre os eventos que lhes são valorados. Porém, como pudemos observar, a opinião do dia a dia militar faz aparecer uma outra dimensão desses eventos, que está mais vinculada com obrigações tediosas e a repetição de algo que não é novo.

Vejamos então o quanto do que é visto nessas solenidades e atividades abertas pode ser encontrado na rotina militar e nas condutas do dia a dia e o quanto disso existe ressaltado somente nas cerimônias.

Capítulo 3 - Formação da Pessoa, moral e ritualização do comportamento

Nas minhas visitas para solicitação de pedidos para pesquisar no Exército Brasileiro e para assistir algumas cerimônias, pude notar uma conduta padronizada de recepção envolvendo lugares, pessoas, perguntas e comportamentos muito similares entre si em três diferentes organizações militares (localizadas em São Paulo, Pirassununga e Taubaté).

Observemos o seguinte processo, pelo qual passei em minha visita ao Comando Militar do Sudeste quando fui pedir autorização para minha presença em algum quartel do Exército para observar sua rotina.

Cheguei à portaria do Comando Militar do Sudeste e a sentinela me indicou para que entrasse no guichê de identificação, onde me apresentei e tive que entregar meu RG para registro interno de visitantes, e também tirar uma foto com câmera digital. Nesse guichê havia três militares, mas apenas um naquele momento estava na função de registrar visitantes. Recebi então um crachá de “visitante” e o militar do guichê disse para um recruta me acompanhar. No momento não consegui identificar a patente deste militar, posto que não dominava um elemento básico da vida militar, que é o reconhecimento imediato da patente por meio do uniforme e, indiretamente, da função exercida por determinado militar. Embora mesmo agora eu não possa ser tido como um especialista nesse tipo de “olhar” posso afirmar que naquele caso era um Cabo, como ocorre freqüentemente nas portarias de Organizações Militares. Até esse momento não sabia onde eles estariam me levando, se diretamente para alguma ante-sala do gabinete do General ou se ainda passaria por mais alguma sala.

Quando chegamos à frente da 5ª seção, o soldado me perguntou novamente meu nome e o da Universidade, entrou na sala e anunciou que “um senhor da Universidade de São Carlos”⁶⁷ estava ali, e de que se tratava de uma pesquisa. Então um oficial saiu da sala, me cumprimentou e eu novamente repeti de onde vinha e o porquê, mas desta vez mencionei os contatos anteriores, citei os nomes da Tenente Santana e do Subtenente Silva⁶⁸. Ele então fez um gesto para que o seguisse e nos

⁶⁷ Essa foi a única ocasião em que fui tratado por “senhor”. Penso que porque se tratava de um soldado e que não sabia exatamente quem eu era e por via das dúvidas (ou por um procedimento prescrito) me tratou de maneira mais formal.

⁶⁸ Nomes fictícios.

encaminhamos para o salão anteriormente citado, mas logo que ele se virou, viu que a Tenente Santana estava saindo do salão e me apresentou a ela. Comecei a repetir a apresentação e disse que ela havia nos ligado (em São Carlos) e dito para que nós retornássemos para o Subtenente Silva. Ela então se lembrou e disse “Ah! É direto com o Silva”; perguntou para outro militar se ele iria subir, e, com a resposta negativa, ela mesma me conduziu pelo salão térreo, pela rampa e para o Gabinete do General Bragatto⁶⁹. Durante o percurso pude ver a seqüência das continências, que eram prestadas pela Tenente Santana aos seus superiores e que por ela eram recebidas de seus subordinados.

Chegando ao Gabinete, a Tenente Santana entrou e disse ao Subtenente Silva que eu estava lá, e me pediu para entrar. Ele me recebeu, pediu que eu aguardasse, que sentasse; então ele iria avisar ao General que eu havia chegado. Ele foi à sala do General, parece ter visto que não estava lá, saiu do Gabinete e depois de um certo tempo voltou e me disse para eu aguardar uns 15 minutos, pois como eu havia chegado mais cedo, o General ainda estava em uma reunião e me ofereceu água e café.

Após cerca de uns dez minutos de espera, entrou um outro soldado dizendo que o Coronel Morais⁷⁰ estava ocupado (suspeito que alguém avisou que eu estava lá e lhe chamou) e perguntou se ele estaria na reunião; a resposta desse foi imediata: “Ele deve estar!”. Até o momento não sabia direito quem era o Coronel Morais ou porque ele tinha o dever de estar presente. Logo após isso, o Subtenente Silva abriu uma porta que ficava ao lado do banco onde eu estava sentado e que ligava o gabinete com uma outra sala. Ele olhou para lá, e em seguida o Coronel Morais veio para o Gabinete, me cumprimentou, perguntou meu nome e disse que já iriam me receber. Aguardei mais alguns minutos e então o Coronel Morais me pediu que eu entrasse nesta sala, e me apresentou para o General Bragatto, chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Sudeste. Fiquei sabendo então que o Coronel Morais era o oficial de Comunicação Social do CMSE, e percebi que meu pedido, se não podia ser decidido por ele e sim pelo Chefe do Estado-Maior, deveria contar com sua intermediação. Por isso que meu assunto era “direto com o Silva” (o chefe de gabinete do General), e por isso o Cel. Morais (chefe da Comunicação Social, a seção responsável pelo meu tipo de assunto) deveria fazer o papel de mediador, e por isso ele deveria estar presente. Assim, só entrei na sala do General quando o Coronel Morais chegou, também fui por este

⁶⁹ Nome fictício.

⁷⁰ Nome fictício.

chamado e ele conduziu as apresentações: “General, este é o Alexandre, que quer pesquisar o Cerimonial”. Percebi também que os minutos entre o momento que o Cel. Morais perguntou meu nome e o momento em que me conduziu à sala foram para que ele antecipasse meu caso para o General antes que eu fosse conduzido à sala.

A minha “sessão de apresentação” teve por objetivo, segundo penso, que ele me visse e ouvisse pessoalmente, e por isso mesmo fui por diversas vezes perguntado quais eram os objetivos da minha pesquisa, quais *exatamente* eram os objetivos da minha pesquisa, e finalmente *aonde eu queria chegar* com minha pesquisa, qual o meu objetivo, o que eu queria provar. Essa pergunta também foi feita pelo Coronel Morais, e a cada resposta que eu dava me parecia que eles criavam aporias para que eu não conseguisse responder. Por exemplo, quando eu disse que conhecia os manuais do cerimonial militar do Exército, o General disse que lá estava tudo, “*até a posição da cabeça do sujeito, a hora em que ele vai virar para a direita, os toques, tudo*” (General Bragatto, CMSE). No entanto, apesar disso, a questão ali era mesmo me conhecer, saber se eu era *amigo ou inimigo*, ver meu rosto, ouvir pessoalmente minhas intenções e também, por outro lado, me receber formalmente.

Fui então autorizado a fazer minha pesquisa, e saí dali com Coronel Morais pela porta que dá acesso direto entre o corredor e a sala do General, direto para a 5ª seção, o primeiro lugar em que me haviam me levado. A sala onde trabalha a 5ª seção tem seis mesas, sendo três no lado direito de frente para outras três do lado esquerdo. No fundo, à direita, há uma porta que dá acesso à sala do Coronel Morais, há uma mesa grande, com a plaqueta de identificação e várias cadeiras. Há ainda uma outra sala de reuniões, ou de recepção, com sofás e mesa de centro (semelhante à disposição da sala de recepção do General Bragatto). Eu entrei na sala do Coronel e ele chamou uma secretária, deu as instruções a respeito de como o ofício deveria ser redigido, e pediu uma lista com os telefones das OMs de São Paulo. Ele mais uma vez pediu meu RG (como já haviam feito na secretaria para anotar o número) e o entregou à secretária, e esta me pediu que depois eu fosse para sua mesa para confirmar os dados. Sempre que é preciso para um civil entrar em uma Organização Militar é preciso mostrar o RG, que é anotado num livro que registra entradas e saídas. No caso do pedido feito pelo Coronel, muito embora o RG fosse ser utilizado pela secretária para digitar um documento e em tese eu só precisasse ditar o número, ele pediu o documento, olhou dos dois lados e só então entregou à secretária. Cabe lembrar ainda que o meu RG já tinha sido “verificado” na entrada.

Depois me deu instruções a respeito do contato com Pirassununga (o local onde seria feita a pesquisa), avisou que o ofício seria enviado no mesmo dia, e que eu deveria entrar em contato nos dias seguintes. E mais uma vez fui lembrado a respeito dos “pilares” da instituição: *“Você falou a respeito da coesão militar, mas não tem como falar dos cerimoniais sem falar da disciplina e da hierarquia, é inescapável”* (Cel.Morais, CMSE). Ele então me cumprimentou e desejou que eu fizesse uma boa pesquisa, e que para qualquer necessidade entrasse em contato novamente com ele ou com seu subordinado direto. Pediu então que alguém me acompanhasse até a saída, coisa que foi feita por um soldado que estava na sala no momento.

Agora observemos como fui atendido na unidade militar para a qual fui mandado para fazer minha pesquisa, em Pirassununga. Depois de ter feito contato telefônico, fui para Pirassununga para me apresentar pessoalmente e combinar os detalhes logísticos da pesquisa, como tempo da estadia, refeições, dormitório, etc. Nesse dia, cheguei no 13º R C Mec por volta das 13:30, hora de reinício do expediente à tarde. Na portaria principal comuniquei que precisava falar com o Ten. Daniel⁷¹, da seção de Relações Públicas. Fui então acompanhado por um soldado da portaria até a seção de Comunicação Social, que fica logo na entrada do Prédio principal. Fui atendido no guichê pelo Sargento Onório, me apresentei como estudante da Ufscar e disse que já havia me comunicado com o Tenente Daniel, com o qual gostaria de falar. O sargento Onório então se virou para trás e o Ten. Daniel, que estava em sua mesa, se levantou, apresentou-se, e me perguntou se eu estava com o documento. Apresentei o ofício que me foi entregue, e eles verificaram que era o mesmo que tinham recebido. O Tenente então me pediu que eu o seguisse até a sala do Comandante do 13º RC Mec, no andar superior. Ressalto novamente a importância da apresentação de garantias documentais: eu já havia apresentado o meu RG na entrada e eles haviam recebido um ofício diretamente do CMSE, no entanto eu ainda tive de mostrar novamente meu RG mostrando ser a pessoa citada no documento bem como mostrar a minha cópia do mesmo documento. Chegando à sala do Comandante, este estava numa reunião. Fiquei alguns minutos esperando junto à escada, de frente para a ante-sala. Como em outras Organizações que visitei, não há uma entrada que dê acesso direto à sala do comandante; nesse caso havia uma porta que dava acesso para uma sala com duas mesas à direita e um sofá e mesa de canto à esquerda. Numa das mesas estava um cabo e na

⁷¹ Nome fictício.

outra havia a placa de um Sargento, provavelmente ambos prestando serviços diretos ao comando, como chefia de Gabinete. Nesta sala havia também duas portas ao fundo, de ambos os lados, na porta do lado esquerdo ficava localizada a sala do Comandante, e na porta do lado direito a sala do Subcomandante.

Após ficar alguns minutos esperando em pé, o Ten. Daniel me orientou para que eu esperasse sentado no sofá da ante-sala do Comandante. Entrei na sala e lá permaneci mais alguns minutos. Após algum tempo ele entrou na sala, me pediu que aguardasse, que logo poderia entrar. Citei então as possibilidades de minha acomodação, perguntei se eu poderia ficar acomodado no quartel, e o Ten. Daniel fez questão de me lembrar que o 3º tópico do ofício que eles haviam recebido se referia a “prestar todo o apoio necessário para a pesquisa”, o que pelo que pude perceber neste momento, deixava claro mesmo, que implicitamente, que o 13º RC Mec deveria providenciar tudo para que eu realizasse a pesquisa, como alimentação, acomodação, alguém responsável para me acompanhar e me explicar todas as coisas.

A reunião do comandante finalmente terminou, e ele saiu à porta, nos levantamos e o Tenente me apresentou, dizendo que eu era o estudante de que falava o ofício. O Comandante me cumprimentou, perguntou qual era o objetivo de minha pesquisa, se havia alguma tese, perguntou qual curso fazia, instituição e demais questões para me identificar. Depois de repetir todos os meus interesses na conduta militar, sempre direcionando a resposta para a coesão das Forças Armadas e a preservação de tradições, finalmente o Comandante ordenou para o Tenente que combinasse comigo a data de minhas visitas, o local em que ficaria hospedado e demais providências, e me alertou novamente que eu “cairia na questão da hierarquia e da disciplina, porque tem tudo a ver com o meu tema”. Após isso, voltamos para a 5ª seção, e dessa vez, ao invés de ter sido atendido pelo guichê, entrei na sala do Tenente para anotar telefones e combinar finalmente as datas. Fui levado por um soldado até a portaria da frente.

É possível notar uma diferenciação de espaços na observação das salas por onde eu fui conduzido nessas duas OMs. A Sala do Chefe de Seção ou do Comandante é composta por dois espaços, o primeiro é uma ante-sala, onde fica o chefe do Gabinete com seus auxiliares, que tem um aspecto parecido com uma sala de escritório, com gabinetes, mesas, computadores, que é um ambiente para serviços administrativos; já a sala onde despacha o Chefe de Seção ou o Comandante tem um outro perfil, mais aberta e espaçosa, é uma sala para recepção de visitas, com sofás,

mesas de centro, garrafas de água e café, etc⁷². Nos informativos de Unidades Militares com as quais tive contato, é nesse ambiente em que aparecem fotos “protocolares” do Chefe de Seção ou Comandante com convidados que visitam a unidade.

Para não tornar esse relato enfadonho, ao invés de dizer descritivamente como foi o procedimento de minha recepção em Taubaté, apenas enfatizo que os elementos centrais da conduta acima descrita foram os mesmos, as pessoas (posições), os espaços e as condutas também.

Notemos algumas regularidades nessas experiências:

- o pedido de minha identificação completa em todo espaço novo em que entrava;
- o questionamento constante de meus objetivos com a visita; sempre era apresentado quando entrava em alguma sala;
- sempre era passado para a responsabilidade de outro militar ou outra seção (sala) e nunca ficava desacompanhado, seja andando ou parado;
- os contatos com os comandantes nunca eram diretos, tendo sempre por intermediário um militar subordinado: com o General Bragatto foi o Coronel Moraes, com o Tenente Daniel foi o Sargento Onório e com o Comandante do 13º RC Mec foi o próprio Ten.Daniel e dessa maneira eu estava sendo reconhecido, selecionado e encaminhando para as posições hierárquicas com as quais deveria manter contato (direto ou indireto);
- nas ocasiões em que mantive contato com os comandantes das unidades que podem tomar a decisão, a “reunião” mais parecia voltada para uma apresentação pessoal formal, como que para protocolar o pedido que já seria autorizado, do que para de fato decidir sobre o pedido. Como, por exemplo, quando o Comandante do 13º RC Mec ordenou ao Tenente que providenciasse que eu ficasse hospedado no quartel, apesar de eu já saber que isso seria feito, segundo o próprio tenente havia me contado antes. A “ordem” do Comandante ali foi formalizada, apesar de o ofício do CMSE garantir isso e obviamente ele não poder contestar essa ordem, no entanto, quando eu estive lá pessoalmente, tive de ser apresentado pelo oficial de Comunicações Sócios e o Comandante teve que “ordenar” formalmente para que tudo fosse providenciado;

⁷² Nos informativos de Unidades Militares com as quais tive contato, é nesse ambiente em que aparecem fotos “protocolares” do Chefe de Seção ou Comandante com convidados que visitam a unidade.

- sempre estive acompanhado: da porta até à 5ª seção por um soldado, da 5ª seção até o comandante pelo oficial de Comunicação Social e ao final, novamente pelo soldado era acompanhado até a porta;

- fui constantemente alertado para prestar atenção na *hierarquia e disciplina*. Além do fato de que esses “pilares” são entendidos como os fundamentos de sustentação da instituição, a repetição dessa idéia, do fato de que eu necessariamente cairia nesses conceitos me pareceu uma espécie de insistência protocolar, como se estivesse na tábua de deveres desses comandantes repetir essa noção aos “de fora”. De outro lado, há a noção, entre os militares, de que nós civis temos total desconhecimento de suas características e que quando algum civil entre em contato com ele, eles devem “ensiná-lo”. Como bem demonstra Leirner (1997), o pesquisador civil assume a condição de aprendiz, nos assuntos relativos à caserna e também ao Brasil de forma geral (vide as palestras dos militares no Congresso Acadêmico sobre Defesa nacional);

- a mais óbvia e patente das regularidades, a continência, prestada diversas vezes por todo um caminho, sendo recebida diversas vezes nesse mesmo caminho;

Podemos observar que esse tipo de procedimento e tratamento não são características individuais de cada militar que atende um civil visitante, nem tampouco das ordens dadas por comandante qualquer em certa unidade, mas sim de um conjunto de elementos que é prescrito e procura regular toda e qualquer conduta dos militares. Esse tipo de prescrição parte de um conjunto de regulamentos, diretrizes, manuais e portarias para entrar na vida de cada militar por um processo detalhado de treinamento que é feito nos diversos escalões da instituição, desde a AMAN - que forma os oficiais - , passando pela Escola de Sargentos, até as Unidades que formam os cabos e soldados e os tiros-de-guerra.

Embora haja diferentes nuances no tipo de treinamento que é dado para cada nível hierárquico, há atributos e critérios básicos para executar o *adestramento*⁷³ de homens no Exército que são regulados principalmente pelas diretrizes básicas do Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB) e mais especificamente pelo Programa de Instrução Militar (PIM) que estabelece os as normas do treinamento, objetivos a serem alcançados, critério de avaliação e demais prescrições a serem

⁷³ O termo “adestramento” é o utilizado para designar o treinamento dos militares. Um dos sargentos com quem conversei teve receio em falar adestramento, disse que o termo era feio, que o que se adestrava eram animais, mas que não era esse o sentido utilizado no Exército.

seguidas e padrões a serem observados⁷⁴. Por fim, o documento que direciona mais minuciosamente o treinamento militar está nos “Programas-Padrão”, que definem detalhadamente modo ideal de condução de cada etapa do treinamento. Para apresentar aqui a sistemática do treinamento militar, tomarei por base o Programa-padrão “Formação do Combatente Básico”, que tem um núcleo básico de treinamento que está presente na conduta dos combatentes e, portanto, concentra o tipo de treinamento que é mais geral e que se torna mais complexo conforme a escala de formação (cabos, sargentos ou oficiais), ou o treinamento específico funcional de cada uma das armas (cavalaria, serviço de intendência ou material bélico, por exemplo). Procuo ainda concentrar minhas atenções na instrução individual, ponto inicial do adestramento e que permite que visualizemos os processos e características da padronização das condutas.

Os objetivos gerais desse período de instrução do Exército Brasileiro são preparar o soldado para instrução em qualquer qualificação militar; ou seja, ele é o estágio pelo qual qualquer militar passa para iniciar treinamento. Esse treinamento objetiva que o soldado esteja capacitado para operações de Garantia da lei e da Ordem (GLO)⁷⁵, e, também, “desenvolver o valor moral dos instruídos” e “iniciar o estabelecimento de vínculos de liderança entre comandantes e comandados” (BRASIL, 2006a: 5).

Esses objetivos gerais pretendem ser atingidos por meio de objetivos mais diretos, que consistem na “ambientação à vida militar”, na criação de “hábitos adequados à vida militar”, a iniciação da formação do “caráter militar do soldado”, obtenção da “padronização de procedimentos adequados à vida militar” como, por exemplo, reflexos e habilidades em atividades militares, ordem unida e táticas individuais de combate. Nota-se que o processo todo trata de desenvolver no soldado não apenas a apreensão de técnicas específicas aos militares, como o manuseio de armas ou noções táticas, mas trata também pretende formar o militar em seu caráter, sua moral e sua conduta e seus hábitos, em âmbitos de sua vida que tratam de formatar um “padrão adequado à vida militar”. Isso se torna mais claro quando observamos o leque matérias das quais essa instrução básica abrange.

⁷⁴ O SIMEB é o instrumento de adestramento específico da Força Terrestre *enquanto instrumento de combate* e é coordenado pelo Comando de Operações Terrestre (COTER). Já o Sistema de Ensino Militar é voltado para a *formação e aperfeiçoamento profissional* do pessoal de carreira no Exército e é coordenado pelo Departamento de Ensino e Pesquisa. A comparação entre esses dois tipos de ensino pode ser resumida ao fato de que o primeiro é o ensino propriamente militar enquanto o segundo seria um ensino mais técnico-acadêmico.

⁷⁵ São operações de segurança interna e manutenção da ordem pública, como a que foi feita em São Paulo, na visita do Para Bento XVI.

As matérias estão especificadas em assuntos pontuais, um conjunto de objetivos intermediários e os objetivos finais, chamados de objetivos individuais de instrução (OII), que são o parâmetro que os soldados devem atingir. Esses OII “correspondem aos comportamentos que o militar deve exibir, como resultado das atividades de ensino a que foi submetido” (BRASIL, 2006a: 7). Além das matérias, o programa de instrução pretende desenvolver “atributos da área afetiva”, que devem ser apresentados junto às respectivas matérias a que correspondem. A “instrução” dos atributos afetivos por parte dos instrutores corresponde à apresentação do atributo e sua definição, as condições nas quais o atributo poderá ser observado e o “padrão-evidência” desse atributo, que é observado pelo instrutor ao longo de todo o período de instrução e por ele será julgado a evidência do padrão em cada um dos soldados.

Vejamos esses os atributos afetivos em reprodução da tabela que consta no programa:

NOME E DEFINIÇÃO DO ATRIBUTO	CONDIÇÃO	PADRÃO A EVIDENCIAR
Cooperação: Capacidade de contribuir, espontaneamente, para o trabalho de alguém e/ou de uma equipe.	No relacionamento com os pares e superiores.	O militar evidencia o atributo nas condições especificadas
Autoconfiança: Capacidade de demonstrar segurança e convicção em suas atitudes, nas diferentes circunstâncias.	No relacionamento com os pares e superiores e, sobretudo, nos comportamentos individuais que vão evidenciar atitudes positivas em diferentes circunstâncias.	O militar evidencia o atributo nas condições especificadas.
Persistência: Capacidade de manter-se em ação continuamente, a fim de executar uma tarefa, vencendo as dificuldades encontradas.	Durante o cumprimento das missões que lhes forem atribuídas, deve ser um objetivo constante no seu processo de aprendizado individual e coletivo.	O militar evidencia o atributo nas condições especificadas.
Iniciativa: Capacidade para agir, de forma adequada e oportuna, sem depender de ordem ou decisão superior.	Durante o cumprimento das missões que lhes forem atribuídas e em outras ocasiões que porventura ocorram.	O militar evidencia o atributo nas condições especificadas.
Coragem: Capacidade para agir de forma firme e destemida, diante de situações difíceis e perigosas.	Durante os exercícios no campo, na realização de pistas de combate e em outras situações.	O militar evidencia o atributo nas condições especificadas.
Responsabilidade:	Durante o cumprimento das	O militar evidencia o atributo nas

Capacidade de cumprir suas atribuições, assumindo e enfrentando as conseqüências de suas atitudes e decisões.	missões que lhes forem atribuídas e na realização de qualquer outra atribuição.	condições especificadas.
Disciplina: Capacidade de proceder conforme leis, regulamentos e normas que regem a Instituição.	Na realização de pistas de combate e de exercícios no campo. No cumprimento de missões complexas e difíceis ou em outras situações.	O militar evidencia o atributo nas condições especificadas.
Equilíbrio emocional: Capacidade de controlar as próprias reações, para continuar a agir, apropriadamente, nas diferentes situações.	Na rotina diária da OM, no relacionamento com os pares e superiores, quando estiver atuando numa equipe ou participando de competições.	O militar evidencia o atributo nas condições especificadas.
Entusiasmo profissional: Capacidade de evidenciar disposição para o desempenho de atividades profissionais.	Durante o cumprimento das missões que lhes forem atribuídas.	O militar evidencia o atributo nas condições especificadas.

Note-se que aquilo que a princípio poderíamos pensar que se trata de uma apreensão subjetiva de fatores como “coragem” ou “iniciativa”, é observado de acordo com os critérios militares enquanto desempenhos objetivos dessas qualidades, ou, condutas que refletem esse “padrão-evidência” de coragem, que são passados pelos instrutores, devem ser apreendidos pelos instruentes e exibidos como critério para sua avaliação, que é contínua. Não se trata de uma “atitude” individual de coragem, mas sim do desempenho de uma conduta padronizada, prescrita e esperada que evoca aquilo que os militares entendem por uma conduta corajosa, que de acordo com o manual deve ser contínua, tanto seu desempenho quanto sua avaliação.

Mas, como dito anteriormente, junto com o desenvolvimento desses atributos afetivos, um conjunto grande de habilidades e conhecimentos também é instruído pelo ensino de matérias formais, que além do desenvolvimento das técnicas de combate como manuseio de armas e táticas de combate, procuram também desenvolver hábitos e condutas que se referem a outros níveis, como a comunicação interpessoal, os hábitos à mesa e à higiene pessoal. Vejamos⁷⁶ então as matérias, as quais comentarei conforme for necessário:

⁷⁶ Apresento aqui apenas o conjunto de matérias que exibem os conteúdos que se referem ao desenvolvimento de uma conduta prescrita nos âmbitos de sociabilidade que vão além da especificidade da profissão militar, assim, deixo de lado as particularidades das instruções de tiro, montagem de armamento, etc.

Matéria: “Boas Maneiras e conduta militar”

Tarefa	Padrão Mínimo	Objetivos Intermediários	Assuntos
Tratar, corretamente, os superiores e pares.	O instruendo deverá demonstrar as atitudes adequadas para o relacionamento diário entre os superiores e pares.	- Identificar atitudes corretas a serem observadas no trato com superiores e pares. - Identificar vícios de linguagem que devem ser evitados.	1. Tratamento entre militares. a. Modo correto de tratar os superiores e pares. b. Vícios de linguagem que devem ser evitados. c. Defeitos mais comuns a serem corrigidos.
Comportar-se adequadamente às refeições.	O instruendo deverá demonstrar as atitudes adequadas durante as refeições.	- Utilizar, corretamente, a bandeja, talheres e outros utensílios. - Descrever a conduta preconizada nas NGA da OM. - Proceder, corretamente, quando da entrada do Cmt/ Ch/ Dirt OM ou autoridade superior no rancho, durante a refeição. -Apresentar um comportamento adequado nas refeições.	2. Boas maneiras durante as refeições. a. Comportamento adequado na linha de servir e à mesa. b. Uso correto da bandeja, talheres e marmitta. c. Principais vícios a serem corrigidos.
Tratar corretamente o público externo.	O instruendo deverá tratar o público externo com polidez e fineza, mas com firmeza.	- Descrever os procedimentos corretos com o público externo. - Compreender a firmeza de atitudes e o tratamento cortês, como base para a obtenção da autoridade. Demonstrar esses procedimentos.	3. Tratamento com o público. a. Urbanidade. b. Idosos, senhoras e crianças
Comportar-se, adequadamente, em situações dentro e fora do quartel.	O instruendo deverá: - demonstrar atitudes e procedimentos adequados; e - cumprir os horários estabelecidos.	Descrever o procedimento individual na execução das principais rotinas internas da OM. - Compreender a importância do papel que cada militar desempenha como representante do Exército, em qualquer situação, seja em quartéis ou no meio civil. -Demonstrar esses procedimentos.	4. Procedimento individual em relação às principais rotinas internas da OM. a. Horários. b. Formaturas . c. Revistas. d. Leitura do Boletim, etc. 5. Situações diversas fora do quartel. a. Conduta do Soldado no meio civil. b. Procedimentos em locais públicos. c. Conduta durante os deslocamentos de casa para o quartel e vice-versa.

“A gente faz aqui como deveria ser feito em todo lugar. É como devia ser feito em todo lugar né? Não tem amizade, camaradagem, jeitinho pra isso não [licitações]” (Ten. Márcio, 13º RC Mec)

Matéria: “Conhecimentos Diversos”

Tarefa	Padrão Mínimo	Objetivos Intermediários	Assuntos
Identificar os principais deveres e direitos do soldado.	O instruendo deverá responder, corretamente, a maioria das questões formuladas.	<ul style="list-style-type: none"> - Descrever os principais deveres do Soldado. - Descrever os principais direitos do Soldado. - Descrever a sistemática da promoção a Cabo. - Descrever as condições de acesso ao CFST e às escolas de formação do EB (EsPCEX, AMAN e EsSA / OM com encargo de CFS). - Demonstrar o conhecimento dos seus deveres e direitos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Deveres e direitos do Soldado: noção e características. 2. Principais deveres do Soldado. <ol style="list-style-type: none"> a. Dedicção e fidelidade à Pátria e ao Dever Militar. b. Culto aos Símbolos Nacionais. c. Probidade e lealdade em todas as circunstâncias. d. Disciplina, cumprimento de obrigações e ordens. e. Obrigações para com os superiores e pares. 3. Principais direitos do Soldado. <ol style="list-style-type: none"> a. Remuneração, alimentação, vestuário, assistência médica e dentária. b. Engajamento e reengajamento. c. Uso da designação hierárquica. d. Promoção, pensão militar e reforma. e. Afastamentos temporários do serviço. f. Uso de uniformes, insígnias, emblemas e condecorações. g. Honras e sinais de respeito assegurados em leis e regulamentos. h. Julgamento em foro especial, nos casos previstos em lei.
Identificar, pelos nomes e funções, os oficiais da OM e os graduados da SU.	O instruendo deverá identificar corretamente: <ul style="list-style-type: none"> - na 1ª SI - Cmt e Sub Cmt OM, Cmt, Enc Mat, Sgte da SU e Of / Sgt do Pel/ Sec; - na 2ª SI - demais Of / Sgt da SU; e - na 3ª SI - demais Of da OM 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar a GU enquadrante da OM e as demais OM (de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico) componentes dessa GU. - Identificar a organização geral da OM. - Identificar as OM da guarnição. - Localizar, no quartel, os principais órgãos e dependências. - Citar o nome de guerra dos Cmt Mil Á, RM / DE e Bda (ou equivalentes) que enquadram a OM. 	<ol style="list-style-type: none"> 4. Organização Geral do Comando enquadrante da OM. 5. Organização detalhada da OM. <ul style="list-style-type: none"> - Identificação das dependências das frações e da SU, das outras SU, das Sec EM e das demais instalações da OM - rancho, paiol, almoxarifado, Pel / Sec Trnp, Sec Sau, C Gd, Sec TFM, e outras. 6. Conhecimento e identificação de oficiais e graduados. <ol style="list-style-type: none"> a. Nome de guerra e função dos comandantes dos escalões operacionais e

			administrativos que enquadram a OM. b. Identificação e conhecimento de oficiais e graduados - funções e atribuições.
--	--	--	---

Matéria: “Educação Moral e Cívica”

Tarefa	Padrão Mínimo	Objetivos Intermediários	Assuntos
Identificar os Símbolos Nacionais e seus significados	O instruído deverá identificar e ter ciência dos símbolos apresentados.	- Definir Pátria. - Identificar as Instituições Nacionais e o Exército Brasileiro em seu contexto. - Demonstrar conhecer os Símbolos Nacionais, com ênfase para o Hino e a Bandeira.	1. Pátria, Instituições e tradições nacionais. a. Conceitos. b. Principais fatos históricos relacionados. 2. Símbolos Nacionais. a. Significado. b. Importância para o culto do patriotismo. c. Exteriorização do respeito à Bandeira e ao Hino Nacional. d. Apresentação da Bandeira Nacional e das Bandeiras Históricas em formatura.
Citar os principais dados biográficos do Patrono do Exército e da Arma (Quadro/ Serviço).	O instruído deverá responder, acertadamente à maior parte das perguntas.	- Citar o nome do Patrono do Exército e dos Patronos ligados à OM. - Demonstrar as razões para a escolha desses Oficiais como Patronos.	3. Patrono do Exército e da Arma / Quadro / Serviço. a. Nome e títulos. b. Principais dados biográficos.
Cantar o Hino Nacional.	O instruído deverá cantar corretamente o Hino Nacional até o término da 1ª Sl.		4. Canto do Hino Nacional.
Cantar a Canção do Exército	O instruído deverá cantar corretamente a Canção do Exército até o término da 2ª Sl.		5. Canto da Canção do Exército.
Identificar a atuação do EB na formação da nacionalidade e nos fatos marcantes da vida brasileira.	O instruído deverá responder, corretamente, à maior parte das perguntas.	- A formação do Exército Brasileiro. - Atuação do Exército em fatos marcantes da vida brasileira: . Guararapes. . Independência. . Proclamação da República. . Guerras externas e internas . Intentona Comunista. . 2ª Guerra Mundial. . Movimento democrático de 31 de março de 1964. . Contra guerrilha urbana e	9. O Exército e a Nação Brasileira.

		<ul style="list-style-type: none"> rural. - Participação em Operações de Manutenção da Paz, sob a égide da ONU e de outros organismos internacionais: - FAIBRAS, SUEZ, COBRAMOZ, MOMEPE, UNTAET, e outras. - O Exército Brasileiro como extrato da Sociedade Brasileira. - História do Exército Brasileiro. 	
Descrever as características da sociedade brasileira.	A descrição, verbal ou escrita, deve conter referência à multiplicidade étnica, ao predomínio da lei, ao respeito à vida, à busca da integração nacional e do aprimoramento da democracia e à(s) atividade(s) econômica(s) predominante(s) na respectiva região.	<ul style="list-style-type: none"> - Citar os componentes étnicos da sociedade brasileira. - Citar os tipos de instituições existentes na sociedade brasileira, exemplificando em termos locais. - Citar a(s) atividade(s) econômica(s) predominante(s) na respectiva região. 	<ul style="list-style-type: none"> 10. Formação da nacionalidade brasileira. 11. Os tipos de instituições nacionais: <ul style="list-style-type: none"> - Família; - Escola; - Igreja(s); e - Forças Armadas. 12. Ocupação do território brasileiro. 13. Evolução econômica do País, com ênfase para a respectiva região.

Observando os assuntos e prescrições da matéria acima exposta junto com a matéria “Boas maneiras e conduta militar” é possível compreender uma outra nuance dos tipos de condutas padronizadas militares, que é a função de Relações Públicas (ou Comunicações Sociais) executada no contato interpessoal quando comparada com essa mesma função de Comunicação Social que as datas comemorativas têm. Por exemplo, se em uma cerimônia o intuito de todo o evento é mostrar uma determinada imagem pública frente ao “público externo” e passar por meio das ações e do discurso (a ordem do dia, por exemplo) uma determinada “imagem positiva” do Exército, quando do contato interpessoal com alguém que tenha por função a comunicação social há uma espécie versão em escala menor dessa mesma função.

No meu caso, por exemplo, o discurso apresentado pelo TC Medeiros (de Taubaté) a respeito do Dia do Exército, ao falar da importância da data, do início do nativismo brasileiro como início do Exército Brasileiro na Batalha de Guararapes, ele repetia em microescala um discurso que é feito em âmbito nacional por meio da ordem do dia do Comandante do Exército, e que está presente na instrução militar em todos os escalões.

Em Pirassununga, por exemplo, esse mesmo tipo de conduta e discurso foi me passado da mesma maneira, com relação ao Dia do Soldado, do valor dos

símbolos militares, da apresentação da hierarquia e da disciplina. Quando tinha ido ao CMSE, em São Paulo, o oficial de Comunicação Social de lá, o Coronel Morais, também me enfatizou o discurso oficial da formação do Exército na Batalha de Guararapes, da “importância de pela primeira vez um efetivo da terra ter combatido em conjunto”.

É um exercício em microescala⁷⁷ de construção da imagem pública do Exército frente ao público externo, um procedimento de contato com o público externo, assim como o protocolo de recepção, que consiste da apresentação dos símbolos, dos prédios, das estátuas, retratos, museus da unidade, etc. Se nas solenidades o Exército mantém “contato com o público externo”, “estrita os laços” pela lembrança de suas datas, seus feitos, valoriza suas tradições e demonstra suas qualidades como força combatente por meio dos equipamentos e formaturas, no contato direto com civis, cada militar que ficou encarregado de minhas visitas oficiais realizou em microescala o mesmo tipo de “contato formal”: falou dos feitos do patrono Caxias, da importância das datas, de valorização das tradições do Exército, mostrou os símbolos visíveis da vida militar (estátuas, placas, munições decorativas, carros de combate, etc) e, também, por diversas vezes, ressaltou a importância e o valor da hierarquia e da disciplina. Isso foi um pouco diferente apenas com o militar que não seguiu devidamente os padrões e que me disse que, “se fosse o oficial” (de comunicação social) ele falaria as coisas do mesmo jeito (que eu já ouvira) e deixaria de falar outras.

Esse é um exemplo de um tipo de conduta repetida que pretende fazer de cada homem uma “caixa de ressonância” dos princípios basilares da instituição, de modo que o discurso e as práticas do Exército dos grandes eventos não devam ser diferentes daqueles que são executados por cada militar. Tudo se passou como se os militares que me receberam fossem um equivalente na Pessoa do Plano de Comunicação Social.

Inclusa nesta tarefa de “lidar com o público externo” está uma outra série de prescrições também referidas nos assuntos instruídos, que se referem às boas maneiras, um procedimento correto de tratar o público, falar com civis (“com polidez e fineza, porém firmeza”), ser receptivo e prestativo. A conduta com o público externo também foi enfatizada pelo Sgt. Onório como destaque dos militares. Segundo ele, é

⁷⁷ Aqui, como em algumas ocasiões no texto, havia utilizado os termos “ritual” e “cotidiano”, mas preferi substituí-los para evitar confusão ou imprecisão dos termos. Mas é significativo que mesmo tentando fugir desses termos, eles são os que vêm a mente de pronto, devido a estarem muito presentes na bibliografia, são como que “pré-noções” acadêmicas.

possível observar que o militar é uma pessoa que sempre atende bem ao público, e que dificilmente ele deixaria de falar “bom dia”, deixaria de ser solícito. Ainda sobre as boas-maneiras e contato com o público, ressalta o Ten.Márcio:

“A gente ensina uma boa educação, certas maneiras no trato com bandejas, talheres, como falar com as pessoas, etc. Mas não é nada diferente do que é visto em qualquer lugar, mas a gente põe no regulamento porque é importante pra garantir.” (Ten.Márcio)

No entanto, um pouco diferente do que ele diz, aqui esse conjunto de condutas é obrigatório, treinado e faz parte da formação e avaliação da pessoa, não é opcional. Além disso, esse tipo de conduta “educada” é padronizada, muito embora eles não gostem de tratar isso como padronização, mas sim como algo que *é correto* e que por isso é feito do mesmo jeito por todos.

Com relação a isso, um conjunto de experiências pode ser utilizado como exemplo, como o fato de eu sempre ser apresentado aos militares com quem encontrava enquanto estava andando nos quartéis, ou estar sempre acompanhado de alguém que me prestasse informações. Quando ficava sozinho porque um dos militares que me acompanhavam tinha outras tarefas (de organização das solenidades), outro militar se apresentava espontaneamente ou indicado, ficava ao meu lado e passava a me explicar o que ocorria, perguntava se eu tinha alguma dúvida ou, se tivesse que sair, prontamente me alertava que logo um outro militar estaria por ali.

Esse tipo de comportamento sempre prestativo também pôde ser observado em grande medida no evento relatado no capítulo anterior, na Academia da Força Aérea, mas só quando fui buscar elementos da formação do militar e na minha presença nos quartéis é que percebi que isso é parte dos comportamentos “adequados à vida militar”. Um momento constrangedor evidencia esse tipo de preocupação com sempre acompanhar e estar presente com as visitas. Num dos dias em que estive no 13º R C Mec, combinei um horário com o Sgt. Onório para que fôssemos para o rancho na hora do jantar. No horário combinado, desci do meu alojamento para encontrá-lo, mas ele não estava na sala da Comunicação Social, então perguntei para um soldado que lá estava onde poderia encontrá-lo, e a resposta era que após uns vinte minutos ele voltaria. Voltei depois de vinte minutos e ele ainda não havia voltado; perguntei novamente e expliquei que tínhamos combinado um horário para que ele me acompanhasse ao rancho. Quando essa informação foi dada por mim uma mobilização para encontrar o Sgt Onório começou: o soldado foi procurá-lo por outros lugares,

perguntou a outros militares se o tinham visto, até que depois de um tempo encontrou-o, e veio prontamente me avisar que ele já estava vindo. Visivelmente constrangido, o Sargento Onório me pediu desculpas algumas vezes, disse que tinha esquecido, e que me acompanharia no rancho mesmo já tendo jantado. Quando chegamos lá, no entanto, vendo que outros sargentos ainda estavam presentes, me apresentou a eles e disse que me acompanhassem, já que ele deveria estar em outro lugar naquele momento. Ficou claro para mim o constrangimento e a preocupação gerada com tal fato, bem como a pronta atitude do Sargento em restabelecer a situação normal.

Observemos a seguir o conjunto de prescrições referentes à utilização de fardas, aos sinais de respeito, marchas e deslocamentos, e aos aspectos que poderiam ser considerados mais íntimos para um civil, como cuidados com asseio pessoal, a limpeza de roupas e organização de armários, por exemplo:

Matéria: “Fardamento”

Tarefa	Padrão Mínimo	Objetivos Intermediários	Assuntos
Usar corretamente o fardamento.	O instruído deverá apresentar-se com: - a cobertura corretamente utilizada; - os calçados limpos; - as peças metálicas brilhantes e limpas ; - os uniformes passados, limpos e em bom estado; - os vinhos nas calças e nas camisas; e - as peças dos uniformes ajustadas e corretamente colocadas.	- Identificar a composição dos uniformes do Soldado. - Descrever os cuidados para manter os uniformes em bom estado e com boa apresentação. - Participar de revistas de mostra de fardamento. - Demonstrar o uso correto do uniforme.	1. Peças componentes dos diversos uniformes do Soldado. 2. Dotação. 3. Tempo de duração previsto para cada peça. 4. Cuidados para melhor conservação. 5. Limpeza. 6. Uso correto dos uniformes. 7. Adaptação aos calçados, em especial ao coturno. 8. Importância da boa apresentação para o militar e para o Exército. 9. Importância da arrumação do armário na boa apresentação do fardamento.

Matéria: “Hierarquia e Disciplina”

Tarefa	Padrão Mínimo	Objetivos Intermediários	Assuntos
Executar os sinais de respeito e a continência individual.	O instruído deverá proceder, corretamente, nas situações apresentadas.	- Identificar as diversas formas de manifestação dos sinais de respeito em situações diversas. - Demonstrar o tratamento correto entre militares das Forças Armadas	1. Sinais de respeito. a. Precedência entre militares. b. Tratamento com superiores e pares. c. Atendimento a chamado de superior.

		<p>e das Forças Auxiliares.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Descrever o significado e os procedimentos para a continência individual a pé firme e em deslocamento. - Executar a continência individual em diferentes situações. - Proceder à apresentação individual nas seguintes situações: <ul style="list-style-type: none"> . no interior da OM; e . fora da OM. - Proceder, corretamente, para retirar-se da presença de superior. - Demonstrar os sinais de respeito na vida diária da OM. 	<p>2. Continência individual.</p> <ol style="list-style-type: none"> a. Significado. b. Direito à continência. c. Elementos essenciais. d. Procedimento normal. <ol style="list-style-type: none"> 1) A pé firme e em deslocamento. 2) Armado e desarmado. 3) À Bandeira e ao Hino Nacionais 4) Ao Cmt OM. 5) À tropa. 6) À Sentinela. e. Procedimento em situações diversas: <ol style="list-style-type: none"> 1) A cavalo ou em bicicleta. 2) Conduzindo veículo auto ou motocicleta. 3) Como passageiro de veículo. 4) Portando mensagem ou com um ou ambos os braços ocupados. 5) Em trajes civis. 6) No meio civil. <p>3. Apresentação Individual.</p> <p>4. Cumprimento de ordens.</p>
Identificar os distintivos correspondentes aos postos e graduações das Forças Armadas.	O instruendo deverá identificar, corretamente, os distintivos apresentados.	Identificar: <ul style="list-style-type: none"> - os distintivos dos postos e graduações das Forças Armadas. - os distintivos de cursos e estágios em uso no Exército. 	5. Postos e graduações das Forças Armadas.

Matéria: “Higiene e primeiros socorros em combate”

Tarefa	Padrão Mínimo	Objetivos Intermediários	Assuntos
Manter o asseio corporal e a higiene oral.	<p>O instruendo deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> - fazer a higiene matinal e noturna; - demonstrar cuidados com a higiene da boca e dos dentes; - realizar a higiene bucal após as refeições; - tomar banho ao menos uma vez ao dia; - trocar de uniforme e de roupa de cama, sempre que possível e necessário; e - ficar atento ao aparecimento de doenças de pele e outras, em si e em seus companheiros, alertando os seus comandantes imediatos 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as doenças sexualmente transmissíveis (DST). - AIDS - modos de transmissão. - Descrever os procedimentos para evitar as DST e a AIDS. - Praticar hábitos de higiene necessários à convivência social - uso e limpeza de instalações e áreas coletivas. - Demonstrar hábitos de higiene pessoal no quartel e em campanha. 	<p>1. Asseio corporal e higiene oral.</p> <ol style="list-style-type: none"> a. Importância para a manutenção da saúde e para o convívio social. b. Principais doenças causadas pela falta de asseio corporal e da higiene oral. c. Banho, corte de unhas e cabelos. d. Higiene oral - uso da escova e do fio dental. Importância da visita periódica ao dentista. e. Uso de uniformes e de roupas de cama limpos. <p>2. Higiene sexual.</p> <ol style="list-style-type: none"> a. DST - modos de transmissão. b. DST - tratamento e conseqüências. c. Profilaxia das DST. <p>3. AIDS.</p> <ol style="list-style-type: none"> a. Modos de contágio: <ul style="list-style-type: none"> - contato sexual;

			<ul style="list-style-type: none"> - agulhas contaminadas; e - contato com sangue contaminado. b. Tratamento e conseqüências. 4. Doenças transmissíveis mais comuns. <ul style="list-style-type: none"> a. Modos de transmissão. b. Medidas preventivas mais eficazes. c. Tratamento e conseqüências. d. Cuidados na ingestão de alimentos e de água. 5. Limpeza e higiene das áreas e instalações coletivas. <ul style="list-style-type: none"> a. Faxina diária. b. Importância e necessidade de limpeza. c. Responsabilidade individual e do pessoal de serviço. 6. Utilização correta das instalações coletivas. <ul style="list-style-type: none"> a. Áreas de banho e instalações sanitárias. b. Cozinhas e refeitórios. c. Alojamentos. d. Áreas de instrução.
Construir uma instalação sanitária ou uma fossa de detritos.	O instruendo deverá observar as dimensões adequadas a cada tipo de construção.	<ul style="list-style-type: none"> - Conceituar higiene. - Avaliar a importância da higiene para o bom funcionamento do corpo. - Enumerar as conseqüências da falta de higiene. - Descrever como se faz a higiene do corpo. - Citar os procedimentos adequados para as marchas e os estacionamentos. - Citar os tipos de instalações sanitárias de campanha. - Descrever a utilização das instalações sanitárias de campanha. - Descrever a técnica de fechar as instalações sanitárias de campanha. 	<p>Higiene militar:</p> <p>a. Higiene individual:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Definição; 2) Importância da higiene; 3) Doenças causadas pela falta de higiene; e 4) Higiene das diversas partes do corpo: <ol style="list-style-type: none"> a) Mãos; b) Cabeça; c) Tronco; d) Pés; e e) Partes ocultas. b. Higiene nas marchas e estacionamentos: procedimentos para as marchas e estacionamentos. c. Instalações sanitárias: <ol style="list-style-type: none"> 1) Tipos; 2) Utilização; e 3) Fechamento.

Matéria: “Marchas e estacionamentos”

Tarefa	Padrão Mínimo	Objetivos Intermediários	Assuntos
Realizar a 1ª marcha a pé.	O instruendo deverá executar, corretamente, os procedimentos de marcha e chegar	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar o equipamento e o material individual de campanha. - Executar o aprestamento individual. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Equipamento de campanha individual. <ol style="list-style-type: none"> a. Nomenclatura dos componentes.

	em boas condições físicas e com o equipamento bem ajustado. Deverá demonstrar cuidado com seu armamento durante a marcha e no alto-horário.	<ul style="list-style-type: none"> - Ajustar e utilizar o equipamento. - Descrever os procedimentos e as técnicas de execução das marchas a pé. - Demonstrar os cuidados a serem tomados com os pés. 	<ul style="list-style-type: none"> b. Cuidados na utilização, no uso e na guarda do material. c. Arrumação da mochila e ajuste do equipamento. Equipar e desequipar. 2. Marchas a pé. Generalidades. <ul style="list-style-type: none"> a. Organização e finalidades. b. Destacamento precursor: composição e missões. c. Medidas de segurança. d. Formações. e. Velocidades. f. Cadências. g. Distância entre os homens. h. Disciplina de marcha. i. Altos. j. Sinalização. 3. Cuidados com os pés antes, durante e após a marcha.
--	---	---	--

Matéria: “Ordem Unida”

Tarefa	Padrão Mínimo	Objetivos Intermediários	Assuntos
Participar de uma demonstração de ordem unida, realizando movimentos sem arma.	O instruendo deverá realizar correta e energicamente os movimentos correspondentes aos comandos emitidos	<p>Executar movimentos de ordem unida:</p> <ul style="list-style-type: none"> - entrar e sair de forma; - cobrir e alinhar; - movimentos a pé firme; - deslocamento em passo sem cadência; e - deslocamento em passo ordinário. <p>Executar movimentos de ordem unida no conjunto da fração, mediante comandos à voz e à corneta;</p> <ul style="list-style-type: none"> - a pé firme; - deslocamentos em passo sem cadência, ordinário e acelerado; - olhar à direita (esquerda) a pé firme e em movimento; - voltas a pé firme e em movimento; e - apresentar-arma e descansar-arma. <p>- Demonstrar os movimentos de ordem unida sem arma no conjunto da subunidade.</p>	<p>1. Ordem unida sem arma.</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Posições. Militares a pé firme. b. Passos: ordinário, sem cadência, de estrada e acelerado. c. Marcha em passo sem cadência: rompimento e alto; mudanças de direção; e variação com o passo ordinário. d. Marcha em passo ordinário: rompimento e alto; mudanças de frente e de direção; e variação com o passo acelerado.
Participar de uma demonstração de ordem unida, realizando movimentos com arma (Fuzil).	O instruendo deverá realizar correta e energicamente os movimentos correspondentes aos comandos emitidos. enquadrado em sua fração.	<ul style="list-style-type: none"> - Executar movimentos com arma, a pé firme e em movimento. - Executar movimentos de ordem unida no conjunto da fração, mediante 	<p>2. Ordem unida com arma.</p> <ul style="list-style-type: none"> a. A pé firme. b. Em movimento. c. Desfile. d. Movimentos com a arma

		comandos à voz e à corneta: - a pé firme; - deslocamentos em passo sem cadência, ordinário e acelerado; - olhar à direita (esquerda) a pé firme e em movimento; - voltas a pé firme e em movimento; - armar e desarmar baioneta. - Executar movimentos de ordem unida para participar da parada diária, guarda do quartel e formaturas especiais. - Desmontagem e montagem do armamento para inspeção. - Executar os movimentos de ordem unida no conjunto da subunidade, mediante comandos a voz e a corneta	
--	--	---	--

O treinamento de Ordem Unida compreende o conjunto das técnicas corporais dos militares e consistem dos movimentos mais básicos que o militar deve apreender. Seu conceito oficial é:

“A ordem unida se caracteriza por uma disposição individual e consciente altamente motivada, para a obtenção de determinados padrões coletivos de uniformidade, sincronização e garbo militar. Deve ser considerada, por todos os participantes – instrutores e instruendos, comandantes e executantes – como um significativo esforço para demonstrar a própria disciplina militar, isto é, a situação de ordem e obediência que se estabelece voluntariamente entre militares, em vista da necessidade de eficiência em guerra.” (BRASIL, 2000b: 8)

Seus objetivos para a formação dos soldados são o desenvolvimento da coesão e dos reflexos de obediência, fatores preponderantes para a formação da disciplina militar e *“que a tropa se apresente em público, quer nas paradas, quer nos simples deslocamentos de serviço, com aspecto enérgico e marcial”* (BRASIL, 2000b: 9). Além do fato óbvio que o treino de ordem unida e o desenvolvimento da disciplina está diretamente ligado à eficiência na guerra, outro dos objetivos é que a tropa se apresente em público com aspecto enérgico e desperte nos que a assistem entusiasmo e civismo, constituído-se, na classificação nativa, uma *escola de disciplina e coesão*, contribuindo assim para a formação moral do soldado.

A elaboração nativa define a disciplina militar como o predomínio da ordem e da obediência, resultante de uma educação apropriada, é a “obediência pronta, inteligente, espontânea e entusiástica às ordens do superior” (BRASIL, 2000b: 9) e tem por sua base de desenvolvimento os exercícios repetitivos que criam reflexos de obediência e estimulam os sentimentos de vigor de tal maneira na corporação que ela se estimula em conjunto, como se fosse um homem só. Esse tipo de noção é trabalhada por Leirner (1997) ao explorar as idéias de “pensamento mnemônico⁷⁸” e do “decorar”, quando percebeu esses mecanismos por trás de “frases de impacto” que recebia repetidamente e que no meio militar deveriam ser aprendidas “de cor”:

“O que nos leva a refletir sobre o sentido de ‘aprender de cor’: aprender *através do coração*, que é onde as frases devem ser guardadas, mais do que na memória. Nesse sentido, trata-se de levar os conceitos ao corpo, ‘naturalizá-los’, a ponto de se tornarem uma unidade indissociável daquele que assim os apreende. Eis uma característica fundamental de uma instituição baseada na disciplina, quando se pensa que é imprescindível, justamente para se manter a unidade da *corporação*, transformar representação em norma de conduta, unir o *espírito militar* à ação militar.” (LEIRNER, 1997)

Estamos falando aqui de um processo semelhante que é estabelecido por todo o meio militar, que, no entanto, enfatiza no treinamento mais básico a expressão de reflexos corporais que são as unidades básicas da conduta militar, como as posições mais comuns (“Sentido”, “Descansar”, “Apresentar arma”, etc), bem como as noções mais comuns que são incorporadas ao cotidiano militar e reproduzidas quando oportuno, como a apresentação de Caxias e seus feitos a um pesquisador. Esses processos mnemônicos se tornam evidentes inclusive no próprio espaço físico de uma unidade militar, por meio de sua demarcação com símbolos oficiais, da história do Exército, do Patrono ou da unidade em questão. Em Pirassununga, por exemplo, há vários quadros de Osório (patrono da cavalaria), bandeirolas vermelhas e brancas e lanças (símbolos da cavalaria), estátuas de cavalos, bustos, armamentos antigos, fotos de ex-comandantes e de destaques entre os recrutas e também, por exemplo, a bandeirola de uma antiga unidade desativa que foi incorporada pelo 13º RC Mec (“pegamos a história deles para nós”, me disse o oficial que apresentava o local)⁷⁹.

⁷⁸ Referência à Mnemosine, musa grega da memória. (Leirner, 1997: 38)

⁷⁹ Para outros aspectos interessantes da história do Exército enquanto construção simbólica, ver Castro (2002).

No treinamento da formatura no 13º RC Mec, observei os comandos que eram treinados: “Ombro Arma!”; “Sentido!”. O mais curioso desse processo é que todos os militares que ordenavam tinham a mesma entonação de voz, a mesma separação silábica e o destaque para a última sílaba, procurando dar ênfase. Segundo um subtenente que estava comigo, a questão dessa reprodução das entonações de voz tem no regulamento sua base, que é falar com voz firme, mas que o que faz com que todos falem parecido é o fato de ouvir muito, repetir muito e acabar fazendo igual, porque então seria reconhecível por todos. Vim a descobrir depois que até essa maneira de executar vocalmente a ordem de comando é regulamentada:

“(…) (c) Voz de execução - tem por finalidade determinar o exato momento em que o movimento deve começar ou cessar.

1) A voz de execução deve ser curta, viva, enérgica e segura.

Tem que ser mais breve que o comando propriamente dito e mais incisiva.

2) Quando a voz de execução for constituída por uma palavra oxítone (que tem a tônica na última sílaba), é aconselhável um certo alongamento na enunciação da(s) sílaba(s) inicial (ais), seguido de uma enérgica emissão da sílaba final. Exemplos: “PER-FI-LAR!” - “CO-BRIR!” - “VOL-VER!” “DESCAN-SAR!” (BRASIL, 2000b: 17).

Esse mesmo subtenente ainda me informou que eles usavam “processos de mnemotécnicas” para ensinar aos recrutas os toques, por meio de frases que lembrar a entonação dos toques, inclusive algumas com linguagem chula.

Os treinamentos em geral, principalmente os de ordem unida e as formaturas, são destacados como tendo um profundo potencial transformador nos recrutas, oriundo principalmente do esforço físico, ou, do *sacrifício* necessário aos recrutas nos diversos tipos de treinamento que exigem esforço e controle do corpo:

Pesquisador: Eles estão em treinamento agora ?

TC Medeiros: Eles estão em treinamento agora. Nesse momento eles estão em uma atividade no campo, nesse momento, então, termina uma fase de instrução, e uma instrução um pouco mais pesada, é a fase básica e que o jovem ele se transforma muito, a gente vê muito como é a chegada dele aqui e depois de quatro cinco meses ele é outra pessoa, já adquiriu responsabilidades, já passou a ver o mundo até de outra forma muito diferente daqueles que chegaram aqui no início do ano, não sei se você serviu...?

Pesquisador: Não.

TC Medeiros: A gente observa que é uma alteração muito grande, ele realiza tiro, ele realiza marcha, há um desgaste físico que é previsto, então pra ele é um motivo de uma conquista (...)

Outro oficial, o Ten.Márcio do 13º RC Mec também enfatizou que a profissão é exigida em situações de muito sacrifício e que a recompensa é pouca nessas situações, e isso é de certa maneira vivido constantemente por meio dos treinamentos de ordem unida, de esforço físico, como o estágio de treinamento de campo e até os treinamentos para a formatura e a formatura em si, que exige ficar muito tempo na mesma posição sob um sol muito forte. Além disso, no processo de treinamento inicial são realizadas marchas (de 8, 12 e 16 Km) que têm por objetivo uma parte formação do soldado ao propiciar o desenvolvimento de características *“desejáveis de rusticidade, perseverança e espírito de sacrifício, enrijecendo-lhe o moral, fortalecendo-o psicologicamente e capacitando-o à realização de esforços prolongados sob condições adversas”* (BRASIL, 2006b: 24)

As transformações mais percebidas, segundo os militares, apareceriam em primeiro lugar nas posturas corporais que são mostradas pelos recrutas após o tempo de treinamento inicial. Um exemplo me foi apontado por um Sargento enquanto andávamos no 13º RC Mec: ele me apontou um rapaz, recruta, que estava passado alguns metros a frente e me disse que ele era um exemplo das transformações do treinamento militar. Segundo o Sargento, era possível a qualquer pessoa que observasse o rapaz desde quando chegou notar que ele havia mudado o jeito de andar (“ele andava até meio torto”), agora olhava pra frente, com as costas retas. O processo de treinar ordem unida e de repetidamente corrigi-lo⁸⁰ faria com que ele absorvesse essas noções, e, a partir de um certo ponto, passaria a fazê-lo sem notar, sem necessidade de qualquer esforço específico. Isso também ocorre, segundo o sargento, com os sinais de respeito e a conduta de uma forma geral, com o processo de repetição e correção imediata. O recruta passaria então a tornar aquilo parte de si, e quase automaticamente faria tudo como deve ser feito: ao chegar ao rancho bateria continência, se estiver de guarda e chagasse um superior, faria a movimentação devida, assim também com o trato com o público de fora, o tom de voz e a maneira de abordar:

“(...) isso ele aprende assim, com a imposição, com o adestramento, mas tudo isso também tem a ver com ele entender que isso é o correto, que é melhor pra ele.” (Sgt. Onório, 13º R C Mec)

A idéia de tornar homens “adestrados”, ou fazendo coisas iguais, não é bem aceita por militares na hora de explicar o processo de aprendizado que, para eles

⁸⁰ Essa correção repetida deve ser feita não apenas pelos militares que lidam diretamente com a instrução de determinados recrutas, mas por todos os que observarem coisas a serem corrigidas.

tem outro fundamento. Apesar de no manual de ordem unida ficar estabelecido a obtenção de habilidade, automatismo e padrões coletivos nos movimentos mais freqüentes e isso poder ser estendido na compreensão também dos padrões de conduta, o que é enfatizado pelos militares é que não há de fato uma padronização, mas sim uma demonstração do que é correto:

“A idéia não é padronizar, porque aí parece que todo mundo é robô, não é bem isso. O que a gente mostra é um jeito correto” (Ten.Márcio, 13º R C Mec)

A idéia é negar que isso seja uma objetivação do sujeito, transformando-o em robô ou coisa do tipo, e afirmar que isso é um processo de construção de qualidades, da apreensão de valores e posturas corretas que fazem parte do militar.

Uma das posturas corporais militares que é flagrante até mesmo para um civil desavisado é o uso da posição de descansar⁸¹ em todos os momentos que os militares normalmente estariam à vontade, livres de qualquer determinação. É comum ver que militares, caso não estejam em formação e obedecendo a determinações de toques e ordens, parados, ficam na posição de descansar. Esse tipo de postura, dentre tantas outras, é reconhecível como identificação entre militares:

“Você não vê militar encostado, com o pé na parede, geralmente ele está parado, com as mãos para trás, ou com as mãos soltas, mas você vê que é militar, que é diferente” (Sgt. Onório, 13º RC Mec)

Outras determinações são prescritas aos militares, como a proibição do uso de barba, bigodes e um corte determinado do cabelo⁸². Mas o que é de especial interesse é que esse método de formação também deve estar ligado à formação moral do militar, as características morais são tão desenvolvidas quanto as físicas e, também, as categorias morais são reconhecidas pelas características físicas, como a forma de falar e a postura.

Segundo o Sargento Onório, muito do que é aprendido no serviço militar corresponde a um aprendizado dessa postura moral, aprende-se a ser exemplo das

⁸¹ Mãos para trás e pernas afastadas.

⁸² A Portaria nº 310, de 29/05/1995, do Gabinete do à época Ministro do Exército estabelece as normas sobre o uso de barba, bigode e corte de cabelo para oficiais e Praças. O uso de barba é proibido para todos os militares, exceto para disfarçar deformidades físicas ou por tradições familiares. O uso de bigode é permitido à oficiais, subtenentes e sargentos, desde que discreto, aparado e não ultrapassando a altura dos lábios. O uso de bigode pelos militares das demais patentes deve ser solicitado ao Comandante de Área, que deve aceita-lo ou não.

condutas aprendidas. Cita ele que os recrutas aprendem a ter organização, a prezar pela limpeza e “espalham esse aprendizado para o mundo civil”:

“Sgt. Onório: Com as coisas que ele vê aqui, ele aprende a ser exemplo, a ensinar seus pais e seus irmãos a serem mais organizados, a comer direito e até a faxina, ele vem aqui e varre um dia, varre outro, aí quando chega na casa dele não se adapta mais a ver sujeira e não varrer

Pesquisador: é através da repetição?

Sgt. Onório: É, ele faz isso todo dia, uns dois meses, depois você nem precisa falar mais.”

(Sgt. Onório, 13º R C Mec)

“Aqui tem instrução de boas maneiras à mesa porque aqui muita gente é da roça, então a gente tenta corrigir isso (...) corrigir não, porque cada um tem o seu jeito, mas deixar mais ‘bonito’, porque se alguém ver o que pode pensar né?”

(Ten. Márcio, 13º R C Mec)

Mesmo na conduta externa ao quartel o militar também tem que manter uma postura condizente com sua posição de militar, o que, no entanto, não o proibiria de ter uma vida “comum” com relação a lazer. De acordo com o Sargento, um militar pode tomar sua cerveja e ter suas paqueras, no entanto não pode ir a um “boteco” e beber exageradamente nem ir a uma região de “baixo meretrício”, pois caso ocorra um problema nessas circunstâncias e alguém veja que ele é militar isso traria certos problemas, e por isso os militares “tem de ter uma certa postura”. Nessa hipótese, o militar em questão sofreria um constrangimento interno que seria muito grande, e que apesar da punição que ele sofreria, o mais importante é a orientação, o “ser exemplo” para os outros militares, representar a instituição de maneira correta. A junção de todas esses tipos de adestramentos físicos e morais com a guerra é explicada:

“Você não pode por um cara gordo numa guerra, mas também não pode por um cara desnutrido, então ele tem que levar uma vida com hábitos regrados pra se alimentar, pra dormir, fazer exercícios (...) Você não pode por um cara lá que vai ver aquela situação e virar a arma e dar um tiro na própria cabeça. Ele tem que desenvolver um controle do corpo e da mente” (Sgt. Onório, 13º RC Mec)

As formaturas são o principal veículo para o treinamento da ordem unida e também para que os comandantes “exercam a liderança” sobre os seus comandados, passem instruções, mensagens e orientações sobre os mais diversos aspectos da vida militar. O Plano de Instrução Militar estabelece que haja três formaturas semanais, quando então o comandante e os responsáveis pelo treinamento devem verificar a apresentação dos comandados, seu desempenho nas posturas de ordem unida, bem como dão orientações sobre os “atributos afetivos” que o soldado deve desenvolver. A

formatura também é elemento constante das atividades militares como um todo e não apenas dos recrutas em treinamento, e por meio delas, segundo um dos militares com quem conversei, é que se “mantém a disciplina”. Além disso, nas solenidades, a tropa em forma apresentando continência e desfilando em honra à maior autoridade é a maior homenagem prestada pelo Exército e pretende ser, para os “de fora” uma escola de entusiasmo patriótico. Dessa forma, estar “em forma”, para um militar é um tipo de atividade que representa, ao mesmo tempo, uma etapa da formação que se torna uma rotina e que *também* é uma atividade exibida em solenidades.

Como indica um Sargento da 2ª Cia Com L, de Campinas, os recrutas, ao notarem como é o treinamento, se decepcionam com relação ao que pensavam inicialmente:

“Eles acham que vão chegar aqui e que uma hora eles vão começar a treinar tiro todo dia, mas eles atiram três ou quatro vezes no ano, o resto ficam fazendo ordem unida, fazendo faxina, exercício físico (...)” (Sgt. Wagner, 2ª Cia Com L)

No entanto, mesmo com essa decepção por não poderem atirar muito, todos eles, no estágio inicial de treinamento, “mostram uma empolgação muito grande” com relação ao canto dos hinos e dos gritos de guerra, executados nas corridas e demais treinamentos físicos. Especialmente quando vão fazer treinamentos de corrida fora da cidade é que “a empolgação é maior, frente a um público externo”⁸³. Seguindo o que Sargento disse, no início de qualquer estágio de formação militar predominam esse tipo de manifestação por meio do fato de cantar alto e forte, por marchar batendo com força o pé no chão, e que ele tinha passado pela mesma experiência na Escola de Sargentos das Armas (EsSA) e que era possível ouvir na Escola Preparatória⁸⁴ (que fica próximo) o canto dos diversos grupos de alunos. É possível identificar esse tipo de comportamento com a manifestação dos atributos afetivos acima expostos (“iniciativa”, “coragem”, “entusiasmo profissional”) e também com aquele tipo de sentimento exclusivamente militar, que aparece em atividades coletivas, que Castro (2004[1990]) identifica nos depoimentos dos cadetes da AMAN como “vibração”, uma espécie de emoção que os cadetes sentem em momentos de totalização, em suas palavras, “quando a pessoa se sente integrada num todo ‘de corpo e alma’” (Castro, 2004:48)

⁸³ “Aqui dentro eles são mais novos que todo mundo, a gente brinca que até o cachorro é mais antigo, mas no bairro deles, na rua, eles se sentem os maiores” (Sgt. Wagner)

⁸⁴ Escola Preparatória de Cadetes do Exército, também em Campinas.

Não se trata de uma manifestação consciente dos regulamentos, ou seja, que seja combinada para que o regulamento seja cumprido. Mas o regulamento prevê esse tipo de conduta e tornado isso uma obrigação, obriga também ao estímulo desse tipo de comportamento que, com o tempo vai sendo naturalizado, como toda a conduta militar deve ser naturalizada (apesar da consciência do fato de que isso é construído a partir da entrada de qualquer civil nas Forças Armadas).

A importância desse conjunto de condutas padronizadas fica mais evidente quando pensadas no contexto da rede de olhares constantes de superiores e pares e também do mecanismo institucional de avaliação de todo o pessoal, em que todo militar é avaliado classificado de acordo com sua apreensão ou não desse conjunto de características que o tornam militar. Vejamos agora um outro campo de aprendizado nesse complexo conjunto de condutas padronizadas: o *espírito da arma*.

*

* *

Em Pirassununga, o primeiro conjunto de informações que me foram apresentadas, espontaneamente e pelo fato de que eu buscava informações sobre o cerimonial e, portanto, de acordo com eles, sobre tradições, foram as tradições da Cavalaria, entre as quais a tradição de preservar as tradições.

Há um conjunto de símbolos que diferenciam a Cavalaria das outras armas, como por exemplo: suas cores serem vermelho e branco (os prédios do regimento são vermelhos e brancos); a espada pertencente ao uniforme ser curva ao invés de reta (pois corta em movimento, como quando montado em um cavalo); o instrumento musical para toques ser o clarim ao invés da corneta, pois é ouvido em distâncias maiores em expedições a cavalo, apesar de isso não representar diferença em um quartel, etc.

Mas as principais características que diferenciam o cavalariano dos componentes das outras armas é a idéia de que eles seriam mais “simples, rústicos, gostarem de beber, serem mulherengos, terem certa tendência para a bagunça, etc”. Esse tipo de “espírito de arma”, como aponta Castro (2004) e confirma o Ten. Márcio, é passado na Academia de maneira muito forte e é muito presente nas unidades de cavalaria. Os cavalarianos seriam mais companheiros e por isso gostariam mais de

festas, churrascos, bebedeiras, e faziam isso de maneira mais conjunta, apesar da separação hierárquica. Segundo o Tenente, essa característica viria do exemplo de Osório, patrono da Cavalaria, “homem de tropa” e que preferia ficar na companhia de seus soldados a ficar em gabinetes ou tendas separadas com seus oficiais mais próximos⁸⁵:

“O Osório era mais um dos soldados né? Enquanto o Caxias era mais distante o Osório gostava de ficar com a tropa, de comer junto da mesma comida. Então isso também é seguido por nós aqui, por exemplo, todo mundo come da mesma comida, oficial não tem comida diferente dos recrutas e se tiver alguma coisa diferente todo mundo come” (Ten. Márcio, 13º R C Mec)

Apesar desse companheirismo, os ranchos mantêm as distâncias dos círculos hierárquicos, separando de um lado Oficiais, Subtenentes e Sargentos e de outro Cabos e Soldados, os primeiros ficam a vontade para se servirem, e os segundos são servidos.

Outro ponto que, no discurso dos cavalarianos⁸⁶ seria diferencial, principalmente com relação à Infantaria, seria o foco primordial no companheiro, no pessoal. Se na Infantaria os homens estão mais preocupados em “ralar”⁸⁷ pra ele mesmo, numa motivação mais individualista, na Cavalaria nada seria mais importante do que o companheiro, que a Arma enquanto conjunto de companheiros:

“Isso tem também com relação ao nosso armamento, o carro de combate, que é o substituto do cavalo, o ‘nobre amigo’⁸⁸” (Ten. Márcio, 13º R C Mec)

Além disso, a Cavalaria também seria mais tradicionalista, mantendo como seu símbolo as lanças cruzadas e prezas por um laço (que segundo o tenente simbolizam a amizade); já na Infantaria não há mais o uso da espada, o símbolo é o

⁸⁵ O Ten. Márcio me informou que na Academia há um conjunto de relações de características jocosas entre as armas que prega que não há um infante que não seja burro (“vai onde manda”), um cavalariano que não seja bêbado (por serem adeptos de farra), um artilheiro que não seja teórico (precisão, os cálculos”), um engenheiro que não seja feio (“é porque tem o pessoal do nordeste, que tem gente bonita, mas o pessoal fala que lá só vão os feios”), um comunicante que não seja mongolóide (“por razões várias”), um matbeliano que não seja sujo (“mexe com graxa”) ou um intendente que não seja ladrão (“porque lida com dinheiro”). Nota-se como esses perfis das armas permanecem norteando a formação dos oficiais formados na AMAN, como bem notou Castro (2004)

⁸⁶ Além desse discurso inicial do Ten. Márcio, outros militares com quem conversei em Pirassununga repetiram as mesmas justificativas para demonstrar o “espírito da Cavalaria”, sempre ao saberem que eu estava interessado em cerimonial, etc.

⁸⁷ Termo utilizado para designar atividades físicas pesadas e a disposição para elas.

⁸⁸ Em épocas passadas, quando havia mais carros de combate e menos oficiais formados, os carros eram exclusivos de cada oficial, como a idéia do “nobre amigo” cavalo.

menos tradicional fuzil. Por outro lado, a Cavalaria teria mais “mente aberta” com relação aos procedimentos regulamentares, seriam menos “bitolados”, como é o pessoal da Infantaria.

Lembrando aqui do que fala Castro (2004[1990]) a respeito da escolha das armas e do papel que ela tem na definição do espírito militar, da importância que há no militar em incorporar o espírito da Arma, ou seja, se habituar e vivenciar suas características, penso que é plausível pensar no encaixe na Arma e nos modos de ser de seus membros também como prescrições do comportamento.

Vejamos, por exemplo, de como era feita a comparação entre dois comandantes do 13º RC Mec, o atual e o antigo:

“Esse Comandante agora que você conheceu é bacana. Se tá no refeitório ele te deseja bom apetite, nas confraternizações come churrasco com a gente, se tiver cerveja ele serve no seu copo. Ele tem mais o espírito da Cavalaria, tem mais consideração, o outro não tinha muita consideração não, dava continência só e pronto.” (Subtenente, 13º R C Mec)

“Esse comandante é um paizão” (Sgt. Onório,)

Assim, o processo de incorporar o espírito da Arma é o processo de saber comportar-se de acordo com uma conduta “cavalariana” e não com uma conduta “infante”, por exemplo. O Comandante antigo, distante e extremamente rigoroso na relação com subordinados poderia ser considerado um ótimo comandante se fosse da arma de infantaria, mas no meio de Cavalarianos, era visto como comandante não tão bom assim, pelo menos nos pontos mais valorizados por eles, ele não tinha uma conduta “Osório” onde esta é valorizada. Nada, no entanto, impediu que ele galgasse as posições até ao comando de uma unidade como o 13º R C Mec; mas o tipo de comandante que ele é pode influenciar no limite que ele pode subir na escala hierárquica, se os seus superiores cavalarianos levarem em conta coisas desse tipo.

A seguir demonstro uma espécie de “tipo ideal” de um dia comum de expediente militar e suas atividades, sinais de respeito e condutas prescritas. Observemos que até num lugar onde se reconhece que os regulamentos são mais flexíveis (o 13º R C Mec), a padronização das atividades é muito complexa.

* *

O início de um dia militar acontece com o toque da Alvorada, que no 13º R C Mec é às seis horas da manhã. Há um toque específico para a Alvorada; nas unidades de Cavalaria o toque do clarim “canta” a Alvorada da Cavalaria, que tem o texto:

Alvorada (em clarim)
Gen. João Batista Figueiredo

A voz do despertar
Chega a nós
Para recordar
Que a missão
A se cumprir
É função
Do que se sentir
Sentir
Que ela ver dizer
Com seu repercutir
O que é o dever
Quem entender
Clarim tocar
Antes do Amanhecer
Tem que se inflamar

Clarim que chama
Ao Anunciar o alvorecer
Também conclama
Cumpre o teu dever
Dragão, sem esmorecer
Vibrar, Por saber
Que o ressoar
Quer dizer
Incentivar
O querer
Não fraquejar
Clarim lamento
Lembra pro dragão
Qual foi seu juramento.

O som da minha voz
É exaltação
Aos nossos heróis,
Ao som do levantar
É uma canção
Que obriga a sonhar
O sonho da tradição
Dragão,
Que não se há de apagar
Quem foi dragão um dia
Ouve a oração da Cavalaria

De acordo com os cavalarianos, o clarim entoa os mesmos sons das frases do texto, e, como o próprio texto diz, “quem entender, clarim tocar (...) tem que

se inflamar” ou “quem foi dragão um dia, ouve a canção da cavalaria”, sugerindo que os cavalarianos são os que por excelência conheceriam ou entenderiam essa oração entoada pelo clarim.

O horário do toque da alvorada é decidido pelo comandante da unidade de acordo com as estações do ano, interesses de instrução ou por ordens superiores, e indica o despertar e o começo da atividade diária. Ao fim do toque, o guarda responsável por cada alojamento certifica-se de que todos os homens tenham deixado o seu leito.

Por volta das seis e trinta da manhã chega ao quartel o Comandante da unidade, e sua chegada é acompanhada pela continência da guarda do quartel, de acordo com o cerimonial militar. Notemos que o cerimonial militar, voltado para dar ênfase a momentos considerados importantes, é também executado em atividades diárias. De acordo com as prescrições para a saudação da guarda ao comandante, o carro que traz o comandante deve parar atrás do portão das armas (a entrada da unidade), em local previamente demarcado. São discretamente marcados ao chão também os locais onde se posicionam a guarda, o comandante e o oficial-de-dia, que recebe o Comandante. Assim que o Comandante assume sua posição, o comandante da guarda ordena “Guarda Sentido!” e “Ombro-Arma”.

A guarda forma uma fila com a sua direita para o lado de onde vem o Comandante. O clarim executa o toque que corresponde ao Comandante da OM, e o Comandante retribui a continência recebida. Ao final do toque, o Comandante passa a guarda em revista, passando em frente a ela e a olhando. Não é feito nenhuma tipo de marcha, apenas uma caminhada comum. Após passar a guarda em revista o Comandante fica de frente para o Oficial-de-dia, que lhe presta a continência, que é retribuída e seguida de um cumprimento de mão. Nesse momento o oficial-de-dia informa ao Comandante o que houve no quartel, se houve alguma ocorrência.

O tipo de ocorrência que é avisada não é exatamente “tudo” o que ocorre na unidade, mas apenas aquilo que “gera direitos”: um acidente com armas, algum homem doente, a ausência de algum militar, por exemplo, pode dar direito a dispensa médica, punição, prisão, etc. Quando estive em Pirassununga, por exemplo, a Bandeira havia ficado enrolada no mastro e era necessário que alguém subisse para arrumá-la; no entanto, esse não é o tipo de coisa que é informada no dia. Mas, como fiquei sabendo depois, minha chegada e presença na noite anterior era algo que deveria ser informado, o que fez inclusive com que o Comandante fosse a mim apresentado pelo Ten. Márcio,

que por sinal era o oficial-de-dia na ocasião. Toda vez que o Comandante da unidade está presente, uma bandeirola indicativa é hasteada em um mastro ao lado da bandeira nacional e arriada toda vez que ele sai também. A formação anteriormente vista de recepção do comandante só acontece quando ele chega ao quartel pela primeira vez no dia.



Figura 6- Recepção da guarda.⁸⁹

A próxima atividade do dia é a parada diária. Essa parada tem por finalidade a inspeção dos militares que entram de serviço naquele dia. A escala de serviço é feita independentemente do expediente administrativo da unidade, e seleciona os militares que ficarão em serviço durante todo o dia, das 7 horas da manhã de um dia até as 7 horas da manhã do outro dia (quando então continuará trabalhando, pois também entra no expediente). Esses militares são os militares “de-dia”: o oficial de dia que é o homem no comando, equipe médica de-dia, cabos de-dia, soldados de-dia, etc. A parada diária é uma espécie de formatura que marca a troca desse pessoal e na qual é feita a inspeção dos mesmos.

Algo muito valorizado na parada diária é a higiene: alguns militares disseram que essa é ocasião em que a apresentação pessoal é extremamente exigida. O militar deve estar com o uniforme “impecável”, sem amassados ou sujeiras, não pode apresentar qualquer tipo de odor, nem nenhum sinal de falta de asseio corporal, porque, segundo eles, ele ficará vinte e quatro horas seguidas em serviço e deve estar

⁸⁹ Fonte: Vade-Mécum de “Honras de Recepção e Despedida de Autoridade na OM”, da página da Secretaria-Geral do Exército, http://www.sgex.eb.mil.br/vade_mecum/honras_recepcao/htm/continencia.htm (28/01/2008)

“impecável” para isso. O interessante é que a inspeção é mesmo detalhada nesse nível; os militares que estão entrando em serviço ficam em forma com o seu documento militar à mão, parados na mesma posição até que toda a revista termine. No dia em que vi a parada, o oficial da Sessão de Pessoal (ou S1) - que é o que a comanda - e mais outros oficiais ficaram cerca de 20 minutos conversando antes do início da inspeção, com os militares esperando na mesma posição. Quando ela começa, o oficial que inspeciona fica sempre muito perto do militar inspecionado, e olha detalhadamente para o rosto, o documento e o uniforme de cada um dos militares. Ainda são dadas recomendações a todos com referência ao armamento, e procedimentos comuns de segurança. Após toda a revista, o S1 posiciona-se de frente para a tropa e comanda as posições correspondentes à “Continência ao Terreno”, que é a continência estipulada para a parada diária. Feito isso os militares são dispensados para suas atividades.



Figura 7 - Parada diária no 13º R C Mec

Têm início então as atividades de instrução e o expediente administrativo da unidade. As formaturas são atividades com periodicidade constante, e podem ser *ordinárias*, como as que são destinadas à revista de pessoal, à ida ao rancho, à parada diária (como descrita acima); ou *extraordinárias*, como as que ocorrem nas solenidades descritas no capítulo anterior. Em Pirassununga, observei que elas ocorriam nas

subunidades (esquadrões) diariamente após a parada diária, e além dos exercícios de ordem unida, serviam também para que o comandante passasse mensagens diversas. Há também uma formatura geral que ocorre semanalmente e conta com toda a tropa da unidade, que acontece antes do início das atividades e tem o canto de algum Hino ou canção militar. Segundo o General Bragatto, do Comando Militar do Sudeste, esse tipo de formatura é uma “oportunidade do comandante falar diretamente com seus subordinados, e é o momento em que ele passa diretamente aos seus subordinados uma mensagem que ele quer que todos ouçam”. E, inversamente, a “oportunidade para os subordinados de escutar diretamente a palavra do seu comandante”. Além disso, é a oportunidade do Comandante “olhar nos olhos de todos”, de ver “quem está” sob seu comando, e de seus comandados “verem quem” está no comando. O General citou ainda que a mensagem não tem tema fixo, sendo escolhida pelo comandante de acordo com aquilo que ele acha importante que seus subordinados ouçam, o que pode ser relacionado ao controle emocional, diretrizes estratégicas, temas históricos, etc. A formatura também tem o caráter de não deixar dúvidas quanto às ordens do comando: *“Por exemplo, se o General diz que uma árvore é verde, ela é verde! Então não tem como uma pessoa falar que o General disse que a árvore é amarela e o outro dizer que é azul, porque todo mundo estava vendo ele falar, e ele falou diretamente para todos.”*

No entanto, não havendo formaturas programadas, os militares executam as suas funções sem interrupção até a hora do término do expediente matutino, sempre havendo um conjunto de prescrições que têm que ser seguidas, como a continência e os sinais de respeito cotidianos, que são demonstrações oficiais do “espírito de disciplina e apreço existentes entre os integrantes das Forças Armadas” (BRASIL, 1997). Os principais sinais de respeito da convivência diária são:

- Em deslocamento, o militar mais moderno dá a direita ao superior;
- Quando se deslocam em grupo, o militar superior toma a posição central e os demais alternadamente ao seu lado, a partir da direita, por ordem de precedência;
- Quando encontra um superior num local de circulação, o militar cede-lhe o melhor lugar;
- Para falar a um superior, o militar deve usar o tratamento “Senhor” ou “Senhora”;
- Sempre que chamado por um superior, o militar deve se apresentar o mais rápido possível;

A continência, sinal mais característico dos militares, tem diversas prescrições a serem seguidas e o regulamento esmiúça uma quantidade muito grande de circunstâncias, de maneira a não deixar escapar da regulamentação todo e qualquer momento em que esse sinal de apreço deva ser apresentado (que, em situações normais é em qualquer momento do dia ou da noite). O regulamento prescreve as maneiras de prestar a continência, por exemplo, quando um militar mais moderno está parado e um superior movimentando-se, quando eles caminham em direções convergentes, quando com ou sem cobertura (chapéu, boina), quando em veículo ou a cavalo. Ainda, deve o militar sempre que entrar em algum recinto, verificar se há algum militar superior e lhe prestar a continência e se encontrar algum militar em qualquer situação, mesmo de férias, deve apresentar-se, devendo partir essa apresentação do mais moderno.

De forma geral, não é pensada nenhuma situação em que o militar esteja desobrigado a algum tipo de sinal de respeito característico das forças armadas e, nas suas atividades diárias, isso é muito comum. A dinâmica das continências, as apresentações formais e sinais de respeito são visíveis a qualquer pessoa que passe um pequeno tempo dentro de uma unidade militar. No entanto essa dinâmica dos sinais de respeito não pode atrapalhar a dinâmica das atividades do expediente e, dessa maneira, militares que trabalham na mesma sessão e que se cruzam constantemente estão desobrigados a prestar continência toda vez que virem um ao outro, sob pena de impossibilitar o andamento normal dos trabalhos. Há também outros tipos de comportamentos que não são prescritos mas são considerados indecorosos, como dar tapinhas nas costas de um superior, sentar na cadeira sem sua permissão, colocar a mão na mesa enquanto conversa ou ainda, tratá-lo com qualquer forma de intimidade. Por outro lado, em ambientes dentro dos círculos hierárquicos⁹⁰, há anuência para brincadeiras, como o caso de um militar, 3º sargento que sem problemas fala para o 1º Sargento, seu superior, “e aí veado”, além de não prestar continência. No entanto, esses espaços para relaxamentos nas regras são pequenos com relação ao âmbito de convivência dos militares em geral.

O expediente da manhã termina às 11:30, com o toque respectivo, e tem início o período de almoço, momento que reúne também uma série de sinais de respeito característico do conduta no rancho. O rancho é dividido entre oficiais, subtenentes/sargentos e cabos/soldados. A regra para deslocamento é diferente para os cabos e

⁹⁰ Os círculos de convivência institucionais entre patentes ou, grupos de patentes.

soldados, que devem reunir-se e entrar em forma em sua subunidade e, com o sargento de dia da subunidade seguirem em marcha até o rancho, quando então recebem a ordem para entrarem no rancho do oficial-de-dia, que também fica presente durante o consumo das refeições. Aos subalternos, sargentos e oficiais não é necessário que entrem em forma para se deslocarem para o rancho.

É regra que sentem juntos na mesma mesa caso haja vagas, e não ocupe outra mesa até que a mesma esteja cheia. É necessário pedir permissão ao mais antigo para entrar no rancho e deve-se sair junto das refeições os militares que estão na mesma mesa; caso precise sair antes, pede-se licença indicando o motivo. No entanto, esse procedimento, principalmente em relação ao sentar e sair juntos do rancho aplica-se mais para os recrutas; para os outros continua a regra da continência ao mais velho o pedido de licença, e outras obrigações como pedir autorização ao mais antigo para sentar ao seu lado na mesa, ou, no caso da maior autoridade ter terminado uma refeição antes dos outros, os militares da mesma mesa levantam-se.

Muito embora falasse do “comer junto” dos cavalarianos (apesar das diferenças hierárquicas), o Ten. Márcio ressalta a importância da convivência nos círculos, para evitar que certos assuntos ultrapassem os limites devidos, como apelidos, brincadeiras e situações constrangedoras normalmente conhecidas por pessoas mais íntimas, que poderiam causar um desrespeito, abalando a hierarquia e a disciplina. Por exemplo, se dois tenentes são amigos e um deles é promovido a capitão, ele pode até falar para não ser chamado de capitão, mas o tratamento de Sr. e os sinais de respeito não são abandonados em nenhuma ocasião. No rancho, por ser um espaço de mais descontração, onde os militares do mesmo círculo se encontram no intervalo de atividades, a rigidez dessa separação tem de ser mantida “para evitar que subordinados estejam presentes em possíveis situações de brincadeira, etc”. Caso esse tipo de falha com os sinais de respeito ocorra, isso pode “manchar a imagem do Exército, de sua hierarquia e disciplina frente ao resto da sociedade, frente ao qual ele tem de ser o exemplo”:

“Se a gente deixar que haja uma falta de respeito aqui, cujos pilares são a hierarquia e a disciplina, imagina o que vão pensar lá fora, aqui tem de ser o exemplo da nação” (Ten.Márcio)

O retorno do expediente para os serviços da parte da tarde ocorre as 13:30, quando é dado o toque de início de expediente novamente; e as 17:30, ocorre o toque de fim de expediente. Mais tarde, às 10 horas da noite, é dado o toque de silêncio, quando o nível de segurança máximo fica estabelecido e é proibida a circulação dentro da unidade, a não ser dos militares que estão de serviço.

Tendo observado a quantidade de situações e condutas prescritas que preenchem a vida militar, será que trabalhar aqui com uma separação entre o ritual e o cotidiano é proveitoso no entendimento da sua sociabilidade? É buscando explorar essa questão que, no próximo capítulo, entro no debate direto com diversos autores que ajudaram a estabelecer a noção de ritual no campo da antropologia.

Capítulo 4 – Conclusões: a hierarquia vivida

Tendo observado as concepções nativas a respeito do tempo, da rotina e das suas diversas prescrições características, cabe retomar algumas questões com relação ao ritual à luz da temporalidade militar.

Como espero ter podido deixar claro no início da discussão, há na bibliografia sobre rituais na antropologia uma constante equalização entre as oposições indivíduo/cotidiano X coletivo/ritual, no sentido de que seria no ritual que a sociedade “passa sua mensagem” para a coletividade. *Grosso modo*, a idéia de ritual está sempre classificando um momento do tempo social que é considerado especial, e que o grupo o tenha instaurado como um momento *sui generis* de produção simbólica, seja essa produção simbólica voltada para a afirmação de certa norma ou para executar a inversão da mesma ou mesmo para criar alternativas ao modo contínuo até então praticado. O ritual, em todas as definições aqui mostradas, tem as características de explicitar, ressaltar, atribuir qualidades, demonstrar ou comunicar algo de uma maneira mais forte, ele é especial porque a produção simbólica aí se dá de maneira crítica, mais efetiva em relação à vida cotidiana.

O “predicado do social” considerado pelos autores (seja ela a norma ou a manipulação, o equilíbrio ou a instabilidade, a comunicação dos valores e concepções) encontra nessa ocasião extraordinária do tempo social seu momento de maior incidência. Mesmo quando a idéia de ritual aparece enquanto uma ferramenta metodológica e dependente exclusivamente da definição nativa (por exemplo, em Peirano e Tambiah), ela pressupõe que a construção simbólica de um grupo se realiza

através do estabelecimento de um recorte que eleja momentos extraordinários de distinção simbólica, para a produção de Pessoas, valores ou classificações. De uma forma ou de outra, a noção de ritual, seja como conceito, seja como método de observação empírica ou explicação analítica, foi construída com base em rupturas em vários níveis, seja empiricamente com a observação de mudanças com relação aos acontecimentos sociais e uma série de comportamentos a elas ligados (uma ruptura no tempo nativo), seja como uma ruptura na explicação (uma ruptura no sentido). Tais cortes colocam certos momentos como privilegiados por conterem certas propriedades essenciais de/para o entendimento de determinado grupo (um foco irradiador de classificações, posições, valores, ordem, racionalidade, significação), e, por consequência, podem servir de baliza para a compreensão do antropólogo.

Desse tipo de noção e especialmente de sua utilização como metodologia decorrem alguns problemas e questionamentos, especialmente frente ao conjunto de dados da sociabilidade militar. A universalidade da oposição ritual/cotidiano não é óbvia e tratá-la como universal (mesmo enquanto metodologia) como é sugerido por alguns autores desconsidera a possibilidade de o campo renovar a percepção e trazer, por exemplo, a informação de que em certos casos a importância de momentos extraordinários é menos explicativa do que outros mecanismos presentes, como elaborações nativas diferentes para pensar e viver o tempo e as ações, que em cada contexto estão ligados a propriedades intrínsecas a sua existência, como a hierarquia para os militares, por exemplo. Quando se usa o ritual como ferramenta metodológica estabelecemos que ele tem valor metodológico para o observador, ou seja, seu valor está constituído a priori não levando em conta a concepção nativa, está posto a partir do olhar do observador. A questão que se coloca é se este mesmo valor, esta mesma carga de importância está dada pelos “nativos” a respeito dos mesmos eventos que consideramos “especiais”: o “especial/extraordinário” da vida militar no olhar do paisano é equivalente ao olhar militar sobre as mesmas ações? Por exemplo, DaMatta (1997) apresenta a parada militar como um dos vértices do triângulo ritual pelo qual ele apresenta valores e noções da sociedade brasileira; mas nesse contexto o brasileiro considerado por DaMatta é um civil, e a apresentação dos militares é extraordinária. Do mesmo modo, para qualquer pessoa que não seja militar é incomum ver homens andando em fila, lado a lado, com um gestual rígido, sincronizado, obedecendo à toques de corneta e todo o repertório que é apresentado nos desfiles do dia da Independência do Brasil. O problema para o observador que pretende apreender as categorias nativas é

levantar a questão sobre aquilo ser extraordinário ou especial *para eles*, ou se o desfile militar no 7 de setembro não é uma coisa “pra paisano ver”. Ainda que sejam extraordinários, o são em que sentido? Apenas na dimensão temporal ou também enfatizam determinado mecanismo simbólico dicotômico com relação a algum “cotidiano”? Mesmo sendo eventos que não são comuns, são eventos que de alguma maneira especial produzem pessoas ou articulações especiais entre elementos desse grupo?

Uma alternativa para trabalhar com a noção de ritual, ainda que em outro contexto, é tratada no exemplo etnográfico a partir da pesquisa de Overing (1999) com os Piaroa da Venezuela. Neste caso, o grupo atribui valor muito maior às atividades cotidianas do que as ocasiões que o antropólogo atribuiria a qualidade de “especiais”, os rituais de casamento por exemplo. Os rituais passam despercebidos à observação, são atividades desempenhadas casualmente, como parte da vida diária, de outro lado, os procedimentos mais cotidianos, como alimentar, fazer cestos, contém um significado profundo dentro de sua cosmologia. Overing ainda alerta uma espécie de vício ao qual os pesquisadores devem estar atentos:

“Lemos nos textos que a atenção antropológica deve voltar-se para as grandes estruturas: nossa tarefa é descobrir a lógica subjacente ao funcionamento da mente, do parentesco ou mesmo da criação artística. Dada tal ênfase, as práticas e expressões da vida diária são vistas como contingentes e relativamente pouco importantes. Para agravar a situação, o intelectual acadêmico, urbano e ocidental tende a encarar os assuntos do dia-a-dia como entediantes: são os pratos a lavar, as crianças a alimentar, as prateleiras que é preciso espanar. Nós desprezamos estas tarefas, que gostaríamos de ver cumpridas com a maior rapidez possível e, de preferência, por outros! Encaramos a vida diária como meramente ordinária, e ansiamos pelo conhecimento do extraordinário: a viagem xamânica, a caça com zarabatanas e curare. O fascínio do exótico nos enfeitiça. Em consequência, podemos ser maus observadores do cotidiano.”
(Overing, 1999: 2)

Daí decorrem outras questões mais particulares ao meu objeto: enriquecemos o entendimento dos militares ao se propor uma separação canônica entre rituais e cotidiano, ou identificando certas ocasiões como rituais? Os meandros da vida militar não seriam melhor entendidos enquanto um campo de prescrições constantes diluídas por toda a existência, aos invés dos – tão sonhados por qualquer observador –

grandes momentos de efervescência simbólica onde os mecanismos sutis quase que magicamente se revelam?⁹¹

A meu ver, deve ser considerado que a invenção do tempo social, das maneiras de classificá-lo e das correspondentes formas de comportamento devido (ou burlado), têm de ser pensados como mais uma das formas pelas quais as coletividades humanas se inventam e, por conseqüência, a centralidade da oposição ritual/cotidiano pode não ser pensada como um universal sociológico, mas como mais uma das formas humanas de pensar e agir no mundo, bem como qualquer noção que remeta aos temas do extraordinário ou da vida comum que podem oferecer alternativas para categorias que o antropólogo, até inconscientemente, carregue consigo.

Não se trata de negar o ritual, mas verificar qual a margem de gradação, de variabilidade, de suavização que essa noção deve ganhar no meio militar e o porquê dessa ritualização constante e da diluição dos momentos marcantes. A questão a ser pensada não é a ausência das propriedades intensas e eficazes (ou, para Tambiah, performáticas) do ritual entre os militares, mas sim perceber como elas se manifestam: no caso, que elas estão presentes de forma contínua, sem o corte da vida comum com o extraordinário. Na temporalidade militar, a relação entre o que é comum e extraordinário é suave, gradativa e próxima. Penso também que não cabe dizer que na vida militar não há momentos especiais, “diferentes” ou coisa que o valha, porém, é na relação entre esses momentos e a rotina que está a contribuição militar para o entendimento da abordagem do ritual, revelando propriedades de continuidade, de perenidade. Trata-se de uma maneira de pensar a temporalidade que privilegia mais a continuidade e menos a ruptura simbólico-temporal. Uma chave para o entendimento da sociabilidade militar como um todo, penso eu, talvez esteja mesmo na noção de atos performativos de Tambiah; mas não no caráter extraordinário de sua presença, mas na força que ele tem no contínuo da vida militar. O sentido desse entendimento passa pela idéia da hierarquia como fato social total, como já elaborado por Leirner (1997, 2001) e

⁹¹ Peirano (2002) sugere que o pesquisador deve buscar o único, excepcional, o diferente. Mas necessariamente haverá sempre esse ponto central? Todo ato não-rotineiro guarda de maneira equivalente esse potencial simbólico ao mesmo tempo (trans)formador para o nativo e revelador – para o antropólogo em qualquer cosmologia? Essa seria uma orientação como “procure clãs” ou “procure linhagens” que ignora a possibilidade de essa noção não fazer sentido em determinado grupo, o que nos faz voltar a questão também apontada por Peirano e que em minha opinião é a principal, a da definição nativa das noções, inclusive de noções como ritual, cotidiano, extraordinário ou comum em cosmologias diferentes.

como essa noção que sustenta logicamente a instituição é vivida, é posta em ação e dá sentido ao mundo militar.

Só podemos pensar certa categoria de ritual se tomarmos por referência um suposto cotidiano. Mas, o que chamaríamos de “cotidiano militar”, suas atividades comuns, são, de certa maneira, ritualizadas, pois demarcam de maneira muito forte os princípios estruturais que ordenam esse grupo por meio da hierarquização do mundo que é vivida por um conjunto de condutas repetitivas e estereotipadas, as características básicas dos eventos chamados de rituais. Quando se focaliza o “ritual”, o pomposo e extraordinário, o que do ponto de vista *paisano* pareceria tão especial, se perde de vista ou se deixa em segundo plano a hiperprescritividade de hierarquia, a ultrademarkação de sinais que faz e constrói os militares. Se qualquer civil passa pelo intenso processo de adaptação que tem que ser abrupto e marcante, é justamente porque seu impacto tem que produzir um *resultado permanente e total*, que está na vida do sujeito de maneira total, desde o acordar até o dormir.

No meio militar, o conjunto das continências, sinais de respeito, cerimonial e maneiras protocolares de tratamento são entendidos como um mapa cognitivo da realidade, pois por meio deles é possível ler quem é quem e quem merece mais ou menos sinais de honra. Da mesma maneira, eles podem ser entendidos como performáticos no sentido de Tambiah, pois são eficazes, por meio deles vive-se o que é fazer parte da cadeia de comando. Fique ressaltado que essas condutas não são repetidas enquanto atos técnicos e mecânicos, elas tem o sentido que tem somente por fazerem parte de toda a vida militar e por fazer dos seus executantes *militares*, ao contrário, são gestos simbólicos por excelência, cada um deles condensa elementos profundos da cosmologia da instituição.

Solenidades, cerimônias e eventos, “especiais” de nossa visão *paisana* sobre os militares, são mais algumas entre as tantas obrigações, prescrições e demarcações exigidas para os militares e o que o faz militar é o dever de cumprimento com relação a todas elas, o código disciplinar tem o mesmo peso na rotina ou no evento. As características que o bom militar deve ter não são a ele atribuídas e nem devem ser demonstradas em momentos excepcionais ou apartados do tempo “comum”; elas devem ser absorvidas e representadas todos os dias, assim como são e devem ser melhoradas constantemente, aí está também a ligação disso com a ênfase que eles dão ao

aperfeiçoamento constante pois depende disso e da avaliação diária sua ascensão na carreira⁹².

O “cotidiano ritualizado” coloca no plano da ação a idéia de “totalidade” inerente à hierarquia militar e tem a disciplina como sua ferramenta. O conjunto de comportamentos ritualizados (porque manifestações empíricas da demarcação hierárquica) é a substância na formação da Pessoa militar. Não é condição circunstancial, mas sim permanente, é a construção do sujeito pela instituição, é a maneira como a instituição permanece, coesa e uniforme, por meio dos indivíduos, por ela formados *totalmente*.

A efervescência simbólica no Exército é tão calcada na presença dos valores holistas da instituição (hierarquia, disciplina e seus diversos derivados) em todos os momentos, que de certa maneira, tudo isso promove um efeito de achatamento de dicotomias tão constantes nas discussões em outros contextos. Tal qual as “castas de um homem só” (Leirner, 1997), que subsumem a posição individual a uma lógica holista, a ritualização cotidiana coloca ao militar um tipo de vida em que momentos públicos e privados, comuns ou extraordinários não apresentam separação tão rígida e em que os “sentimentos sociais” são colocados de maneira constante de um jeito forte e significativo, em que as performances individuais são as obrigações estatutárias, que, porém, não são sentidas e vividas enquanto obrigações, pois são o sentido orientador da vida militar. Observe-se, por exemplo, o conjunto de posturas corporais que caracterizam o “ethos” militar, como o fato de que a imensa maioria deles fica em posição de “descansar” mesmo quando tal comando não é dado⁹³. Há uma ênfase dos militares sempre no que trata de afirmar que o que é dito é feito na mesma proporção. Que não há um regulamento apenas “virtual”, mas que ele é vivido sem relaxamentos, sem espaços não-regulamentados. A grande maioria dos militares com quem conversei afirmavam que tudo era como o regulamento e que toda Organização militar fazia tudo igual, não havendo espaço para coisas fora do regulamento ou do tipo de relação ambígua com as normas que caracteriza o “jeitinho”.

⁹² Não estou colocando que eles cumprem a ritualização do comportamento por causa de um projeto consciente de ascensão na instituição, mas que até mesmo esse tipo de leitura pode ser contemplada pelo código ritualizado.

⁹³ A posição é regulamentada e é uma obrigação em determinadas circunstâncias, mas mesmo quando não é obrigatória, ela é tida como natural, posto que a formação militar é total, e o que é obrigatório/regulamentar se torna a postura normal de todos, engloba totalmente a vida do militar, independente de estar em serviço, em forma ou a vontade.

A hierarquia não necessariamente gera a ritualização do cotidiano, mas sim o fato de ela ser *total*: a demarcação hierárquica de tudo gera comportamentos extremamente formalizados em tudo, toda a ação necessita de procedimentos formalizados para tornar a hierarquia presente. A hierarquia permite uma segmentação de coisas e ações que não comporta uma dicotomia rígida (ritual x cotidiano e outras), mas coloca as coisas num princípio de entendimento que coloca tudo como “hierarquizado” ou “disciplinado”. Desse modo, seja algo mais rotineiro ou menos rotineiro (embora seja difícil estabelecer coisas não-rotineiras na função militar) tudo está inserido no espectro de um comportamento ritualizado, porque tudo está dentro do campo prescrito pelos sinais conseqüentes da hierarquia.

Não há um gesto, uma fala, uma postura de um militar que não seja *militar*, ou não seja entendida pelos próprios como *militar*. A partir de sua entrada na instituição, a passagem não-militar/militar é o fundamento e as diferenças internas entre as passagens (de comando, de promoção, de recebimento de medalha) são todas menores frente à grande passagem que é a de entrar no mundo hierarquizado e prescrito dos militares, diante da qual as mudanças posteriores são menores, pois são conseqüências previstas que tem por base a vida ritualizada: o Tenente que sai da AMAN e cumpre todos os rituais diários certamente terá seu mérito valorizado e chegará ao Generalato, num sistema ideal. É por isso que para os militares os grandes momentos impactantes, os grande rituais de passagem são a entrada e a saída da instituição, como descreve Castro (2004) ao mostrar o processo de adaptação à vida militar e Mendes (2002) ao mostrar os impactos da aposentadoria dos oficiais na adaptação ao mundo civil e suas noções de masculinidade.

Vejamos o ar de perenidade que essa noção da totalidade hierárquica produz. Um militar de carreira, durante mais de 30 anos de sua vida terá que participar das celebrações do dia do soldado, dia do exército, dia do patrono, independência do Brasil, aniversários de cidades, cerimônias de passagem de comando e de patente, desfiles em diversas ocasiões, etc. Além disso, entrará em forma algumas vezes por semana, seja em uma formatura geral, seja numa parada diária, seja em evento. No seu dia a dia, terá que manter uma conduta determinada, em que terá que tratar com seus subordinados e superiores de forma específica, bem como com quem não for militar. Ele traz no corpo e na mente as inscrições da hierarquia, da conduta disciplinada, na maneira de andar, na maneira inclusive de “ficar a vontade”. A “ritualização” (a ultrademarcação e repetição elevada à enésima potência) é a constante que guia a vida

do militar. É assim que ele *vive* a totalidade da instituição militar, é assim que parece viver uma espécie de constante *deja vu*: sempre vive algo familiar e completo de sentido.

Em minhas observações, a vida militar me pareceu como “total” no sentido de que não havia lacunas, dúvidas, espaços, posições, condutas que não fossem conhecidas. Como resposta a uma relação que é imprevisível por excelência (a guerra, de acordo com os próprios militares), a instituição se constrói de uma maneira que em que possa controlar totalmente suas formas de agir nessa relação, por meio dessa demarcação total no âmbito interno. A imprevisibilidade externa tem como resposta a total previsibilidade interna. É claro que a leitura a respeito da vida militar havia me antecipado “teoricamente” aquele tipo de realidade, mas observar essas características ao vivo, quando elas ganham vida, me fizeram entender que se podemos ler prematuramente a vida militar como rigidez e enfado, também é fácil pensar que na cabeça deles, o sentido da experiência é tão completo que os faz enxergar aquilo como uma vocação e uma vida especial⁹⁴. O sentido do fazer militar não é interposto de recortes, pausas, dúvidas e incertezas, a vida militar preenche a rotina de tal maneira que, se não há margem para a “liberdade”, como uma certa raiz individualista para pensar a conduta humana sugeriria, por outro lado, faz entender como é possível a um militar chamar esse tipo de vida totalmente regulamentada de “liberdade verdadeira”, como mostra o depoimento de um cadete para Castro (2004: 44). Fica flagrante aqui o sentido da eficácia das condutas performáticas de acordo com Tambiah: o cotidiano ritualizado é bom para pensar (ordena o mundo) e para viver.

Por fim, cabe a esta pesquisa a mesma pergunta que fiz às teorias do ritual: eu não estaria procurando apenas os traços de continuidade do grupo que estudo e por isso diminuindo o papel da oposição ritual na análise? Acredito que esse é um pensamento possível, o de a análise estar limitada “desde a partida”, mas penso que o ponto de vista que apresentei sugere um tipo de questionamento pouco explorado na disciplina, bem como contempla melhor a realidade militar. Tratei aqui de explorar aquilo que parece ser o idioma militar privilegiado, a totalidade hierárquica, sob o prisma da ação da sociabilidade ritualizada.

⁹⁴ Junte-se a isso o aspecto de abnegação e sacrifício sempre ressaltado por militares.

Referências Bibliográficas

AUSTIN, J. *How to do things with words*. Cambridge, Mass: Harvard University Press. 1962.

BOURDIEU, P. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus. 2004.

BRASIL. *Normas do cerimonial público e ordem geral de precedência (decreto N° 70.274)*. 1972.

BRASIL. *Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas - R-2. (Decreto n° 2.243, de 3 de junho de 1997)*. 1997.

BRASIL. Gabinete do Comandante do Exército. *Instruções Gerais para Aplicação do Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas -IG 10-60.(Portaria n° 408, de 8 de agosto de 2000)*. 2000a.

BRASIL. Exército Brasileiro. *Manual de Campanha C22-5 – Ordem Unida*. 2000b.

- BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres (COTER). *Programa- Padrão de Formação Básica do Combatente*. 2006a.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres (COTER). *Programa de Instrução Militar*. 2006b.
- CASTRO, C. *O Espírito Militar: Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- CASTRO, C. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- CASTRO, C. (Org.); IZECKSOHN, V. (Org.) ; KRAAY, H. (Org.) . *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV; Bom Texto, 2004. v. 1. 459 p.
- CAZENEUVE, J. *Sociologia do rito*. Porto : Rés-Editora., s.d.
- CLAUSEWITZ, K. von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes. 1996.
- CROCKER, J. C.. Reciprocidade e hierarquia entre os Borôro Orientais. In: SHADEN, Egon. *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- DA MATTA, R. Uma reconsideração da morfologia social apinayé. In: SHADEN, Egon. *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- DA MATTA, R. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DAWSEY, J. C. . Victor Turner e antropologia da experiência. *Cadernos de Campo (USP)*, São Paulo, v. 13, p. 163-176, 2005.
- DAWSEY, J. C. . Turner, Benjamin e antropologia da performance: o lugar olhado - e ouvido - das coisas. *Campos(UFPR)*, Curitiba, v. 7, p. 17-25, 2006.
- DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976. Volume120 (Coleção Debates).
- DUBY, G., As origens da cavalaria, *In: A sociedade cavaleiresca*, São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- DUBY, G., *A Idade Média na França*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- DUMONT, L. *Homo-Hierarchicus*. São Paulo: Edusp, 1992 [1967].
- DURKHEIM, É. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993a, v. 1.
- _____. *O processo civilizador*. Formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993b, v. 2.

- _____. *Sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.
- FERREIRA, O. S., *Vida e morte do partido fardado*. São Paulo: Senac, 2000.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petropolis: Vozes, 1987.
- GEERTZ, C., *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.
- GLUCKMAN, M. *Rituais de Rebelião no sudoeste da África*. Série Textos de Aula, Antropologia 4, Brasília, Editora da UnB, s/d.
- GODOY, T., *O estudo da guerra e a formação da liderança militar brasileira (1996-2004)*. 2004. Tese (Doutorado em Educação). UFSCar. 2004.
- KANT DE LIMA, R. Ritual (verbete). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Instituto de Documentação, 1986.
- KEEGAN, J., *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- LANGDON, E.J. (Ed.) *Xamanismo no Brasil - Novas perspectivas*. Florianópolis, SC: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina. 1996
- LATOUR, B., *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*, Rio de Janeiro, Ed.34, 1994.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora Unesp. 2000.
- LEACH, E. R.. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: EDUSP, 1996
- LEACH, E. R.. Once a knight is quite enough: como nasce um cavaleiro britânico. *Mana*: vol.6, no.1, p.31-56. 2000.
- LEIRNER, P. *Meia-Volta, Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: FGV/Fapesp, 1997a.
- LEIRNER, P. A Pesquisa de Campo com Militares: algumas questões metodológicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, N°34. São Paulo: Anpocs, 1997b.
- LEIRNER, P. *O Sistema da Guerra*. 2001. 200 p. Tese (Doutorado em Antropologia) - DA/FFLCH/USP. Mimeo. 2001.
- LEIRNER, P. *Hierarquia e Individualismo: a antropologia de Louis Dumont*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- LEIRNER, P. Perspectivas Antropológicas da Guerra. *BIB - Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais*, São Paulo, v. 60, p. 43-63, 2005.

- LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1970.
- LÉVI-STRAUSS. *El Hombre Desnudo, Mitológicas IV*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1976.
- LÉVI-STRAUSS, C. *O cru e o cozido (Mitológicas v. 1)*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- MAUSS, M. Esboço de uma teoria geral da magia. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003a.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003b.
- MELATTI, J. C. Nominadores e genitores: um aspecto do dualismo Krahó In: SHADEN, Egon. *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- MENDES, J. C., *Histórias de Quartel: um estudo de masculinidades com Oficiais Fora da Ativa*. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). PPGAS/CFCH/UFSC. Mimeo. 2002.
- MULLER, R. P. Ritual, Schechner e performance. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 11, n. 24, 2005.
- OLIVEIRA, E. R. de. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia*. Campinas: Papyrus. 1994.
- OVERING, J. Elogio do cotidiano: a confiança e a arte da vida social em uma comunidade amazônica. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 1999.
- PEIRANO, M. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- PEIRANO, M. (org. e intro.). Análises de rituais. *Série Antropologia nº 283*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.
- PEIRANO, M. Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica. *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002a.
- PEIRANO, M. A análise antropológica de rituais. *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002b.
- PEIRANO, Mariza . Temas ou teorias? O estatuto das noções de ritual e de performance. *Campos (UFPR)*, v. 07, p. 9-16, 2006.
- PEREIRA, D.S., *Em busca do refinamento: um estudo antropológico da prática da etiqueta*. São Paulo: Annablume, 2006.

- RIBEIRO, R. J. *A etiqueta no antigo regime: do sangue à doce vida*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SILVA, K. C. da. A nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de "comemoração dos 500 anos do Brasil". *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 18, n.51, 2003.
- SILVA, R. A. da. Entre "artes" e "ciências": a noção de performance e drama no campo das ciências sociais. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 11, n. 24, 2005
- TAKAHASHI, E. *Homens e mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar*. 2002. Tese (Doutorado em Educação). UNICAMP. 2002.
- TAMBIAH, S. The magical power of words. *Man*, 3(2): 175-208. 1968.
- TAMBIAH, S. A performative approach to ritual. *Proceedings of the British Academy*, 65: 113-119, 1979.
- TAMBIAH, S. *Culture, Thought and Social Action. An anthropological perspective*. Cambridge: Harvard University Press, 1985
- TAMBIAH, S. *Leveling Crowds: Ethnonationalist Conflicts and Collective Violence in South Asia*. California/London: University of California Press. 1996.
- TILLY, C., *Coerção, Capital e Estados Europeus*, São Paulo: Edusp. 1996.
- TURNER, V.W. *The forest of symbols: aspects of ndembu ritual*. Ithaca: Cornell University, 1967.
- TURNER, V.W. *O Processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974a.
- TURNER, V.W. *Dramas, fields, and metaphors: symbolic action in human society*. New York: Cornell University, 1974b.
- TURNER, V.W. Introduction. In: TURNER, V.W. *From Ritual to Theatre: the human seriousness of play*. New York: PAJ Publications. 1982
- TURNER, V.W. *The Anthropology of Performance*. New York: PAJ Publications. 1987.
- TURNER, V. W. *Schism and continuity in an African society: a study of Ndembu village life*. Oxford: BERG, 1996.
- VAN GENNEP, A. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978. Coleção Antropologia, nº 11.
- ZAVERUCHA, J.; TEIXEIRA, H. B. . Présence et ingérence des militaires dans la politique brésilienne (1964-2004): une synthèse bibliographique. *Lusotopie*, Paris, v. 12, 2004.

ANEXO A – Ordem geral de precedência⁹⁵

“A ordem de precedência nas cerimônias oficiais de caráter federal na Capital da República, será a seguinte:

1 - Presidente da República

2 - Vice-Presidente da República

Cardeais

Embaixadores estrangeiros

3- Presidente do Congresso Nacional

Presidente da Câmara dos Deputados

Presidente do Supremo Tribunal Federal

⁹⁵ BRASIL, Decreto Nº 70.274, DE 9 DE MARÇO DE 1972.

4- Ministros de Estado (*1)

Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República

Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

Chefe do Serviço Nacional de Informações

Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas

Consultor-Geral da República

Enviados Extraordinários e Ministros Plenipotenciários estrangeiros

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

Ministros do Supremo Tribunal Federal

Procurador-Geral da República

Governador do Distrito Federal

Governadores dos Estados da União (*2)

Senadores

Deputados Federais (*3)

Almirantes

Marechais

Marechais-do-Ar.

Chefe do Estado-Maior da Armada

Chefe do Estado-Maior do Exército

Secretário-Geral de Política Exterior (*4)

Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

(*1) Vide artigo 4º e seus parágrafos das Normas do Cerimonial Público

(*2) Vide artigo 8º das Normas do Cerimonial Público

(*3) Vide artigo 9º das Normas do Cerimonial Público

(*4) Vide artigo 4º § 1º das Normas do Cerimonial Público

5 - Almirantes-de-Esquadra

Generais-de-Exército

Embaixadores Extraordinários e Plenipotenciários (Ministros de 1 a classe) (*5)

Tenentes-Brigadeiros

Presidente do Tribunal Federal de Recursos

Presidente do Superior Tribunal Militar

Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Ministros do Tribunal Superior Eleitoral

Encarregados de Negócios estrangeiros

6 - Ministros do Tribunal Federal de Recursos

Ministros do Superior Tribunal Militar

Ministros do Tribunal Superior do Trabalho

Vice-Almirantes

Generais-de-Divisão

Embaixadores (Ministros de 1 a classe)

Majores-Brigadeiros

Chefes de Igreja sediados no Brasil

Arcebispos católicos ou equivalentes de outras religiões

Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal

Presidente do Tribunal de Contas da União

(*5) Considerem-se apenas os Embaixadores que chefiam ou tenham chefiado Missão diplomática no exterior, tendo apresentado, nessa condição, Cartas Credenciais a Governo estrangeiro. Quando estiverem presente diplomatas estrangeiros, os Embaixadores em apreço terão precedência sobre Almirantes-de-Esquadra e Generais-de-Exército. Em caso de visita de chefe de Estado, Chefe do Governo ou Ministros das Relações Exteriores estrangeiros, o Chefe da Missão diplomática brasileira no país do visitante, sendo Ministro de 1 a classe, terá precedência sobre seus colegas, com exceção do Secretário-Geral de Política Exterior.

Presidente do Tribunal Marítimo

Diretores-Gerais das Secretarias do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Procuradores-Gerais da Justiça Militar, Justiça do Trabalho e do Tribunal de Contas da União

Substitutos eventuais dos Ministros de Estado

Secretários-Gerais dos Ministérios

Reitores das Universidades Federais

Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal

Presidente do Banco Central do Brasil

Presidente do Banco do Brasil

Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

Presidente do Banco Nacional de Habitação

Secretário da Receita Federal

Ministros do Tribunal de Contas da União

Juizes do Tribunal Superior do Trabalho

Subprocuradores Gerais da República

Personalidades inscritas no Livro do Mérito

Prefeitos das cidades de mais de um milhão (1.000.000) de habitantes

Presidente da Caixa Econômica Federal

Ministros-Conselheiros estrangeiros

Adidos Militares estrangeiros (Oficiais-Generais)

7 - Contra-Almirantes

Generais-de-Brigada

Embaixadores Comissionados ou Ministros de 2 a classe

Brigadeiros-do-Ar.

Vice-Governadores dos Estados da União

Presidentes das Assembléias Legislativas dos Estados da União

Presidentes dos Tribunais de Justiça dos Estados da União

Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Pessoal Civil

Chefe do Gabinete da Vice-Presidência da República

Subchefes dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República

Assessor Especial da Presidência da República

Assessor-Chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República

Assistente-Secretário do Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República

Secretários Particulares do Presidente da República

Chefe do Cerimonial da Presidência da República

Secretários de Imprensa da Presidência da República.

Diretor-Geral da Agência Nacional

Presidente da Central de Medicamentos

Chefe do Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional

Chefe de Informações

Chefe do Gabinete do Estado-Maior das Forças Armadas

Chefe Nacional de Informações

Chefes dos Gabinetes dos Ministros de Estado

Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas

Presidente do Conselho Federal de Educação

Presidente do Conselho Federal de Cultura

Governadores dos Territórios

Chanceler da Ordem Nacional do Mérito

Presidente da Academia Brasileira de Letras

Presidente da Academia Brasileira de Ciências

Presidente da Associação Brasileira de Imprensa

Diretores do Gabinete Civil da Presidência da República

Diretores-Gerais de Departamento dos Ministérios

Superintendentes de Órgãos Federais

Presidentes dos Institutos e Fundações Nacionais

Presidentes dos Conselhos e Comissões Federais

Presidentes das Entidades Autárquicas, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas de âmbito nacional

Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho

Presidentes dos Tribunais de Contas do Distrito Federal e dos Estados da União

Presidentes dos Tribunais de Alçada dos Estados da União

Reitores das Universidades Estaduais e Particulares

Membros do Conselho Nacional de Pesquisas

Membros do Conselho Nacional de Educação

Membros do Conselho Federal de Cultura

Secretários de Estado do Governo do Distrito Federal

Bispos católicos ou equivalentes de outras religiões

Conselheiros estrangeiros

Cônsules-Gerais estrangeiros

Adidos e Adjuntos Militares estrangeiros (Capitães-de-Mar-e-Guerra, Coronéis-Aviadores)

8 - Presidente das Confederações Patronais e de Trabalhadores de âmbito nacional

Consultores Jurídicos dos Ministérios

Membros da Academia Brasileira de Letras

Membros da Academia Brasileira de Ciências

Diretores do Banco Central do Brasil

Diretores do Banco do Brasil

Diretores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

Diretores do Banco Nacional de Habitação

Capitães-de-Mar-e-Guerra

Coronéis

Conselheiros

Coronéis-Aviadores

Secretários de Estado dos Governos dos Estados da União

Deputados Estaduais

Desembargadores dos Tribunais de Justiça do Distrito Federal e dos Estados da União

Adjuntos dos Gabinetes Militares e Civil da Presidência da República

Procuradores-Gerais do Distrito Federal e dos Estados da União

Prefeitos das Capitais dos Estados da União e das cidades de mais de quinhentos mil (500.000) habitantes.

Primeiros Secretários estrangeiros

Procuradores da República nos Estados da União

Consultores-Gerais do Distrito Federal e dos Estados da União

Juizes do Tribunal Marítimo

Juizes dos Tribunais Regionais Eleitorais

Juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho

Presidentes das Câmaras Municipais das cidades de mais de um milhão (1.000.000) de habitantes

Adidos e Adjuntos Militares estrangeiros (Capitães-de-Fragata, Tenentes-Coronéis

e

Tenentes-Coronéis-Aviadores)

9 - Juizes dos Tribunais de Contas do Distrito Federal e dos Estados da União.

Juizes dos Tribunais de Alçadas dos Estados da União

Delegados dos Ministérios nos Estados da União

Presidentes dos Institutos e Fundações Regionais e Estaduais

Presidentes das Entidades Autárquicas, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas de âmbito regional ou estadual.

Monsenhores católicos ou equivalentes de outras regiões.

Ajudantes-de-Ordem do Presidente da República (Majores)

Capitães-de-Fragata

Tenentes-Coronéis

Primeiros Secretários

Tenentes-Coronéis-Aviadores

Chefes do Serviço da Presidência da República

Presidentes das Federações Patronais e de Trabalhadores de âmbito regional ou estadual

Presidentes das Câmaras Municipais das Capitais dos Estados da União e das cidades de mais de quinhentos mil (500.000) habitantes

Juizes de Direito

Procuradores Regionais do Trabalho

Diretores de Repartições Federais

Auditores da Justiça Militar

Auditores do Tribunal de Contas

Promotores Públicos

Procuradores Adjuntos da República

Diretores das Faculdades Estaduais Particulares

Segundos Secretários

Cônsules estrangeiros

Adidos e Adjuntos Militares estrangeiros (Capitães-de-Corveta, Majores e Majores-Aviadores

10 - Ajudantes-de-Ordem do Presidente da República (Capitães)

Adjuntos dos Serviços da Presidência da República

Oficiais do Gabinete Civil da Presidência da República

Chefes de Departamento das Universidades Federais

Diretores de Divisão dos Ministérios

Prefeitos das cidades de mais de cem mil (100.000) habitantes

Capitães-de-Corveta

Majores

Segundos Secretários

Majores-Aviadores

Secretários-Gerais dos Territórios

Diretores de Departamento das Secretarias do Distrito Federal e dos Estados da União

Presidente dos Conselhos Estaduais

Chefes de Departamento das Universidades Estaduais e Particulares

Presidentes das Câmaras Municipais das cidades de mais de cem mil (100.000) habitantes

Terceiros Secretários estrangeiros

Adidos e Adjuntos Militares estrangeiros (Capitães-Tenentes, Capitães e Capitães-Aviadores).

11 - Professores de Universidade

Prefeitos Municipais

Cônegos católicos ou "equivalentes" de outras religiões

Capitães-Tenentes

Capitães

Terceiros Secretários

Capitães-Aviadores

Presidentes das Câmaras Municipais

Diretores de Repartições do Distrito Federal, dos Estados da União e Territórios

Diretores de Escolas de Ensino Secundário

Vereadores Municipais

A ordem de precedência, nas cerimônias oficiais, nos Estados da União, com a presença de autoridades federais, será a seguinte:

1 - Presidente da República

2 - Vice-Presidente da República (*1)

Governador do Estado da União em que se processa a cerimônia

Cardeais

Embaixadores estrangeiros

3 - Presidente do Congresso Nacional

Presidente da Câmara dos Deputados

Presidente do Supremo Tribunal Federal

4 - Ministros de Estado (*2)

Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República

Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

Presidência da República

Chefe de Serviço Nacional de Informações

Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas

Consultor-Geral da República

Vice-Governador do Estado da União em que se processa a cerimônia

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da União em que se processa a cerimonia

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado em que se processa a cerimônia

Enviados Extraordinários e Ministros Plenipotenciários estrangeiros

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

Ministro do Supremo Tribunal Federal

Procurador-Geral da República

Governadores dos outros Estados da União e do Distrito Federal (*3)

Senadores

(*1) Vide artigo 2º das Normas do Cerimonial Público

(*2) Vide artigo 4º e seus parágrafos das Normas do Cerimonial

(*3) Vide artigo 8º, artigo 9º e artigo 10 das Normas do Cerimonial Público

Deputados Federais (*4)

Almirantes

Marechais

Marechais-do-Ar

Chefe do Estado-Maior da Armada

Chefe do Estado-Maior do Exército

Secretário-Geral da Política Exterior (*5)

Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

5 - Almirantes-de-Esquadra

Generais-de-Exército

Embaixadores Extraordinário e Plenipotenciários (Ministros de 1ª classe) (*6)

Tenentes-Brigadeiros

Presidente do Tribunal Federal de Recursos

Presidente do Tribunal Superior Militar

Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Ministros do Tribunal Superior Eleitoral

Prefeito da Capital estadual em que se processa a cerimônia

Encarregos de Negócios estrangeiros

6 - Ministros do Tribunal Federal de Recursos

Ministros do Superior Tribunal Militar

(*4) Vide artigo 9º das Normas do Cerimonial Público

(*5) Vide artigo 4º § 1º das Normas do Cerimonial Público

(*6) Consideram-se apenas os Embaixadores que chefiam ou tenham chefiado Missão diplomática no exterior, tendo apresentado, nessa condição, Cartas Credenciais a Governador Estrangeiro. Quando estiverem presentes diplomatas estrangeiros, os Embaixadores em apreço terão precedência sobre Almirantes-de-Esquadra e Generais-de-Exército. Em caso de visita de Chefe de Estado, Chefe do Governo ou Ministro das Relações Exteriores estrangeiros, o Chefe da Missão diplomática brasileira no país do visitante, sendo Ministro de 1º classe, terá precedência sobre seus colegas, com exceção do Secretário-Geral de Política Exterior.

Ministros do Tribunal Superior do Trabalho

Vice-Almirante

Generais-de-Divisão

Embaixadores (Ministros de 1ª classe)

Majores-Brigadeiros

Chefes de Igreja sediados no Brasil

Arcebispos católicos ou equivalentes de outras religiões

Presidente do Tribunal de Contas da União

Presidente do Tribunal Marítimo

Diretores-Gerais das Secretarias do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Substitutos eventuais dos Ministros de Estado

Secretários-Gerais dos Ministérios

Reitores da universidades Federais

Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal

Presidente do Banco Central do Brasil

Presidente do Banco do Brasil

Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

Presidente do Banco Nacional de Habilitação

Ministros do Tribunal de Contas da União

Juizes do Tribunal Superior do Trabalho

Subprocuradores-Gerais da República

Procuradores-Gerais da Justiça Militar

Procuradores-Gerais da Justiça do Trabalho

Procuradores-Gerais do Tribunal de Contas da União

Vice-Governadores de outros Estados da União

Secretário da Receita Federal

Personalidades inscritas no Livro do Mérito

Prefeitos da cidade em que se processa a cerimônia

Presidente da Câmara Municipal da cidade em que se processa a cerimônia

Juiz de Direito da Comarca em que se processa a cerimonia

Prefeitos das cidades de mais de um milhão (1.000.000) de habitantes

Presidente da Caixa Econômica Federal

Ministros-Conselheiros estrangeiros

Cônsules-Gerais estrangeiros

Adidos Militares estrangeiros

(Oficiais Gerais)

7 - Contra-Almirantes

Generais-de-Brigada

Embaixadores Comissionados ou Ministros de 2ª classe

Brigadeiros-do-Ar.

Direito-Geral do Departamento Administrativo do Pessoal Civil

Chefe do Gabinete da Vice-Presidência da República

Subchefes dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República

Assessor Especial da Presidência da República

Assessor-Chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República.

Assistente-Secretário do Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República

Secretários Particulares do Presidente da República

Chefe do Cerimonial da Presidência da República

Secretários de Imprensa da Presidência da República

Diretor-Geral da Agência Nacional

Presidente da Central de Medicamentos

Chefe do Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional

Chefe do Gabinete do Serviço Nacional de Informações

Chefe do Gabinete do Estado-Maior das Forças Armadas

Chefe da Agência Central do Serviço Nacional de Informações

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral

Governadores dos Territórios

Procurador da República no Estado

Procurador-Geral do Estado

Presidente do Tribunal Regional do Trabalho

Presidente do Tribunal de Contas do Estado

Presidente do Tribunal de Alçada do Estado

Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas

Presidente do Conselho Federal de Educação

Presidente do conselho Federal de Cultura

Chanceler da Ordem Nacional do Mérito

Presidente da Academia Brasileira de Letras

Presidente da Academia Brasileira de Ciências

Presidente da Associação Brasileira de Imprensa

Diretores do Gabinete Civil da Presidência da República

Diretores-Gerais dos Departamentos de Ministérios

Superintendentes de Órgãos Federais

Presidentes dos Institutos e Fundações Nacionais

Presidentes dos Conselhos e Comissões Federais

Presidentes das Entidades Autárquicas, Sociedade de Economia Mista e Empresas Públicas de âmbito nacional

Chefes dos Gabinetes dos Ministros de Estado

Reitores das Universidades Estaduais e Particulares

Membros do Conselho Nacional de Pesquisas

Membros do Conselho Federal de Educação

Membros do Conselhos Federal de Cultura

Secretários do Governo do Estado em que se processa a cerimônia

Bispos católicos ou equivalentes de outras religiões

Conselheiros estrangeiros

Adidos e Adjuntos Militares estrangeiros (Capitães-de-Mar-e-Guerra, Coronéis e Coronéis-Aviadores)

Presidentes das Confederações Patronais e de Trabalhadores de âmbito nacional

Consultores Jurídicos dos Ministérios

Membros da Academia Brasileira de Letras

Membros da Academia Brasileira de Ciências

Diretores do Banco Central do Brasil

Diretores do Banco do Brasil

Diretores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

Diretores do Banco Nacional de Habitação

Capitães-de-Mar-e-Guerra

Coronéis

Conselheiros

Coronéis-Aviadores

Deputados do Estado em que se processa a cerimônia

Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado em que se processa a cerimônia

Adjuntos dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República

Prefeitos das cidades de mais de quinhentos mil (500.000) habitantes

Delegados dos Ministérios no Estado em que se processa a cerimônia

Primeiros Secretários estrangeiros

Cônsules estrangeiros

Consultor-Geral do Estado em que se processa a cerimônia Juízes do Tribunal Marítimo Juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Estado em que se processa a cerimônia

Juízes do Tribunal Regional do Trabalho do Estado em que se processa a cerimônia

Presidentes das Câmaras Municipais da Capital e das cidades de mais de um milhão (1.000.000) de habitantes.

Adidos e Adjuntos Militares estrangeiros (Capitães-de-Fragata, Tenentes-Coronéis e Tenentes-Coronéis-Aviadores)

9 - Juiz Federal

Juizes do Tribunal de Contas do Estado em que se processa a cerimônia

Juizes do Tribunal de Alçada do Estado em que se processa a cerimônia

Presidentes dos Institutos e Fundações Regionais e Estaduais

Presidentes das Entidades Autárquicas, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas de âmbito regional ou Estadual Diretores das Faculdades Federais

Monsenhores católicos ou equivalentes de outras religiões

Ajudantes-de-Ordem do Presidente da República (Majores)

Capitães-de-Fragata

Tenentes-Coroneis

Primeiros-Secretários

Tenentes-Coronéis-Aviadores

Chefes de Serviço da Presidência da República

Presidentes das Federações Patrimoniais e de Trabalhadores de âmbito regional ou estadual

Presidentes das Câmaras Municipais das Capitais dos Estados da união e das cidades de mais de quinhentos mil (500.000) habitantes

Juizes de Direito

Procuradores Regionais do Trabalho

Diretores de Repartições Federais

Auditores da Justiça Militar

Auditores do Tribunal de Contas

Promotores Públicos

Procuradores Adjuntos da República

Diretores das Faculdades Estaduais e Particulares

Segundos Secretários estrangeiros

Vice-Cônsules estrangeiros

Adidos e Adjuntos Militares estrangeiros (Capitães-de-Corveta, Majores e Majores-Aviadores)

10 - Ajudante-de-Ordem do Presidente da República (Capitães)

Adjuntos dos Serviços da Presidência da República

Oficiais do Gabinete Civil da Presidência da República

Chefes de Departamento das Universidades Federais

Diretores de Divisão dos Ministérios

Prefeitos das cidades de mais de cem mil (100.000) habitantes Capitães-de-Corveta

Majores

Segundos Secretários

Majores-Aviadores

Secretários-Gerais dos Territórios

Diretores de Departamento das Secretarias do Estado em que se processa a cerimônia

Presidentes dos Conselhos Estaduais

Chefes de Departamento das Universidades Estaduais e Particulares

Presidentes das Câmaras Municipais das cidades de mais de cem mil (100.000) habitantes

Terceiros Secretários estrangeiros

Adidos e Adjuntos Militares estrangeiros (Capitães-Tenentes, Capitães e Capitães-Aviadores)

11 - Professores de Universidade e demais Prefeitos Municipais

Cônegos católicos ou equivalentes de outras religiões

Capitães-Tenentes

Capitães

Terceiros Secretários

Capitães-Aviadores

Presidentes das demais Câmaras Municipais

Diretores de Repartições do Estado em que se processa a cerimônia

Diretores de Escolas de Ensino Secundário

Vereadores Municipais

A ordem de precedência nas cerimônias oficiais, de caráter estadual, será a seguinte:

1 - Governador

Cardeais

2 - Vice-Governador

3 - Presidente da Assembléia Legislativa

Presidente do Tribunal de Justiça

4 - Almirante-de-Esquadra

Generais-de-Exército

Tententes-Brigadeiros

Prefeito da Capital estadual em que se processa a cerimônia

5 - Vice-Almirantes

Generais-de-Divisão

Majores-Brigadeiros

Chefes de Igreja sediados no Brasil

Arcebispos católicos ou equivalentes em outras religiões

Reitores das Universidades Federais

Personalidades inscritas no Livro do Mérito

Prefeito da cidade em que se processa a cerimônia

Presidente da Câmara Municipal da cidade em que se processa a cerimônia

Juiz de Direito da Comarca em que se processa a cerimônia

Prefeitos das cidades de mais de um milhão (1.000.000) de habitantes

6 - Contra-Almirantes

Generais-de-Brigada

Brigadeiros-do-Ar

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral

Procurador Regional da República no Estado

Procurador-Geral do Estado

Presidente do Tribunal Regional do Trabalho

Presidente do Tribunal de Contas

Presidente do Tribunal de Alçada

Chefe da Agência do Serviço Nacional de Informações

Superintendentes de Órgãos Federais

Presidentes dos Institutos e Fundações Nacionais

Presidentes dos Conselhos e Comissões Federais

Presidentes das Entidades Autárquicas, sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas de âmbito nacional

Reitores das Universidades Estaduais e Particulares

Membros do Conselho Nacional de Pesquisas

Membros do Conselho Federal de Educação

Membros do Conselho Federal de Cultura

Secretários de Estado

Bispo católicos ou equivalentes de outras religiões

7 - Presidentes das Confederações Patronais e de Trabalhadores de âmbito nacional

Membros da Academia Brasileira de Letras

Membros da Academia Brasileira de Ciências

Diretores do Banco Central do Brasil

Diretores do Banco do Brasil

Diretores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

Diretores do Banco Nacional de Habitação

Capitães-de-Mar-e-Guerra

Coronéis

Coronéis-Aviadores

Deputados Estaduais

Desembargadores do Tribunal de Justiça

Prefeitos das cidades de mais de quinhentos mil (500.000) habitantes

Delegados dos Ministérios

Cônsules estrangeiros

Consultor-Geral do Estado

Juizes do Tribunal Regional Eleitoral

Juizes do Tribunal Regional do Trabalho

Presidentes das Câmaras Municipais da Capital e das cidades de mais de um milhão (1.000.000) habitantes

8 - Juiz Federal

Juiz do Tribunal de Contas

Juizes do Tribunal de Alçada

Presidentes dos Institutos e Fundações Regionais e Estaduais

Presidentes das Entidades Autárquicas, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas de âmbito regional ou estadual

Diretores das Faculdades Federais

Monsenhores católicos ou equivalentes de outras religiões

Capitães-de-Fragata

Tenentes-Coroneis

Tenentes-Coroneis-Aviadores

Presidentes das Federações Patronais e de Trabalhadores de âmbito regional ou estadual

Presidentes das Câmaras Municipais das cidades de mais de quinhentos mil (500.000) habitantes

Juizes de Direito

Procurador Regional do Trabalho

Auditores da Justiça Militar

Auditores do Tribunal de Contas

Promotores Públicos

Diretores das Faculdades Estaduais e Particulares

Vice-Cônsules estrangeiros

9 - Chefes de Departamento das Universidades Federais Prefeitos das cidades de mais de cem mil (100.000) habitantes

Capitães-de-Coverta

Majores

Majores-Aviadores

Diretores de Departamento das Secretarias

Presidentes dos Conselhos Estaduais

Chefes de Departamento das Universidades Estaduais e Particulares

Presidentes das Câmaras Municipais das cidades de mais de cem mil (100.000) habitantes

10 - Professores de Universidade Demais Prefeitos Municipais

Cônegos católicos ou equivalentes de outras religiões

Capitães-Tenentes

Capitães

Capitães-Aviadores

Presidentes das demais Câmaras Municipais

Diretores de Repartição

Diretores de Escolas de Ensino Secundário

Vereadores Municipais ”